



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Alexandre Ferreira Nonato

JORNALISMO, HISTÓRIA E MEMÓRIA:
ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO INCIDENTE NA
PACHECO FERNANDES EM BRASÍLIA NO GOVERNO JK

Florianópolis, setembro de 2010

ALEXANDRE FERREIRA NONATO

**JORNALISMO, HISTÓRIA E MEMÓRIA:
ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO INCIDENTE
NA PACHECO FERNANDES EM BRASÍLIA NO GOVERNO JK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo.

**Orientador: Prof. Dr. Francisco José
Castilhos Karam**

Florianópolis, setembro de 2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

NS12) Nonato, Alexandre Ferreira
Jornalismo, história e memória [dissertação] : análise da cobertura jornalística do incidente na Pacheco Fernandes em Brasília no Governo JK / Alexandre Ferreira Nonato ; orientador, Francisco José Castilhos Karam.
160 p. : il. : tabs., mapas; 21 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2010

Inclui bibliografia

1. Jornalismo. 2. Jornalismo - Objetividade. 3. Responsabilidade social. 4. Brasília (DF) - Cobertura jornalística - História. I. Karam, Francisco Jose Castilhos. II. Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

CDU: 07.01

Alexandre Ferreira Nonato

**JORNALISMO, HISTÓRIA E MEMÓRIA:
ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO INCIDENTE
NA PACHECO FERNANDES EM BRASÍLIA NO GOVERNO JK**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela seguinte banca examinadora:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam (UFSC)
(Presidente / Orientador)

Prof. Dr. Mauro César Silveira (UFSC)

Prof. Dr. Luiz Martins da Silva (UnB)

Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim
(Suplente)

Florianópolis, setembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Dizem que o mestrado é uma “guerra de nervos”: muita pressão, cobranças e críticas severas. Comenta-se também que os mestrandos tornam-se servos de seus orientadores e que terão liberdade mínima para colocar no papel seus pensamentos.

Pois bem, minha experiência no Programa de Pós-graduação em Jornalismo (POSJOR) da UFSC foi diferente da descrição acima. Cobranças e críticas justas e necessárias; liberdade para conduzir a pesquisa e não ser um mero reprodutor de ideias já existentes (respeitando, evidentemente, os critérios institucionais e de pesquisa científica).

Escolhi o POSJOR da UFSC porque desejava aprofundar na Teoria do Jornalismo. Felizmente, o mestrado correspondeu minhas expectativas. Saio deste mestrado com muita leitura feita e motivado para ler mais o que ainda não foi possível; com melhor percepção do que representa uma pesquisa acadêmica.

Quero agradecer ao meu orientador, professor Francisco José Castilhos Karam, por me aceitar como seu orientando. Mas principalmente por me *ensinar silenciosamente* lições de ética, responsabilidade e liberdade, ao longo de dois anos de convivência, através de suas posturas profissionais e como ser humano. Nem todos conseguem viver aquilo que escrevem. Certamente este não é o caso de Karam, que sempre demonstrou coerência entre *verbo e ação*.

Ao professor Mauro César Silveira por nossas conversas enriquecedoras e pela oportunidade de participar do grupo de História do Jornalismo. Temos muitos interesses acadêmicos em comum, certamente nossos contatos não terminarão ao fim deste mestrado.

Ao professor Eduardo Meditsch pela sua prontidão e dicas valiosas desde o primeiro semestre do mestrado.

Aos professores Orlando Tambosi e Raquel Longhi pela oportunidade de enriquecer minha pesquisa em suas respectivas disciplinas.

À professora Gislene Silva que me alertou, desde o processo seletivo, sobre a necessidade de relacionar meu tema à Teoria do Jornalismo.

Agradeço aos professores Elias Machado, Tattiana Teixeira, Jorge Ijuim e Rogério Christofolletti pela oportunidade de aprendizado em bancas de qualificação e defesas de colegas do mestrado, além da interação em eventos científicos, ao longo destes dois anos de mestrado.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, Juscelino Neco Júnior, Ricardo Castilhos, Gustavo de Paula, Vaniucha de Moraes, Áureo de Moraes, Lygia Maria Silva Rocha, Andréa da Luz, Luís Munaro, Felipe Pontes, Leonardo Foletto, Vivian Virissimo, Melina Ayres, Macelle Santos, Ben-Hur Demeneck, Ben-Hur Correia, Flávia Dourado, Manfred Matos, Juliana Teixeira, Gabrielle Bittelbrun, Carla Algeri, Marcelo Barcelos, pela oportunidade de convivência e troca de experiências.

À Glória Amaral pelas orientações administrativas.

À UFSC por sua excelente infraestrutura e ambiente acolhedor.

À CAPES, pela bolsa de estudo, possibilitando dedicação integral ao mestrado.

À Leila, Antenor, Guilherme e Flávia pela hospitalidade nestes dois anos de mestrado.

Aos meus pais, José Nonato Filho e Maria Helena Ferreira Nonato, pelo apoio sempre presente em todos os momentos.

À Viviane Ribeiro pelo amor, pela compreensão e ajuda neste período de vida acadêmica nômade.

RESUMO

Esta dissertação faz uma análise empírica de notícias publicadas em jornais, de fevereiro de 1959, sobre o incidente no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas. Busca-se constatar se este episódio foi apurado jornalisticamente pelos veículos de comunicação impressos da época, comparando os conteúdos publicados. Propõe-se a discussão deste caso na condição de paradigma ou referência para outras ocorrências similares em que o jornalismo deixa de cumprir seu papel social, de investigador e questionador do Poder Público. Assim, discute-se neste trabalho sobre a importância do jornalismo para elucidar ocorrências como esta que foram esquecidas pela historiografia oficial. E, principalmente, sobre a responsabilidade social do jornalista, a partir do rigor da apuração e da verificação, de ser um mediador da realidade e não um mero reprodutor de versões. Discute-se aqui o jornalismo enquanto atividade fundamental para a construção da História e da memória social. Sem o registro imediato do jornalista o trabalho do historiador torna-se mais difícil. O registro do cotidiano realizado pelo jornalista está ligado à construção histórica e à memória social que permanece.

Palavras-chave: Fundamentos do Jornalismo, Responsabilidade Social, História de Brasília.

ABSTRACT

This dissertation makes an empirical analysis of news published in newspapers of February 1959, about the incident at the construction camp of Pacheco Fernandes Dantas Company. It aims at searching if this episode was journalistically investigated by the media of that time, through the comparison of the published content. This work proposes the discussion of the case as a paradigm or reference for other similar occurrences in which Journalism fails to fulfill its social role as a government investigator and questioner. Thus, this paper discusses the importance of journalism to elucidate events like this which have been forgotten by the official historiography, and mainly, on the social responsibility of the journalist, through its investigation and verification rigor as a mediator of reality and not a mere version copyist. It discusses the journalism as a fundamental activity for the construction of social memory and history. With no immediate reports of journalist work of the historian becomes more difficult. The daily record made by the journalist is linked to building social and historical memory that remains.

keywords: Fundamentals of Journalism, Social Responsibility, History of Brasilia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Trabalhadores na construção de Brasília.....	32
Ilustração 2: Guarda Especial de Brasília.	33
Ilustração 3: Distância em linha reta das capitais brasileiras em relação à Brasília.	34
Ilustração 4: Capa do jornal Binômio, 16/02/1959.	70
Ilustração 5: Reportagem de Dídimo Paiva, do jornal Binômio.	71
Ilustração 6: Tribuna da Imprensa, 13/02/1959.	79
Ilustração 7: Correio da Manhã, 13/02/1959.....	80
Ilustração 8: Jornal do Brasil, 14/02/1959.	81
Ilustração 9: Última Hora, 12/02/1959.....	82
Ilustração 10: A Notícia, 13/02/1959.	83
Ilustração 11: O Globo, 13/02/1959.....	84
Ilustração 12: Diário de Pernambuco, 13/02/1959.....	85
Ilustração 13: O Estado de S. Paulo, 14/02/1959.....	86
Ilustração 14: Jornal do Commercio, 13/02/1959.	87
Ilustração 15: Monumento "Em memória dos Candangos sacrificados de Brasília", Vila Planalto, Brasília, DF (Antigo acampamento da Pacheco Fernandes), 08/02/1959.....	169
Ilustração 16: Morador da Vila Planalto ao lado do Monumento "Em memória dos Candangos sacrificados na Construção de Brasília", 08/02/1959.....	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Jornais Última Hora (UH) e A Notícia (AN).....	74
Tabela 2: Jornais Correio da Manhã (CM) e Diário de Pernambuco (DP).....	75
Tabela 3: Jornal do Commercio (JC) e O Globo (GL).....	76
Tabela 4: Jornais Tribuna da Imprensa (TI) e O Estado de S. Paulo (ES).....	77
Tabela 5: Jornal do Brasil (JB) e Binômio (BN).....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
PROBLEMA, OBJETIVOS E HIPÓTESES	28
REPORTAGEM OU TRABALHO CIENTÍFICO?	30
PARTE I FUNDAMENTOS DO JORNALISMO: BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS	35
1 BASES HISTÓRICAS DO JORNALISMO	36
1.1. A ERA DO JORNALISMO OBJETIVO	45
2 O JORNALISMO NO BRASIL	53
3 JORNALISMO NOS “ANOS DOURADOS”	58
PARTE II ANÁLISE COMPARATIVA DAS NOTÍCIAS SOBRE O INCIDENTE NA PACHECO FERNANDES	65
4 MÉTODO	66
5 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOTÍCIAS DO INCIDENTE	88
6 MERECEIA O INCIDENTE MAIOR DESTAQUE NA IMPRENSA?	94
7 DESTAQUE DA IMPRENSA SOBRE O INCIDENTE NAS DÉCADAS SEGUINTE	103
PARTE III A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO	110
8 POR QUE O JORNALISMO É IMPORTANTE?	111
9 O RIGOR NA APURAÇÃO E NA VERIFICAÇÃO	119
10 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISMO	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
ANEXOS	164

“Todos os fatos têm três versões: a minha, a sua e a verdadeira”.

Provérbio chinês

INTRODUÇÃO

Dia 8 de fevereiro de 1959, domingo, segundo dia de carnaval, um “incidente” ou “conflito” (conforme noticiaram jornais na época: *Diário de Pernambuco, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, O Globo, Última Hora*), um “massacre” (TEIXEIRA, 1982, 177; CARVALHO, 1997, p. 295; LOPES, 1996, p. 211) ou uma “repressão” (COUTO, 2002, p. 104) ocorreu no acampamento dos funcionários da construtora Pacheco Fernandes Dantas, durante a construção de Brasília, denominada meta-síntese do governo Juscelino Kubitschek.

A construtora Pacheco Fernandes Dantas foi responsável por importantes obras em Brasília como o Palácio da Alvorada, o Hotel Nacional, o Palácio do Planalto, o Brasília Palace Hotel e muitas outras. Segundo as referências já mencionadas, a Guarda Especial de Brasília (GEB) reprimiu com violência um motim dos trabalhadores devido à precariedade da comida servida no refeitório, ocasionando morte(s) e ferimentos. A maioria das publicações oficiais sobre a história de Brasília não deu importância ao fato, muitas vezes ignorando totalmente a ocorrência. O acontecimento permanece mal-contado, distorcido, com exceção de poucos trabalhos científicos.

Depoimentos das vítimas sobreviventes contam que o conflito com a GEB foi o ápice da indignação dos trabalhadores quanto ao tratamento que recebiam na Pacheco Fernandes. Apesar da razoável remuneração, muitos reclamavam das condições de trabalho, da precariedade da comida, da pressão para trabalho ininterrupto visando cumprir os prazos de entrega (AYRES, 1990; SOEIRO, 1990; QUEIROZ, 1991).

Em 14 meses Brasília seria inaugurada. Na véspera de carnaval, os candangos estavam esgotados fisicamente. Esperavam com ansiedade o salário e a folga para se divertirem nas cidades vizinhas. Segundo depoimento de candangos, o salário da semana não foi pago e para piorar, no sábado, 7 de fevereiro de 1959, a água do acampamento foi cortada. Imundos, os operários não puderam se arrumar para se divertir no carnaval. A coincidência foi interpretada como uma estratégia para mantê-los trabalhando nas obras (TEIXEIRA, 1982).

O incidente começou quando dois carpinteiros chegaram atrasados e bêbados para a refeição e teriam recebido marmitas em péssimas condições de higiene. Os dois operários começaram a confusão: jogaram

as marmitas no chão, quebraram mesas, intimidaram o cozinheiro-chefe (FREDERICO, 1980; LORENA, 2000).

O segurança do acampamento veio rápido, mas não conteve a ira dos trabalhadores. Três guardas foram acionados para deter os responsáveis pela confusão. Ao dar ordem de prisão dezenas de operários cercaram os guardas e impediram a ação. Não se sabe exatamente como e por quem, mas o Departamento de Segurança Pública foi informado de que três guardas se achavam na iminência de serem mortos.

Na versão oficial, por volta da 21h, 27 policiais foram ao acampamento armados com revólver calibre 38. Na versão extra-oficial de muitos candangos foram pelo menos 60 policiais, armados com revólveres e pequenas metralhadoras. Chegaram ao local atirando. Muitos operários fugiram, mas nem todos conseguiram escapar dos tiros. Mesmo quem estava dormindo e nada sabia sobre a confusão foi perseguido. O inquérito policial aponta 45 trabalhadores agredidos (ROCHA, 2004).

A partir daí a disparidade entre a versão do inquérito e os relatos dos candangos é enorme. A história oficial apresenta um morto e três baleados. Entre os sobreviventes do incidente há especulações que vão de 20 a mais de 100 assassinados naquele dia (TEIXEIRA, 1982; FREDERICO, 1980).

Em depoimento ao Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), Eronildes Queiroz (1991) contou que trabalhava na cozinha da Pacheco Fernandes no dia da ocorrência e viu pessoas fugindo, “pulando o arame” para chegar ao acampamento da construtora Rabello. Observou tudo escondido da cozinha por brechas na parede: “parecia um banguê-bangue”.

Um dos encarregados de obras da Pacheco Fernandes, Benjamin Francisco Pinheiro (2004), relatou ao autor desta dissertação que presenciou o acontecimento. Ele declarou que fugiu quando viu chegar o caminhão com soldados atirando. No dia seguinte voltou depois de passar a “noite escondido no mato”. Os alojamentos dos pedreiros e carpinteiros foram baleados. Ninguém trabalhou no dia seguinte. Pinheiro pediu demissão, mas não aceitaram. Ele foi embora para Goiânia sem nada receber.

Segundo depoimento do desembargador Lúcio Batista Arantes ao jornal *Estado de Minas* (ROCHA, 2004), o processo aberto da Comarca de Planaltina, que investigou o caso, apontou a morte do operário Evaristo Soares Brandão, atingido por um tiro. Além disto, foram também baleados, mas sobreviveram: Antônio de Souza, Antônio

Ubaldo Morais e Francisco Clemente dos Santos. Arantes nega que houve um massacre: “era um caso que não teria toda essa repercussão, mas na época havia muita oposição à Brasília e um jornal de Belo Horizonte, chamado *Binômio*, contrário à política de JK, fez um escândalo medonho” (*ibidem*). O desembargador, no entanto, não explica por que a maioria dos grandes jornais se limitou a apuração do fato à distância, enquanto o jornal *Binômio* enviou um repórter e um fotógrafo para investigar presencialmente o fato em Brasília (PAIVA, 2009).

Outro aspecto mal explicado: uma semana depois da ocorrência no acampamento, mais de 80 malas teriam sido abandonadas. Segundo a versão de alguns trabalhadores seriam os pertences dos operários mortos; para Arantes, os operários amedrontados foram embora do Planalto Central. Mas, se não houve um massacre, de acordo com o desembargador, por que estariam amedrontados? E mesmo que estivessem, por que deixariam seus pertences no acampamento? Um debate que infelizmente ficou à margem da imprensa brasileira na época.

Ainda sobre estas malas, o testemunho da lavadeira, Dona Suzana, no filme *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1992), de Vladimir Carvalho, coloca em xeque a versão oficial. D. Suzana, sem nada saber do que ocorreu na noite anterior, foi ao local entregar roupas lavadas aos trabalhadores. Perto do acampamento cruzou com um camburão e um guarda a alertou: “Não vá, a senhora está louca? Não pode passar aí”. E ela: “Por que não posso passar? Eu lavo roupa para esse povo”. O homem disse: “Não, a senhora não pode porque teve umas mortes, mataram muita gente aí. Quarenta e uma pessoas foram mortas aí”. D. Suzana foi embora levando malas cheias de roupas lavadas e passadas, que nunca foram reclamadas. Anos depois, doou tudo para colegas.

O jornalista Dídimo Paiva (2009), enviado especial do jornal *Binômio*, esteve em Brasília um dia depois do incidente. Segundo apurou, 22 pessoas teriam morrido e várias ficaram feridas. Conversou com trabalhadores hospitalizados e depois de um ano, quando voltou a procurá-los, nunca mais os encontrou. Os grandes jornais não deram a notícia com detalhes e havia um clima de constrangimento na cidade.

De acordo com Teixeira (1982), os guardas da GEB não estavam preparados para exercer a função policial e nem foram treinados ou qualificados para o contato diário com a população trabalhadora. Eram homens truculentos, alguns acusados de crimes. O principal critério de recrutamento era o indivíduo ser forte e alto. A função da GEB era

garantir a ordem e o controle da população do Núcleo Bandeirante e dos acampamentos das construtoras.

Uma associação de trabalhadores, que mais tarde formaria o primeiro sindicato em Brasília, enviou telegramas sobre a ocorrência à imprensa do Rio de Janeiro e de outras capitais (NADER, 2004). Contudo, grande parte dos jornais que publicaram algo (em geral notas de poucos parágrafos), se baseou em agências de notícias ou apuração por telefone, conforme veremos a seguir.

Assim, o tema só foi lembrado em poucos livros e matérias jornalísticas que tentaram fazer um resgate histórico da ocorrência. As principais biografias sobre Juscelino Kubitschek ou livros históricos sobre Brasília nem mencionam o episódio. É o caso das cinco autobiografias de Juscelino Kubitschek: *A Marcha do Amanhecer* (1962); *A Experiência da Humildade* (1974); *Por que Construí Brasília* (1975); *A Escalada Política* (1976); *50 Anos em 5* (1978). Nesta última obra, Kubitschek, além de não mencionar nada sobre o episódio da Pacheco Fernandes, ainda cita outro fato que não corresponde à versão de muitos outros relatos de pioneiros:

Há um fato curioso que merece ser ressaltado. Brasília era a terra dos records, de um permanente espírito de competição. Ali trabalhavam-se 24 horas por dia e o esforço que se fazia acusava um ritmo inédito em comparação com qualquer outra cidade do mundo. No entanto, a nova capital, apesar da sua tradição de operosidade, havia perdido um recorde: o de acidentes no trabalho. Somente 944 ocorrências simples, com um caso fatal, para a maior concentração obreira do mundo em 1960! (KUBITSCHKEK, 1978, p. 354).

Por outro lado, depoimentos feitos em Sant'anna (1989), Porto (1989), Melo (1990), Nascimento (1990), Queiroz (1991) Soeiro (1990) e Carvalho (1997) mostram que os acidentes de trabalho eram mais comuns e de maior gravidade (incluindo óbitos). Só para citar alguns relatos selecionados aleatoriamente que mostram casos de acidentes graves e óbitos:

(...) um operário que passava por baixo do **pilotis** e tinha um operário em cima desmoldando uma fôrma, quando o operário meteu o pé-de-cabra na madeira, uma lasca de concreto caiu lá de cima, e caiu na cabeça dele. Então ele teve um fratura no crânio.

(...) Teve um acidente no IAPB que até me puseram como perito, em que puseram muita gente numa torre de guincho, numa aquelas (sic) plataformas que levam operário e o cabo arreventou e aí parece que morreram dois ou três operários (SANT'ANNA¹, 1989, p. 32).

E como Brasília era realmente um famoso terreno de obra, os acidentes de trabalho começavam a surgir diariamente e assustadoramente. Foi então, quando inaugurado o hospital, foi providenciado imediatamente, a instalação então de um serviço de ortopedia para atendimento nesses casos, que a parte cirúrgica já funcionava. Então, como normalmente o acidente de trabalho, como a gente observa, afetava muito a parte de ortopedia, isso ao lado das clínicas básicas, foi instalado um ambulatório e a emergência de ortopedia.

(...) problemas de fraturas em consequência de quedas de andaime, por falta talvez até de proteção ao trabalhador, porque realmente essa parte até hoje ainda é abandonada, essa segurança e proteção do trabalhador (PORTO², 1989, p. 4-5).

Nós sabemos realmente que houve, como houveram (sic) outros fatos, por exemplo. Eu vou lhe citar, só para te dar um exemplo aqui: o edifício da construção do Congresso de 28 andares, quer dizer, quantos e quantos operários por falta de capacidade técnica ao soldar, caía e morria e você cobria com a lona? Nós sabemos disso.

¹ Cláudio Oscar de Carvalho Sant'anna é engenheiro e empresário. Entre as empresas que criou está a construtora Kosmos Engenharia que executou obras em Brasília, durante a fase de construção da nova capital.

² Edson Porto foi o primeiro médico a trabalhar em Brasília. Tornou-se também o primeiro diretor do HJKO (Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira), em 1957.

(...) Nós sabemos que não se constrói nada no mundo sem nenhum sacrifício, temos consciência disso. Entendeu bem? Como você deve saber que eu era inclusive estudante da Universidade de Brasília, que na construção ali simplesmente desabou, morreram dois candangos que o Darcy deu ao auditório o nome de Dois Candangos, e não foram esses dois, foram outros que realmente morreram (MELO³, 1990, p. 32).

Das biografias mais conhecidas sobre JK, a única que recebe uma menção de meia página sobre a ocorrência na Pacheco Fernandes, é o livro de Couto (2002), *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Já Bojunga (2001), Cony (2002), Heliodoro (1991), Jardim (1999) e Montello (1999) ignoram o fato em suas publicações. O mesmo acontece com obras renomadas sobre a construção de Brasília de Vasconcelos (1989), Silva (1999), Viana (2000) e Tamanini (2003).

PROBLEMA, OBJETIVOS E HIPÓTESES

Visto o contexto exposto acima sobre o incidente na Pacheco Fernandes, cabem os questionamentos: na época, qual foi o destaque dado pela imprensa escrita ao incidente na Pacheco Fernandes? Qual a relevância do jornalismo para o esclarecimento de episódios como o da Pacheco Fernandes? Este trabalho buscará responder essencialmente a estas duas questões.

A ocorrência na Pacheco Fernandes foi registrada em pequenas notas pelos jornais da época. Por se tratar de um período de carnaval, muitos veículos da época, inclusive os grandes jornais, trabalharam em regime de plantão, outros, por exemplo, o *Jornal do Commercio*, nem imprimiram suas edições no período. Assim, com o número reduzido de jornalistas, a maioria apenas publicou o fato depois do feriado. Também não enviaram jornalistas para investigar pessoalmente o incidente, levantando informações parciais por telefone e reproduzindo notas de agências de notícia.

O objetivo deste trabalho é identificar até que ponto o incidente na Pacheco Fernandes foi apurado jornalisticamente pelos veículos de comunicação impressos da época no Brasil; comparar os conteúdos publicados sobre o incidente (a apuração dos fatos, o destaque, as tendências).

³ Natalino Cavalcante de Melo foi professor e jornalista.

Buscou-se também contribuir para a discussão sobre a responsabilidade ética do jornalista de apuração dos fatos de interesse público, levando em consideração os critérios de noticiabilidade; a importância da mediação que os meios jornalísticos exercem entre a realidade e a população em geral.

Neste sentido, busca-se também, como hipótese a ser verificada no trabalho, discutir as consequências de uma insuficiente apuração ou cobertura jornalística, presencial, de um acontecimento de relevância político-social, na historiografia e na interpretação da sociedade em que vivemos.

Este tema foi pouco investigado em pesquisas acadêmicas, apesar de existirem fontes nas bibliotecas públicas, por exemplo, na Universidade de Brasília, no Arquivo Público do Distrito Federal, no Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal, entre outras. Os estudos sobre o tema focaram no âmbito histórico, sociológico, ideológico, sem, no entanto, ter como objeto de investigação o jornalismo impresso da época.

Quando se discute ética jornalística, grande parte dos autores remete a problemas concretos, fatos, abordagens de publicações, que são colocadas no centro das discussões. Por exemplo, os excessos da imprensa no caso da Escola Base e da morte de Isabella Nardoni. Este último praticamente monopolizou a cobertura jornalística no mês de abril de 2008.

Por outro lado, uma situação crítica é quando um acontecimento, de relevância sociopolítica, não é investigado satisfatoriamente pela mídia trazendo consequências para a percepção e a interpretação da realidade. Se uma ocorrência não é registrada, historicamente ela pode não mais ser lembrada ou permanecer na memória social de modo distorcido; se ocorreu há décadas e é encontrada em poucas fontes, sua difusão e universalidade são pequenas. De acordo com Medina (1988), a História se interessa pelo acontecimento e pelas conexões do mesmo, enquanto o Jornalismo procura registrar acontecimentos isolados (se interessando pelo passado e futuro na medida em que projetam luz sobre o presente). Publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em História.

Segundo Karam (1997, p. 94), “o maior número possível de informações, no maior número possível de veículos, com a maior densidade possível de controle social são princípios bastante razoáveis para permitir o maior número possível de fatos em suas sucessivas e diferenciadas versões, interpretações, opiniões”. De acordo com Karam (1997), isso significa que o jornalismo precisa ter uma conexão com a

totalidade social como atividade e, ao mesmo tempo, refletir a diversidade das muitas particularidades sociais que se expressam cotidianamente.

Em um período como hoje é muito difícil um acontecimento como uma chacina passar despercebida pela imprensa, já que os atuais recursos tecnológicos possibilitam maior facilidade e rapidez na apuração dos fatos. Mas, em 1959, quando uma viagem do Rio de Janeiro à Brasília demorava em média dois dias, sem infraestrutura de comunicação adequada, o acesso à informação era mais difícil (SILVA, 1999).

REPORTAGEM OU TRABALHO CIENTÍFICO?

Este foi um dos questionamentos que recebi quanto à estrutura deste trabalho. Sinceramente não consigo responder a esta pergunta com dicotomias, fragmentações e exclusões. O objeto de pesquisa deste trabalho exige uma reconstrução histórica por meio de levantamento de documentos, realização de entrevistas, sendo assim é inevitável alguma contaminação da linguagem e de alguns métodos jornalísticos. Além disto, tanto jornalistas quanto pesquisadores acadêmicos precisam testar suas hipóteses e fundamentar seus argumentos, diferente do senso comum. É, sem dúvida, uma relação híbrida entre jornalismo e ciência. Contudo, buscou-se aqui respeitar as exigências acadêmicas.

Importa esclarecer que esta reconstrução do episódio da Pacheco Fernandes tem finalidade ilustrativa. Assim, propõe-se que este caso sirva de paradigma ou referência para debate e análise de outros casos similares, no contexto da responsabilidade social do jornalismo. A proposta central desta dissertação é discutir sobre a relevância do jornalismo para a percepção mais fidedigna e compreensão da sociedade em que vivemos. O incidente em questão é um exemplo, entre tantos outros ocorridos na História, de lacunas deixadas pela ausência do jornalismo ou pelo jornalismo mal feito.

Também se pretende contribuir para elucidar sobre o incidente na Pacheco Fernandes, porém ressaltando a importância da atividade jornalística. Por isto, toda a discussão aqui estará relacionada aos fundamentos do Jornalismo, contextualizando o histórico da atividade, relacionando o objeto desta pesquisa aos critérios de noticiabilidade, o rigor da apuração e da verificação como pré-requisitos para a publicação em jornais.

Portanto, este episódio ocorrido na construção de Brasília, no contexto desta dissertação, não vale tanto por si mesmo. Seu valor aqui é na condição de uma referência para outros casos que o jornalismo

deixa de cobrir. E mesmo que o jornalismo esteja presente e registre um acontecimento, não deve deixar de lado sua natureza questionadora, interrogadora e investigativa.

Antes de discutir o tema em si, na primeira parte da dissertação será realizada uma breve contextualização do desenvolvimento do jornalismo no mundo e no Brasil, os referenciais teóricos que norteiam esta atividade profissional, buscando compreendê-la até a década de 1950, quando ocorreu uma série de mudanças. Mesmo que existam muitos estudos sobre a história do jornalismo, para o presente trabalho esta discussão é relevante, pois sempre é possível trazer novas perspectivas. Os conceitos fornecidos na primeira parte desta pesquisa são utilizados como base para a segunda parte da dissertação.

O segundo momento do trabalho tem o foco na pesquisa empírica, na análise e na interpretação de textos publicados, entre 12 e 16 de fevereiro de 1959, em dez jornais: *Binômio* (MG), *Diário de Pernambuco* (PE), *O Estado de São Paulo* (SP), *Última Hora* (RS), *A Notícia* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ), *O Globo* (RJ) e *Tribuna da Imprensa* (RJ).

O confronto entre os referenciais teóricos e os resultados empíricos possibilitou constatar a discussão seguinte sobre a importância do jornalismo, a responsabilidade social do jornalista, seja no esclarecimento, na transmissão de informações ou na construção social da realidade.

Ilustração 1: Trabalhadores na construção de Brasília.



ARQUIVO PÚBLICO DO DF

NOV.D.04.04.C.04 N° 3291

CONTEÚDO: OPERÁRIOS DE OBRAS, NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

LOCAL: BRASÍLIA - DF DATA: [1957 - 1959]

AUTOR: NÃO IDENTIFICADO

Ilustração 2: Guarda Especial de Brasília.



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.04.04.C.05 N° 3446
CONTEÚDO: DEPARTAMENTO REGIONAL DE POLÍCIA
DE BRASÍLIA (DRPB) - GUARDA ESPECIAL DE BRASÍLIA
LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: [1958-1960]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO

Ilustração 3: Distância em linha reta das capitais brasileiras em relação à Brasília.



Fonte: Arquivo ArqPDF (Autor: Mario Fontenelle).

**PARTE I FUNDAMENTOS DO JORNALISMO: BASES
HISTÓRICAS E CONCEITUAIS**

1 BASES HISTÓRICAS DO JORNALISMO

Nem sempre se reconhece que o jornalismo precedeu a tipografia de Johannes Gutenberg (1390-1468). Há pesquisadores que consideram a imprensa fruto do capitalismo e da modernidade. Jean Chalaby (1996), por exemplo, defende que o jornalismo é uma invenção anglo-americana e consequência da sociedade industrializada e dos avanços tecnológicos.

Autor do artigo *Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s*, publicado pela revista *European Journal of Communication*, Chalaby compara o jornalismo anglo-americano e francês, constando a consolidação de alguns fundamentos do jornalismo, por exemplo, a separação de notícias (fatos) e comentários, primeiramente no jornalismo norte-americano e inglês. As causas destas diferenças são principalmente culturais, políticas e econômicas (CHALABY, 1996).

Contudo, há outros pesquisadores que destacam o desenvolvimento da atividade jornalística, atravessando diferentes épocas e culturas. Assim, segundo este pensamento, mesmo sem a atividade profissional estar institucionalizada é possível encontrar elementos constitutivos do jornalismo em diferentes períodos da História.

Alejandro Pizarroso Quintero, citado por Jorge Pedro Sousa (2009, p. 4), aponta que existem três opiniões básicas sobre a origem do Jornalismo, sendo duas “socioculturais” e uma “técnica”:

1. Antiguidade. O jornalismo está presente desde a Antiguidade nos meios de troca regular de informações e de notícias sobre o cotidiano e os fatos atuais (daquela época).

2. Modernidade. O surgimento do jornalismo ocorreu após a tipografia de Gutenberg, que permitiu a aquisição e a expansão da periodicidade da imprensa européia.

3. Tecnologia. O jornalismo surge a partir do século XIX, após a Revolução Industrial, devido ao aparecimento de recursos técnicos, impressoras, rotativas que permitiram a massificação dos jornais. Também foi a partir deste período que foi possível transmitir informação à distância (telégrafos) e a obtenção mecânica de imagens (fotografia).

Stephen Ward (2006) reconstitui na obra *The Invention of Journalism ethics: the path to objectivity and beyond*, alguns elementos do Jornalismo desde a Antiguidade. Segundo ele, o historiador grego Tucídides, elaborou trabalhos já com princípios semelhantes às técnicas da imprensa moderna. Descrição fiel dos fatos, imparcialidade e concisão já eram algumas das preocupações de Tucídides, que escreveu oito volumes da *História da Guerra do Peloponeso*, revalorizados vinte séculos mais tarde por Thomas Hobbes:

Tucídides conta que a desastrosa guerra de Atenas com Esparta foi metodologicamente autoconsciente. Ele comparou a Guerra do Peloponeso com as guerras anteriores. Ele apresentou as causas factuais para o evento. Ele criticou Heródoto por não ser cuidadoso sobre as suas fontes. Tucídides, como um jornalista, assegurou ao leitor que ele oferecia um relato confiável. “Com relação ao meu relato factual dos acontecimentos (...) Adotei um princípio de não escrever a primeira história chega a mim, e nem mesmo de ser guiado pelas minhas impressões gerais, quer eu me apresente nos eventos que eu descrevi, ou então ao ouvir testemunhas, cujos relatos tenho verificado com o maior rigor possível⁴” (WARD, 2006, p. 40, tradução nossa).

Tucídides elaborou sua obra com base em depoimentos, mas questionava a veracidade das informações passadas por suas fontes, argumentando ser difícil construir uma história baseada apenas no relato das pessoas. Para ele a investigação foi penosa porque aqueles que assistiram aos acontecimentos não descreviam de igual modo, falando segundo seus interesses e volubilidade das lembranças (WARD, 2006).

⁴ Thucydides' account of Athens's disastrous war with Sparta was methodologically self-conscious. He compared the Peloponnesian War with previous wars. He presented the factual causes for events. He criticized Herodotus for not being careful about his sources. Thucydides, like a journalist, assured the reader that he offered a reliable account. “With regard to my factual reporting of events... I have made it a principle not to write down the first story that came my way, and not even to be guided by my own general impressions; either I was present myself at the events which I have described or else heard of them from eyewitnesses whose reports I have checked with as much thoroughness as possible” (WARD, 2006, p. 40).

Cerca de um século depois, as contribuições trazidas por Platão, Aristóteles e Protágoras já haviam consolidado a ideia de que o discurso deveria ser bem articulado e acessível às massas. A persuasão, que integra a retórica, já era proposta como um referencial de exposição dos fatos, com demonstrações e conclusões. Para Marco Túlio Cícero, além de três qualidades essenciais no discurso (brevidade, clareza e verossimilhança), um texto completo exigia responder as seguintes perguntas: quem (*quis / persona*), o quê (*quid / factum*), onde (*ubis / locus*), como (*quemadmodum / modus*), quando (*quando / tempus*), com que meios ou instrumentos (*quibus adminiculis / facultas*) e por quê (*cur / causa*). O jornalismo moderno tomou o que havia de melhor na *retórica* (KARAM, 2007).

As atas diurnas romanas constituem os mais antigos registros escritos, encontrados até hoje, que têm formato similar aos jornais. A princípio os acontecimentos importantes eram publicados em Roma numa tábua branca, pendurada no muro da residência do grande pontífice. Mas Júlio César determinou que esse meio publicasse diariamente os atos do Senado e algumas notícias envolvendo o povo. O ato aparentemente democrático servia, na verdade, para desmoralizar os senadores, mostrando conflitos antes encobertos. Havia, porém, características similares ao jornal: periodicidade, atualidade, utilidade pública (RIZZINI, 1977).

E fora do eixo europeu, Marques de Melo (1973) lembra que o Oriente, em especial a China, já possuía no século VIII tecnologia para a produção de papel e o desenvolvimento da imprensa. Contudo, grande parte dos historiadores ocidentais minimizou o feito, pois a expansão da imprensa tomou maior proporção no Ocidente, com o crescimento comercial e industrial.

De acordo com Sobrinho (1997), a atividade para formação do periodismo se esmoreceu no Feudalismo. Embora a existência de menestréis e arautos, o serviço de informações só ganhava força e se organizava para atender a demanda de notícias sobre as guerras.

Para Rizzini (1977), a Idade Média foi predominantemente o período da palavra falada, sendo que os poucos indivíduos que sabiam escrever não tinham como, nem a quem fazê-lo. As canções dos trovadores eram novidades rimadas, muitas delas com narrativas cáusticas para satisfazer os ouvintes.

O sistema feudal perdeu força com o avanço comercial e o fortalecimento da burguesia. A partir do século XII, surgiram as primeiras universidades européias. Neste período, agregou-se, em parte da sociedade, uma cultura intelectual desenvolvida em torno da filosofia

e da ciência, estimulada pelos cursos existentes. E foi justamente essa burguesia, dois séculos depois, a responsável pela expansão da arte gráfica nas principais cidades européias.

Habermas (*apud* GOZZINI, 2000) acredita que o desenvolvimento da imprensa está relacionado a mudanças no sistema político e o surgimento de uma burguesia que lutou contra um regime feudal. Ao mesmo tempo, houve o fortalecimento de um jornalismo com interesses mais amplos.

Segundo Moretzsohn (2007, p. 105), a origem do jornalismo remonta ao século XIII, “quando a necessidade de informações sobre fatos políticos, condições de transporte, climáticas ou de qualquer natureza que pudessem influenciar a vida econômica levou à produção e reprodução de folhas manuscritas”, financiadas por banqueiros e comerciantes. Naquele contexto, as informações jornalísticas publicadas eram de interesse privado, claramente direcionado para quem financiava, mas que rompiam o controle da comunicação pelo poder político e eclesiástico.

Nesta época, era crescente a produção de livros e outros produtos manuscritos, multiplicando inclusive a quantidade de copistas de materiais didáticos para alunos das universidades até ao ponto destes calígrafos não suportarem a demanda.

Porém, no século XV, o desenvolvimento da tipografia de Gutenberg possibilitou agilizar a reprodução de obras. Rapidamente, essa tecnologia se espalhou por todo o Continente, tornando-se uma atividade lucrativa. Mas o uso da imprensa ainda seria restrito por um longo período, seja pelo rigor da censura da Igreja Católica, pela grande taxa de analfabetismo e pelas condições sócio-culturais.

Para Marques de Melo (1973), a partir do século XV, o homem adquire consciência da importância do conhecimento tal qual agente de transformação social, utilizando os livros para ampliar a bagagem cultural. Tal condição será determinante para uma condição mais favorável e, futuramente, para a consolidação da imprensa.

Na Europa Central, os antecessores dos jornalistas eram os trovadores viajantes, que comunicavam e descreviam os acontecimentos em feiras, mercados e cortes aristocráticas. Também exerciam de certo modo a função de jornalistas, os mensageiros, os escrivãos públicos, os editores de livro, os negociantes, diplomatas e outras pessoas com fácil acesso à informação. Havia correspondentes de príncipes governantes, das cidades imperiais, das cidades-estado ou das grandes casas comerciais, que enviavam informações relevantes sobre guerras e negócios. Foi o período também dos jornais manuscritos, mais ágeis,

que podiam driblar a censura e trazer conteúdo exclusivo e confidencial (KUNCZIK, 2002).

Segundo muitos autores, por exemplo, Medina (1988, p. 17), o desenvolvimento da atividade jornalística passa necessariamente pela conquista do direito à informação. “Muito se escreveu, a partir do século XVIII (com os iluministas), sobre a importância da informação e a necessidade de seu livre trânsito”.

Cornu (1994, p. 131) vai ainda mais além ao afirmar que “não há ética sem liberdade, sem capacidade de traçar a sua própria via, de escolher entre diversos caminhos abertos”. Lembra ainda que a Igreja, percebendo os perigos da invenção da imprensa para si mesma, proibiu toda publicação (em 1487, pela bula papal *Inter multiplices*) sem a autorização de um bispo. Assim, as notícias se destinavam a informar somente, naquela época, às pessoas cultas e vinculadas ao poder.

Embora o desenvolvimento do jornalismo esteja relacionado à liberdade de expressão e ao direito à informação, não podemos esquecer que antes mesmo dos iluministas já havia trabalhos relevantes como o de Tobias Peucer, *De relationibus novellis* (Os Relatos Jornalísticos), considerada a primeira tese sobre jornalismo, defendida em 1690 na Universidade de Leipzig.

O estudo da imprensa existente no século XVII feito por Peucer, segundo Jorge Pedro Sousa (2004), só foi possível devido à confluência de pelo menos cinco fatores: a tipografia de Gutenberg; a expansão da indústria do papel; a vontade de alguns comerciantes (muitos deles proprietários de tipografias) que começaram a ver nas notícias uma mercadoria lucrativa; a necessidade de informações sobre a economia (sociedade capitalista em expansão); o aumento do fluxo de informações (nacional e internacional).

Peucer abordou o jornalismo como conhecimento, comparando-o com o relato histórico. Sousa (2004) ainda destaca Peucer como precursor da Teoria do Jornalismo contemporânea, destacando seu conceito de notícia que se baseia em: escrita e exposição descritiva; relatos sobre singularidades; fatos que oferecem novidades e satisfazem à curiosidade humana; notícias que têm utilidade.

O pesquisador alemão é apontado ainda como o autor do primeiro manual de jornalismo (SOUSA, 2004), trazendo prescrições sobre a estrutura das notícias que deve “ater-se àquelas circunstâncias já conhecidas que se costuma ter sempre em conta em uma ação tais como a pessoa, o modo, o local e o tempo” (PEUCER, 2004, p. 25). Ele sugeriu também a exposição cronológica (sucessão exata dos fatos) e arbitrária que respeite a natureza do tema. Destacou ainda a importância

da ética criticando publicação de “fábulas falsas junto de histórias verdadeiras” e de “desgraças humanas”, ressaltando a necessidade de notícias úteis e verdadeiras com qualidades relacionadas ao bom historiador (PEUCER, 2004, p. 17-22).

De acordo com Cornu (1994, p. 153), a primeira garantia escrita de liberdade de imprensa foi uma lei formulada em 2 de dezembro de 1766 na Suécia. Em 12 de junho de 1776, as mesmas premissas estavam na Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia que proclamou a independência da antiga colônia britânica. Em 1791, a primeira emenda à Constituição estadunidense dispôs: “O Congresso não fará nenhuma lei restritiva da liberdade de palavra ou de imprensa”.

O mesmo ocorreu com a Revolução Francesa que, em 26 de agosto de 1789, defendeu explicitamente a liberdade da imprensa. A predominância dos princípios liberais abriu um novo espaço e esfera de poder entre o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e a opinião pública preenchido por uma imprensa com grande audiência. Nasceu daí, a concepção de “Quarto Poder”, de origem incerta, atribuída a Edmund Burke (CORNU, 1994, p. 176) e a Thomas Macaulay (MORETZSOHN, 2007, p. 117).

Para muitos autores, a opinião pública é um elemento essencial no desenvolvimento do jornalismo. De acordo com Gozzini (2000), por exemplo, a opinião pública começou a ser formar a partir da oportunidade de existirem mais cidadãos ativos no cenário social, capazes de interferir nas ações dos governos, acompanhando de perto o trabalho do Executivo, do Parlamento e do Judiciário.

De acordo com Gentilli (2005), a partir da segunda metade do século XVIII e no decorrer do século XIX, emergiu a sociedade de massas, caracterizada pela ascensão de uma massa de sujeitos que se tornam ativos socialmente. A aristocracia sentiu-se ameaçada por essa massa, constituída na maioria de indivíduos incultos e com valores diferentes.

Esta mudança do contexto mundial refletiu também na produção jornalística. Aos poucos, as publicações deixaram de atender somente a elite intelectual e começaram se direcionar para a população em geral (possibilitada pelo aumento da taxa de alfabetização). O jornalismo, do modo como existe atualmente, se consolidou no século XIX, principalmente na França, Inglaterra e nos Estados Unidos.

Outro indicador de mudanças irreversíveis no jornalismo foi o surgimento das agências de notícias. Para Fidalgo (2008, p. 100), elas desempenharam “um papel fundamental no acompanhamento noticioso da actualidade, à escala mundial, e servindo a imprensa em moldes que

um jornal, sozinho, nunca conseguiria”. De acordo com o mesmo autor, a pioneira foi a agência francesa *Havas*, que iniciou em 1832 suas atividades traduzindo textos de jornais estrangeiros para os jornais da França. Expandiu sua reputação na cobertura de guerras e na divulgação rápida de informações sobre a Bolsa de Valores, valendo-se principalmente do telégrafo.

(...) as agências – associadas às novas necessidades dos jornais e beneficiando da rapidez e fiabilidade do telégrafo – foram marcando progressivamente um estilo noticioso e contribuindo para implantar algumas rotinas informativas sobre a actualidade: a progressiva quantidade e pluralidade de jornais-clientes obrigava-as a alimentá-los diariamente com notícias, o que implicou passar a fazer “voltas” diárias junto das mais diversas instituições para recolher informações e, assim, criar um circuito de “fontes oficiais” que passaram a ter (também até aos nossos dias, podem bem dizer-se) uma presença muito regular na imprensa diária (FIDALGO, 2008, p. 103).

Outro fator fundamental para mudanças na imprensa neste período foi a expansão da publicidade nos jornais. Segundo Nilson Lage (2001) a publicidade, a partir deste período, teve duplo efeito: a redução do preço do exemplar, colocando os jornais mais acessíveis à população recém-alfabetizada e a garantia de sobrevivência, integrando empresa jornalística ao setor econômico.

Em 1846, havia em Paris 26 diários com 180.000 assinantes. O inovador *La Presse*, fundado em 1836 por Emile de Gerardin, contava com 63.000 assinantes em 1848. Nada disso se compara ao gigantismo de *Le Petit Parisien*, que, em 1913, ultrapassaria o milhão e meio de exemplares diários; ou de *La Matin*, fundado em 1884 e que, em 1913, vendia um milhão de exemplares; ou do *Petit Journal*, que ultrapassou o milhão de compradores em 1892.

Na Inglaterra, em 1829, os 17 diários de Londres tinham tiragem de 44.000 exemplares. Em 1856, só o Times vendia 60.000. A baixa dos preços favorecida pelo mercado publicitário elevou o *Daily Telegraph* da tiragem de 30.000 exemplares em 1858 para 142.000 em 1861, e 300.000 em 1880. O *Daily Mail*, já em 1900, vendia 800.000 exemplares.

Nos Estados Unidos, havia oito diários, em 1790; um século depois, 1.662 diários, com a tiragem de 8.387.188 exemplares; em 1910, 2.433 diários, com tiragem de 24.211.997 exemplares (LAGE, 2001, p. 31).

No século XX, não podemos deixar de mencionar a contribuição do jornalista alemão Otto Groth (1875-1965), que escreveu trabalhos no intuito de desenvolver uma ciência jornalística, autônoma, com fundamentos teóricos próprios.

Groth (2006) buscou entender a natureza do jornalismo, buscando analisar a mídia impressa da época. Ao propor o jornalismo enquanto uma ciência, ele descartou o seu tratamento na condição de uma mera técnica. Assim, a ciência do Jornalismo seria um imperativo do próprio momento cultural, necessitando de objeto e métodos próprios.

O objeto analisado por Groth (2006) foi chamado de “periodística”, ou seja, o conjunto de jornais, revistas e folhetins disponíveis. Ele destacou quatro aspectos característicos do “periodística”: periodicidade, atualidade, universalidade e difusão. Estes elementos interferem na vida das pessoas, nos comportamentos e padrões sociais, culturais e políticos dos grupos sociais.

Influenciado principalmente pelo sociólogo Max Weber, começou a publicar 1910 *Die Zeitung* (O Jornal), o primeiro de quatro volumes, considerada uma enciclopédia do jornal alemão. Mas foi em *Die unerkannte culturmacht* (O poder cultural impercebido), sua reflexão mais estruturada, em que fundamentou a autonomia da “ciência periodística”. O primeiro volume, de sete, foi lançado 1960. Groth não presenciou a publicação dos dois últimos volumes (BERGER & MAROCCO, 2006).

Para compreendermos o desenvolvimento das atividades jornalísticas, a partir da segunda metade do século XIX até os dias atuais, é importante considerarmos algumas mudanças de paradigmas no

campo científico e filosófico, especialmente quanto ao conceito de objetividade.

Na defesa de uma posição independente, e portanto democrática, está a ideia da objetividade jornalística. A imprensa passou a defender esse valor em seu discurso, promovendo-se como imparcial, neutra; prometendo distanciamento na observação e descrição fidedigna sobre os acontecimentos políticos e os fatos em geral.

Essa postura é “vendida” aos leitores como uma atitude profissional do jornalismo moderno, isto é, estar à frente do jornalismo político e opinativo. A objetividade é o cânone desta militância, que promete aos leitores uma cobertura jornalística transparente e ética. Transmite-se a ideia de que, assim, o jornalismo está a serviço dos cidadãos, isento de interesses e com autoridade para vigilância dos poderes Executivo e Legislativo.

Segundo Motta (2002), essa posição justifica a alegação de uma observação e de um relato fiel dos fatos que se traduz por verdade.

Aquilo que os jornais revelam seria a verdade, nada mais que a verdade. As notícias seriam, então, a significação mais pura dos acontecimentos cotidianos. Por isso, isenta para deixar que a opinião pública se forme por si mesma, sem persuasão ou manipulação por parte da imprensa. A imprensa seria, então, o instrumento fundamental do jogo democrático do poder. Isso vale especialmente porque a complexidade das sociedades contemporâneas não permite a cada um observar diretamente todos os fatos concernentes, nem dá a todos a capacidade de interpretá-los coerentemente, profissionalmente. Esse é o papel da imprensa (MOTTA, 2002, p. 16).

Esta visão é fundamentada pelo jornalismo visto como uma técnica, instituído pelos primeiros cursos superiores de jornalismo, nos Estados Unidos, que buscaram a padronização de métodos de apuração e os processamentos de informações.

O paradigma, imposto pela realidade da época, foram as ciências exatas. Estabeleceu-se que a

informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para que se obtivesse a versão mais próxima possível da realidade (a *lei das três fontes*: se três pessoas que não se conhecem nem trocaram impressões contam a mesma versão de um fato que presenciaram, essa versão pode ser tomada como verdadeira); que a relação com as fontes deveria basear-se apenas na troca de informações; e que seria necessário, nos casos controversos, ouvir porta-vozes dos diferentes interesses em jogo (LAGE, 2003, p. 18).

A seguir será exposto como que essa ideologia da objetividade passou a dominar a atividade jornalística, a partir do século XIX.

1.1. A ERA DO JORNALISMO OBJETIVO

Segundo Sponholz (2009, p. 53), devido aos vários sentidos da palavra objetividade, é mais adequado considerar que não existe “a história da objetividade”, mas indicadores sobre o desenvolvimento desta ideia. Para ela, a objetividade se desenvolveu de maneira diferente, de acordo com a época e cultura. A autora aponta que “noções de objetividade como imparcialidade ou neutralidade já eram discutidas na Alemanha pelo menos desde o século XVII”. Não se pode afirmar, porém, que estas noções estavam presentes na imprensa da época.

A objetividade passou a ser uma expressão comum na ciência e na filosofia no século XIX. Parte desta responsabilidade pode ser atribuída a Kant sobre seus debates epistemológicos no século XVIII. Os avanços e os benefícios da tecnologia ajudaram a reforçar ainda mais a admiração pela ciência e pela objetividade.

Segundo Ward (2006, p. 78) o conceito de objetividade evoluiu ao longo do século XIX para a “objetividade pura”. Esta objetividade tornou os métodos científicos mais rigorosos, designando ao cientista o papel de “observador desapaixonado da natureza”. A primeira manifestação de “objetividade pura” no século XIX foi o positivismo (uma filosofia da ciência e do pensamento humano). Para o autor, o positivismo foi, em primeiro lugar e acima de tudo, antimetafísico e antiteológico.

Tal pensamento científico influenciou diversas correntes do conhecimento humano, por exemplo, a literatura, com o surgimento do

Realismo; e o jornalismo, com o início da transição para a elaboração de textos objetivos.

De acordo com Ponte (2004), é do Realismo a proposta de descrever a vida tal como ela é, estimulando a percepção do mundo real. Essa corrente literária ergueu-se contra o classicismo e o romantismo recusando idealizações e distorções, reivindicando a percepção objetiva. O narrador incorporou à ficção as aparências da realidade; a observação desapaixonada e aparentemente sem emoções e preconceitos.

Honoré de Balzac, Stendhal, Charles Dickens e Vitor Hugo são alguns exemplos de escritores realistas deste período. Mais tarde, Machado de Assis, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo foram alguns dos nomes de peso que representaram esta corrente literária no Brasil.

O Realismo teve um papel determinante na mudança da estrutura do texto jornalístico. O jornalismo passou a ser orientado principalmente para o relato dos fatos do presente, encontrando no Realismo algumas metáforas, por exemplo, na produção de matérias como se fosse um “espelho da vida”. Esta prática passou a se sustentar na capacidade de descrever os fatos. A descrição tornou-se um elemento constitutivo de uma ilusão do real, de se “ter estado lá” para relatar ao leitor o que foi exatamente visto (PONTE, 2004).

Assim, os jornais, que até então tinham um caráter essencialmente político, voltado aos debates de idéias, à expressão de opiniões, começam a mudar. Essa mudança na atividade jornalística também seguiu uma lógica comercial e econômica. Aos poucos, evitando desagradar o menor número possível de leitores (nesta época, a tiragem dos jornais crescia a cada ano), a grande imprensa começou a buscar um estilo de neutralidade e imparcialidade no tratamento dos fatos. As determinações comerciais destas publicações, portanto, contribuíram para a predominância de outro modelo de jornalismo, que diminuiu gradativamente as opiniões das notícias cotidianas.

Esta foi a conclusão que chegaram alguns autores, por exemplo, Park, Ross, Lippmann, Bourdieu, Marcondes Filho e muitos outros. Para Cornu (1994), por exemplo, a objetividade não constituía um problema para a imprensa do século XVIII ou na primeira metade do século XIX, pois os jornais eram direcionados ao debate de ideias e expressão de opiniões. Porém, se tornou um problema com o desenvolvimento da grande imprensa e da informação.

A grande imprensa vê-se rapidamente obrigada a respeitar uma neutralidade ajustada às suas

ambições mercantis. Que fazer para desagradar ao menor número de leitores potenciais, dado ser impossível agradar a todos? Tal é então, formulada em termos de mercado, a aposta da objectividade jornalística (CORNU, 1994, p. 182).

Dan Schiller, citado por Kunczik (2002, p. 227), menciona cinco fatores que favoreceram a evolução da norma de objetividade jornalística nos Estados Unidos: a evolução da imprensa como “voz do povo”; o domínio das ideias de Francis Bacon, que atribuem grande importância aos fatos; o desenvolvimento da fotografia, acompanhado da crença que ela representa a realidade; o surgimento das agências de notícias; a identificação da reportagem objetiva na condição de protetora ante as pressões externas.

Para Marcondes Filho (1986, p. 63), o avanço tecnológico exigiu dos jornais a capacidade financeira de autossustentação com pesados pagamentos, transformando uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma empresa capitalista que precisa vender e se autofinanciar. “A oportunidade de criar um jornal vai sendo cada vez menos um resultado do movimento político e cada vez mais uma oportunidade dos que têm o capital”.

O jornalismo, segundo Marcondes Filho (1986, p. 64), deixa de ser uma livre manifestação de indivíduos isoladamente e de posições políticas. “A consequência mais grave de todo esse desenvolvimento foi a supressão da liberdade individual do redator, do jornalista, e a transferência dessa liberdade exclusivamente para as mãos do proprietário”.

De acordo com Bourdieu (*apud* TRAQUINA, 2005), o pólo intelectual e o pólo econômico tornaram-se cada vez mais dominantes no campo jornalístico a partir do século XIX, diminuindo a importância do pólo político. A imprensa conseguiu uma grande expansão, que foi ainda maior no século XX com o surgimento de novos meios de comunicação.

Outra explicação para a aposta da objetividade jornalística foi a necessidade de adequar os grandes jornais aos recursos tecnológicos disponíveis para coberturas à distância. Por exemplo, as dificuldades encontradas no envio de informações extensas durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865). O uso do telégrafo era muito caro e constantemente tinha problemas técnicos. Tal fato teria afetado os

correspondentes de guerra a adotar uma linguagem mais específica, concisa, sucinta, direta e objetiva.

Estas limitações impuseram aos jornalistas que acompanhavam a guerra, por razões de eficácia, uma concisão particular e uma organização das mensagens descrita como ‘uma pirâmide invertida’. O informador começava por oferecer num primeiro parágrafo um resumo sucinto da notícia, respondendo às perguntas de base (quem, o quê, quando, onde, como?), antes de apresentar os pormenores, ou mesmo alguns desenvolvimentos explicativos ou especulativos (porquê, com quais conseqüências?). Reduzida ao seu núcleo factual, a notícia apresentava-se desde logo, com o seu lead, como candidata à objetividade (BALLE *apud* CORNU, 1994).

A partir de 1920, nos Estados Unidos, começa a ocorrer uma inversão na tendência de assinatura de jornais diários. Se a partir de 1850, as assinaturas cresceram, depois de 1920 houve queda de assinatura ano após ano, até os dias de hoje. Assim, os jornais passaram a ser cada vez mais dependentes dos anúncios publicitários (MARSHALL, 2003).

Nas primeiras décadas do século XX surgem trabalhos de três autores estadunidenses, fundamentais para entendermos as mudanças no jornalismo nesse período: *Edward Ross*, *Robert Park* e *Walter Lippmann*. A análise deles coloca em xeque a viabilidade prática de uma objetividade no jornalismo empresarial. Portanto, são críticos em relação ao discurso predominante da objetividade no jornalismo.

Walter Lippmann questiona o ideal de imprensa livre. Para ele, após a revolução industrial, os meios de informação se adequaram à lógica do sistema capitalista. A imprensa de massas surge como necessidade e negócio. Lippmann destaca que “a monopolização que o capital exerce sobre a estrutura dos meios de comunicação” distanciam a imprensa do seu ideal democrático (BADYA & CLUA, 2008, p. 127). Para ele, a objetividade pura na imprensa não existe. E mais do que isso: a imprensa contribui na construção e na cristalização de estereótipos sobre a realidade.

Edward Ross (2008, p. 90) chama atenção para “a comercialização da imprensa”, em que cada vez mais (no começo do século XX), a venda de publicidade representa um volume maior na receita total e os assinantes uma quantidade menor. Tal fato seria uma ameaça à liberdade devido à relação dos jornais com os anunciantes. Os principais anunciantes passariam longe das páginas de notícia, conseguindo inclusive suprimir outras notícias importantes de seu interesse.

Este grupo de anunciantes foi denominado por Ross (2008) como as “vacas sagradas”. Ele sugere que um jornal deveria ser dirigido por fundações privadas, atendendo assim, segundo o autor, melhor a demanda da comunidade, não dramatizando fofocas e crimes, principalmente não falsificando ou distorcendo as notícias.

Para Robert Park (2008, p. 71), “o poder da imprensa é a influência que jornais exercem na formação de opinião pública mobilizando a comunidade para a ação política”. Neste sentido, um jornal para se tornar fonte de poder político precisa circular e exercer uma influência mesmo que seja restrita a uma elite política.

Ele chama atenção para o fato do jornal moderno ser avaliado como um empreendimento comercial, classificando o redator como um “filósofo que virou comerciante” (PARK, 2008, p. 80). O produto que ele vende é a notícia; o jornal cumpriria o mesmo papel, nos tempos modernos, dos sofistas no período de Sócrates e Platão. O surgimento da imprensa amarela, para Park, está atrelado ao crescimento das grandes cidades que aumentou muito o número de leitores. A literatura que antes era um artigo de luxo se tornou uma necessidade da cidade.

Park é uma referência importante, pois apresenta pelo menos duas grandes contribuições ao jornalismo: define o jornalismo enquanto uma forma de conhecimento e propõe que esta área seja estudada tal qual uma instituição social. Este tipo de conhecimento orienta os indivíduos na vida diária (MACHADO, 2005, p. 26).

Na década de 1970, as teorias construcionistas ganharam força, rejeitando o princípio positivista do século XIX da objetividade pura. Para os construcionistas as notícias são agentes de transformação e construção da realidade. De acordo com Traquina (2005, p. 171), muitos acadêmicos de jornalismo “segundo o exemplo dos antropólogos (...) foram aos locais de produção, permaneceram durante longos períodos de tempo, observaram os membros da comunidade jornalística com o intuito de ‘entrar na pele’ das pessoas observadas”.

Além dos construcionistas, outros autores também colocam em xeque a validade da objetividade pura. Amaral (1996, p. 60) comenta que, embora a objetividade tenha exigido maior disciplina e qualidade

literal dos fatos citados nas notícias, fortalecendo a ética no jornalismo, “diferentes pessoas escrevendo sobre o mesmo assunto nunca produziram exatamente a mesma coisa”.

Segundo Meditsch (2007), se os fatos é que são a realidade, resta descrevê-los de modo objetivo, anulando a intervenção do sujeito na descrição. Essa pretensão, que baseia a objetividade jornalística, revela-se falaciosa quando se constata que a não-intervenção não passa de uma ilusão.

Se modificarmos o objeto de estudo, esquecendo por um momento o jornalismo para nos determos sobre a ciência, que demonstra a subjetividade dele, poderemos chegar à mesma conclusão. A história e a etnografia das ciências e a análise do discurso científico aniquilam, com a mesma facilidade, o paradigma de objetividade que sustenta, muitas vezes, o ponto de vista dos cientistas. A perspectiva científica que vê o jornalismo apenas como distorção da realidade, e sentencia que por sua subjetividade inerente é incapaz de conhecer, conduz a um paradoxo sem saída ao ser confrontada com a evidência de que também interfere nos fatos que estuda com igual grau de subjetividade (MEDITSCH, 2007, p. 229).

Por outro lado, embora reconheça os méritos do paradigma ideológico, Meditsch (2007) aponta que há uma tendência de se enfatizar a subjetividade do conhecimento em detrimento da objetividade, perdendo-se na relatividade do subjetivismo.

O paradigma ideológico tem dificuldade para explicar como, apesar de tudo, o conhecimento reflete de alguma forma a realidade objetiva, ao mesmo tempo que a refrata pela ideologia. Na tentativa de fazê-lo, quase sempre procura uma reconciliação com o paradigma positivista que destruiu, caindo em contradição com seus pressupostos (MEDITSCH, 2007, p. 230).

Chalaby (1998) chama atenção para as normas discursivas que delineiam os limites da escrita da notícia, sendo a objetividade um atalho que contribuiu para atribuir ao jornalismo um gênero de discurso especial. Para o autor de *The invention of journalism* pelo menos quatro normas contribuem para a separação do jornalismo da imprensa partidária: a neutralidade, a imparcialidade, o equilíbrio e a equidade.

Uma série de normas discursivas delinea os limites que circunscrevem o formato de notícia e define a reportagem como gênero jornalístico. O conceito de ‘objetividade’ é um atalho para designar dois grupos intimamente relacionados às normas discursivas e uma norma discursiva que muito contribuiu para moldar o jornalismo como um discurso particular. O primeiro desses grupos é composto por quatro normas que se formam durante o processo de separação de imprensa da política partidária. Estas quatro normas são neutralidade, imparcialidade, equilíbrio e equidade. A segunda norma é a de reclusão e está relacionada aos meios de comunicação das organizações e da relutância dos jornalistas para tomar partido no processo político. O terceiro grupo também inclui quatro normas: a veracidade, a factualidade, o rigor e a completude⁵ (CHALABY, 1998, p. 130, tradução nossa).

Chalaby (1998, p. 77) ainda afirma que a “despolitização” da imprensa não deve ser confundida com a “desideologização” da mesma. Neste sentido, ele acredita que é falso pensar que um jornal sem vínculos partidários ou políticos veicule menos ideologia do que um órgão político. Ou seja, mesmo com os pressupostos de objetividade,

⁵ A series of discursive norms delineates the boundaries which circumscribe the news format and defines the news report as a journalistic genre. The term ‘objectivity’ is a short-cut to designate two closely interrelated clusters of discursive norms and one discursive norm which greatly contributed to shape journalism as a particular discourse. The first of these clusters comprises four norms which formed during the process of separation of the press from party politics. These four norms are neutrality, impartiality, balance and fairness. The second norm is that of retreatism and is related to media organizations’ and journalists’ reluctance to take sides in the political process. The third cluster also includes four norms: truthfulness, factuality, accuracy and completeness (CHALABY, 1998, p. 130).

imparcialidade e equilíbrio, estes jornais não devem ser considerados politicamente neutros. Mais do que isto, Chalaby acredita que esta despolitização não implica nem mesmo na ausência de arbitrariedade dos veículos e dos jornalistas, manifestando suas ideologias de diversos modos, seja na forma explícita ou oblíqua.

De acordo com Kovach e Rosenstiel (2004), no século 21 a profissão enfrentará seu maior desafio de todos os tempos: o surgimento de um jornalismo baseado no mercado, cada vez mais divorciado da ideia de responsabilidade cívica. Os autores questionam se é possível confiar em uma imprensa subsidiada por grandes corporações para vigiar os poderosos interesses existentes na sociedade.

A internet, a globalização e os conglomerados empresariais são apontados por Kovach e Rosenstiel (2004) como as três forças chaves que são as causadoras dessa virada do jornalismo ligado à construção da cidadania. A internet dissociou a profissão do jornalismo comunitário, político ou cívico, atendendo prioritariamente aos interesses comerciais e individuais. A noção de cidadania e comunidade tradicional fica ainda mais obsoleta com a globalização e o surgimento de conglomerados de comunicação.

Assim, cada vez mais um único grupo de comunicação detém emissoras de rádio, televisão, jornais e revistas em uma mesma cidade ou região. Para ilustrar os efeitos disto na objetividade jornalística, eles citam o exemplo das indústrias siderúrgicas e químicas que “compraram o jornalismo” nos anos 30. “Esse fato afetou a forma como a imprensa europeia viu o surgimento do fascismo. O militarismo era um bom negócio” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 53). Os autores questionam até que ponto o jornalismo americano, do mesmo modo, hoje, começa a ser comprado pela indústria do entretenimento e do comércio *online*.

Aqui, no contexto deste trabalho, devemos ir além das dúvidas de Kovach e Rosenstiel, questionando até que ponto a imprensa vem exercendo a crítica, o monitoramento independente do poder, a busca pelo interesse público, a lealdade com os leitores.

Buscamos fazer até aqui uma breve revisão histórica do jornalismo ocidental. A seguir discutiremos um pouco este tema, mais especificamente a respeito da história do jornalismo no Brasil e suas particularidades. Trata-se de um assunto essencial para contextualizar o objeto desta pesquisa.

2 O JORNALISMO NO BRASIL

O Brasil foi um dos últimos países do continente americano a contar com uma imprensa⁶, tendo como causa uma série de fatores, dentre os quais: ausência de urbanização, burocracia estatal, analfabetismo, censura colonial.

Algumas tentativas de instalar a imprensa em território nacional foram fracassadas. Por exemplo, o período em que os holandeses ocuparam parte do Nordeste (entre 1630 e 1655), buscando introduzir a tipografia para fins administrativos (ROMANCINI & LAGO, 2007).

No século XVIII existiam pequenas oficinas gráficas no Rio de Janeiro e em Pernambuco executando serviços rudimentares, imprimindo alguns avisos, livros e encomendas; também teriam circulado folhetins clandestinos com notícias e anúncios (BAHIA, 1960).

Não havia condições favoráveis ao surgimento da imprensa no Brasil antes da sua Independência, em 1822. Ainda assim, o jornalismo surgiu catorze anos antes da libertação do Brasil em relação a Portugal, embora com práticas ainda incipientes. Não havia interesse da Metrópole de criar pólos administrativos, comerciais, nem de investir em escolas, além de outros projetos estatais que embasassem a estruturação da imprensa. O Brasil colonial, ao contrário de alguns vizinhos na América Latina, não tinha universidade (LUSTOSA, 2003).

Em outros territórios onde a colonização não teve o caráter exploratório, por exemplo, nos Estados Unidos, a imprensa surgiu muito antes. Neste país, esta atividade surgiu da necessidade do desenvolvimento comercial, do fato de haver menor intervenção do Estado e maior taxa de alfabetização.

Os instrumentos de impressão tipográfica só chegaram ao nosso território em 1808 com a vinda do príncipe regente, D. João. Toda a Corte portuguesa fugiu do exército de Napoleão Bonaparte que, nesse período, ameaçava muitos países na Europa. A vinda de D. João gerou vários empreendimentos no Brasil, inclusive a criação da *Impressão Régia*, no Rio de Janeiro, destinada a imprimir itens para a Corte. A instalação da *Impressão Régia* não significou liberdade de expressão,

⁶ Segundo Marshall (2003, p. 63) a imprensa teria surgido no México em 1538, Guatemala em 1660, Lima em 1684, Paraguai (Missões) em 1700, Havana em 1707, Bogotá em 1739, Quito em 1760, Córdoba em 1766, Buenos Aires e Santiago em 1780, Montevidéu em 1807.

pois qualquer texto impresso no país tinha que ser autorizado pela Metrópole (ROMANCINI & LAGO, 2007).

Uma das exceções, apresentada de modo recorrente por historiadores e jornalistas, foi o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. Impresso em Londres, desde junho de 1808, o jornalista discutia as medidas da administração portuguesa no Brasil, apresentando farta documentação em edições mensais, de mais de 100 páginas (MUNARO, 2008). Embora proibido de circulação no Brasil, o fato da publicação ser impressa em outro país dificultava a repressão, tornando-o influente em muitas províncias através de distribuição clandestina.

Hipólito defendia a substituição gradativa da escravatura para o trabalho livre, sugerindo a imigração de europeus pobres para suprir a mão de obra no Brasil. Apoiava também leis claras e eficazes, reduzindo a intervenção do Estado na sociedade e acreditava na monarquia constitucional como o melhor governo possível (LUSTOSA, 2003).

Por outro lado, em 1808, também apareceu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo redator principal era o Frei Tiburcio José da Rocha. A diferença é que esta publicação estava diretamente vinculada a uma repartição pública real e se sustentava a partir de um grupo de assinantes, circulando legalmente. Se comparada ao *Correio*, a periodicidade da *Gazeta* era mais curta, tinha poucas folhas, preço mais baixo e a intenção mais informativa do que doutrinária, sem teor opinativo (HOHLFELDT, 2008). O *Correio Braziliense* defendia explicitamente os princípios liberais, a liberdade de expressão, resistindo às pressões de Portugal para expulsar Hipólito da Costa da Inglaterra.

Segundo Sodré (1983, p. 43), o desenvolvimento da imprensa periódica brasileira passa por dois acontecimentos históricos: 1) a separação entre Brasil (colônia) e Portugal (metrópole), iniciado com a independência em 1822, contudo efetivamente foi um longo processo político; 2) a estruturação do Estado, que enfrentou vários problemas decorrentes das negociações para o reconhecimento da independência e mais tarde na solução dos problemas sociais já mencionados (analfabetismo, falta de urbanização, necessidade de importação de materiais e equipamentos).

A maioria dos autores reconhece que, após a Independência, o jornalismo brasileiro começou a ganhar seu espaço. Para Marques de Melo (2006) a imprensa passou a ter uma função social explícita no Brasil a partir da monarquia parlamentarista de D. Pedro II, pois aquela condição exigiu maior habilidade política dele para a sustentação do poder. Neste caso, a imprensa atuou como canal de expressão das

facções da classe dominante que mantinham ou disputavam o poder político. O jornal, nesta época, teve o papel de combater os adversários políticos de quem detinha o poder e de instrumento de pressão junto ao Estado visando conseguir privilégios.

Aos poucos foram proliferando os pasquins e os jornais de opinião criados e mantidos por movimentos políticos, especialmente os que defendiam ideias republicanas. *Diário de São Paulo*, *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco*, *Correio Paulistano* e *Diário Popular* defendiam também o abolicionismo. A *Província de São Paulo*, *Gazeta de Notícias*, *A Folha da Tarde* eram publicações essencialmente políticas. Havia também os jornais de informações variadas (crimes, notícias de utilidade pública, reclamações) e propaganda gratuita (anúncios de escravos fugidos, preços de alimentos), que evitavam noticiar temas políticos. O *Diário do Rio de Janeiro*, um exemplo deste gênero, sequer noticiou a proclamação da Independência (SODRÉ, 1983).

A cada ano surgiram dezenas de outros jornais políticos e literários. De acordo com Romancini e Lago (2007) a maioria dos jornais que apareceu no Brasil, nesse momento, durou pouco, devido a precariedade na comunicação entre regiões, dificultando a divulgação nas províncias e se limitando, muitas vezes, a distribuição para assinantes locais, pois as vendas avulsas ainda não existiam. Ao longo dos anos, a imprensa modernizou o maquinário, facilitando a impressão de um jornal diário, ilustrado e com maior tiragem. Em 1852 é introduzido o telégrafo e um novo sistema de correios que conflui para dinamizar ainda mais o jornalismo brasileiro.

Em 1876, *A Província de São Paulo* (ROMANCINI & LAGO, 2007) inaugura o sistema de vendas avulsas nas ruas, com um vendedor anunciando a chegada do jornal através do som de uma buzina. A maioria dos jornais passou a usar o mesmo sistema. *A Província* sinalizou para um novo tipo de imprensa que se tornou dominante: a estruturação do jornal na condição de uma empresa, ainda mantendo a preocupação política. Esta publicação passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*, após a proclamação de República, em novembro de 1889.

Segundo Nilson Lage (2001) a história do jornalismo no Brasil pode ser dividida em quatro períodos distintos: *a panfletária*, corresponde ao Primeiro Reinado e às regências, predominando o panfletarismo virulento, a infraestrutura artesanal da imprensa; *a literária e a mundana*, a partir do Segundo Reinado, momento em que surgiram alguns jornais duráveis; *a da formação empresarial*, na República Velha até o Estado Novo, predominando o jornalismo

político (mais tarde liquidado pela ditadura Vargas) e a perspectiva empresarial; *a atual*, marcada por oposições aparentes tais quais nacionalismo/dependência e populismo/autoritarismo e pela modernização das empresas jornalísticas.

Já para Bahia (1960), o jornalismo brasileiro é caracterizado por três fases: a *inicial*, a *da aventura* (ou *da consolidação*) e a *moderna*. A fase inicial vai até um pouco antes da proclamação da República, quando se destacaram principalmente os polemistas, desenhistas e caricaturistas. Entre os polemistas muitos são lembrados até hoje. Além de Hipólito da Costa, já citado, vale destacar: Miguel Calmon, o Marquês de Abrantes; Antonio Carlos de Andrada e José Bonifácio, propagandistas da liberdade de imprensa; os abolicionistas Luiz Gama e José do Patrocínio; além de muitos outros, conservadores, liberais, monarquistas, republicanos que sustentavam com muita fibra suas respectivas posições.

A fase inicial foi a fase por excelência do panfleto, da discussão desabrida, da polêmica em campo largo. Em consequência do que os atentados individuais, os empastelamentos, as prisões, os processos de perseguição. (...) os momentos positivos da atividade incessante desse jornalismo, atestam a importância fundamental que teve na formação da civilização brasileira e no aprimoramento de nossa cultura (BAHIA, 1960, p. 42).

O período do regime republicano mudou a configuração da sociedade brasileira. A urbanização se expandiu, cresceram as iniciativas políticas para industrialização e a alfabetização; o parque gráfico de jornais e revistas se modernizou, tornando-se mais rápido e eficiente. Com isto, o jornalismo começou a ser consumido também pela classe trabalhadora. Logo após a proclamação da República, não surgiram de imediato grandes jornais. Somente em 1891 apareceu o *Jornal do Brasil* (SODRÉ, 1983).

A tônica política nas matérias ainda era forte em grande parte da imprensa. Este tema neutralizou a influência literária, embora ainda não existisse ainda uma linguagem jornalística específica, diferente da linguagem literária. Para Sodré (1983), “a linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação tipicamente pequeno

burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim de contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos”. Nesse momento também a imprensa teve atuação fundamental no movimento abolicionista, agindo tal qual *jornalismo de uma causa*.

Para Bahia (1960, p. 51), é a segunda fase do jornalismo brasileiro (a *da aventura* até a consolidação empresarial) quando o jornal adquire um sentido de empreendimento capitalista. A tipografia perde seu espírito artesanal para conquistar a posição de indústria gráfica. “Os jornalecos de duas ou quatro folhas de reduzido formato e limitada penetração desaparecem não como por encanto, mas como resultante das novas condições econômico-sociais”.

A atividade da imprensa se torna um negócio, com periodicidade cada vez menor e maior consolidação dos veículos impressos. Aos poucos o teor informativo passou a ter maior peso nos jornais, valorizando a reportagens, embora ainda predominasse o jornalismo opinativo e político em muitos jornais.

Na década de 1920, Assis Chateaubriand assumiu a direção de O Jornal, ampliando o número de páginas, incluindo colaboradores renomados (Afrânio Peixoto, Virgílio de Melo Franco e outros), comprando artigos exclusivos do *New York American Syndicate*. Rapidamente o faturamento com publicidade dobra. Mudanças também na estética e apresentação visual do jornal: divide-se o periódico em dois cadernos (o segundo era colorido). A política era o grande assunto e sofreu perseguições, por exemplo, durante o estado de sítio do governo Artur Bernardes (BARBOSA, 2007).

A expansão do jornalismo sofreu um forte golpe durante o Estado Novo. Com a ditadura surgiu uma implacável censura à imprensa, incluindo fechamento de jornais e proibição de lançamento de outros. Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão específico que controlava a imprensa, o rádio, decretando inclusive lista de assuntos proibidos. Adotando um modelo nazista, havia censores responsáveis para cada jornal e nenhum jornal ia para impressão sem o visto do fiscal do governo (SODRÉ, 1983).

Embora a censura “castrasse” o jornalismo brasileiro em parte da década de 1930 e de 1940, Bahia (1960) considera que foi inegável a evolução dos meios gráficos, dos processos de compor e imprimir gazetas neste período. Além disto, também houve avanços na economia, na indústria e nas conquistas sociais. É justamente esse período que o autor denomina *a fase moderna (ou industrial)* da imprensa brasileira. É

nessa fase também que o rádio e a propaganda se consolidam e trazem novos elementos ao jornalismo. O rádio antecipando o jornal e a propaganda ajudando a sedimentar as atividades econômicas dos veículos.

O Estado Novo se deteriorou com o fim da segunda guerra mundial, abrindo um novo horizonte para o jornalismo. Em fevereiro de 1945 foi abolida a censura à imprensa. Em 1947, foi inaugurado o primeiro curso de jornalismo na Escola Casper Líbero, em São Paulo. Em novembro de 1953, o governo Vargas (reeleito democraticamente), promulgou a Lei de Imprensa, tratando de modo especial os delitos da imprensa (BAHIA, 1960).

Aliás, o contexto do jornalismo impresso, na década de 1950, será tópico importante nesse trabalho. Até o momento vimos uma síntese retrospectiva do desenvolvimento do jornalismo. Agora, será feita uma breve discussão acerca da imprensa brasileira da década de 1950, tendo em vista que o episódio da Pacheco Fernandes ocorreu no final deste período. Assim, antes da análise das produções feitas sobre este incidente, é relevante a compreensão do contexto da época, social e como eram as produções jornalísticas daquele momento.

3 JORNALISMO NOS “ANOS DOURADOS”

A década de 1950 foi um período de grandes transformações econômicas, sociais e tecnológicas no Brasil. Mudanças iniciadas principalmente a partir da redemocratização do país, após o Estado Novo, a Assembleia Constituinte e a turbulenta crise política instalada depois do suicídio de Getúlio Vargas. Tal momento (também chamado por muitos autores de *era da industrialização*) teve efeito diretamente em muitos jornais da época (primeiramente no Rio de Janeiro).

De acordo com Lattman-Weltman (1996, p. 158-167), nessa década (conhecida popularmente como “Anos Dourados”), houve uma massificação do rádio, da televisão, do cinema, dos discos e outros produtos culturais. Na imprensa escrita, o conteúdo dos jornais passou por um “processo de objetivação jornalística”, fruto não apenas da profissionalização da imprensa, mas também do “acirramento da concorrência interna da mídia impressa” e uma “adequação a um quadro político institucional que cada vez mais se aproximava dos ideais de funcionamento de uma ordem política representativa”. Enfim, esse

período reúne “as condições macroestruturais ideais” para a superação do “jornalismo literário”, ingressando definitivamente na fase “empresarial”.

Este jornalismo empresarial tem como um dos seus principais alicerces a publicidade. Na verdade, autores como Marshall (2003, p. 93) vão mais além ao afirmar que, a partir da segunda metade do século XX, iniciou-se a *era da publicidade*, que atingiu não somente os meios de comunicação, mas praticamente todos os segmentos empresariais. No jornalismo, a lógica publicitária, legitimada socialmente pelo consumismo e o neoliberalismo, “pode contribuir decisivamente para transformar a natureza da linguagem jornalística, esvaziando seu poder e reconfigurando seu papel na sociedade”.

A ordem é hibridizar a natureza persuasiva da publicidade, dissolvendo-a no espaço jornalístico, como se fora da própria natureza jornalística. É um exercício que inocula o interesse privado no espaço público da imprensa e investe de legitimidade o gene clandestino da lógica publicitária (MARSHALL, 2003, p. 120).

Além do peso publicitário cada vez maior nos jornais, ocorre também uma diminuição do jornalismo opinativo e político. Para Abreu (1996, p. 15), a imprensa brasileira na década de 1950 foi aos poucos abandonando a tradição de combate, de crítica e de opinião. “Essa forma de jornalismo convivia com o jornal popular, que tinha como características o grande espaço para o *fait divers* (...) a política da atualidade não estava ausente, mas era apresentada com uma linguagem pouco objetiva”.

Assim, o jornalismo de opinião, que no Brasil teve forte influência francesa desde os seus primórdios, foi gradualmente sendo substituído pelo modelo estadunidense até a década de 1960, aproximadamente. Este jornalismo, vigente até os dias atuais, privilegia a informação e a notícia, excluindo o comentário pessoal visando uma transmissão de fatos objetivos.

Nessa década começa a esmorecer também a “imprensa nacionalista”, ou seja, “o conjunto dos periódicos nos quais são veiculadas as ideias e propostas mais direta e explicitamente afinadas ou comprometidas com a defesa de interesses nacionais brasileiros” (RAMOS, 1996, p. 62). Essa mídia, presente no jornalismo impresso, passou ter mais força a partir de 1946, “com a chamada ‘campanha do petróleo’, e que culminou na promulgação da Carta de 18 de setembro”.

Ainda de acordo com Ramos (1996, p. 63), os periódicos mais representativos da “imprensa nacionalista” foram: o *Jornal de Debates*

(abrigando todo tipo de discussão política, social e econômica), a *Revista do Clube Militar* (contando com a participação de militares no debate sobre o dever nacional da posse e do uso de recursos minerais e hídricos), *O Popular* (publicação cuja maioria dos colaboradores era do Partido Socialista Brasileiro), *Emancipação* (ligado ao Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e à Liga de Emancipação Nacional) e *O Seminário* (esta publicação não se considerava nacionalista, mas pautava-se com debates sobre temas de interesse nacional).

Novas publicações começaram a surgir na década de 1950, com formato mais próximo ao jornalismo que conhecemos atualmente: os jornais *Última Hora* (Samuel Wainer), trazendo novas técnicas de comunicação; *Diário Carioca*, que reuniu equipe de jornalistas renomados, inaugurou o uso do *lead* e utilizou pela primeira vez um corpo de copidesques na redação; a revista *Manchete* (Adolpho Bloch), que valorizava as imagens com textos sintéticos (FERREIRA, 1996).

Sponholz (2009, p. 68) lembra que as novas técnicas implantadas nos jornais brasileiros passaram a ser associadas à objetividade. Para a autora, o ingresso do *lead* nas redações brasileiras significou “o desenvolvimento da linguagem jornalística própria e a emancipação do campo literário”. No contexto do Brasil, ao contrário por exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, “não se percebe a influência da ciência, assim como a do empirismo ingênuo, segundo o qual é possível conhecer a realidade de maneira absoluta através dos fatos”. O conceito de objetividade na imprensa brasileira torna-se equivalente à compreensibilidade.

(...) Adjetivos passaram a ser evitados, bem como formas arcaicas de tratamento e de referência como “Senhor, “Dona”, “Doutor” ou “Sua Excelência”.

As novas regras de redação deveriam contribuir para uma qualidade comunicativa maior dos textos. Para o leitor, as mudanças se traduziram em um texto que leva “direto ao ponto”. As informações passaram a ser organizadas em ordem decrescente de relevância. Com isto, o leitor poderia ler e entender o texto mais rapidamente do que um texto literário ou um comentário (SPONHOLZ, 2009, p. 67).

Os *Diários Associados* formaram a primeira grande corporação reunindo jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão. O

jornalismo empresarial, técnico, ganhava cada vez mais espaço. A maior exceção foi o lançamento do jornal *Tribuna da Imprensa* (Carlos Lacerda), que trazia conteúdos predominantemente políticos, com títulos agressivos que não seguiam as normas de objetividade que vinham prevalecendo em grande parte das redações da época.

Os jornais já existentes, como *Jornal do Brasil* passaram por profundas reformas de infraestrutura e política editorial. Foi durante o governo JK que se realizou esta reforma no *Jornal do Brasil*: melhoria no padrão gráfico, reforma da apresentação da notícia, baseada nas mudanças do Diário Carioca (ROMANCINI & LAGO, 2007).

Para Ferreira (1996, p. 151), as primeiras ideias de mudança do *Jornal do Brasil* “surgiram a partir do afastamento de duas figuras-chaves que até então tinham sido os principais responsáveis pela administração e orientação do jornal”.

Pires do Rio faleceu em 1950, e a seguir o conde Pereira Carneiro afastou-se, vindo a falecer em 1953. Com isso fechou-se um ciclo de administração do jornal, abrindo-se espaço para maior atuação da condessa Pereira Carneiro e de seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito. Iniciava-se aí uma fase de transição, onde o processo de tomada de decisões assumia um papel-chave.

(...) Tendo em vista a reformulação do jornal, a direção do *JB* decidiu convidar Odilo Costa Filho para coordená-la. A primeira providência tomada por Odilo foi a organização de uma nova equipe, composta de jornalistas jovens, egressos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, entre os quais se destacavam Jânio de Freitas, Carlos Castello Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar e José Carlos de Oliveira. Segundo Carlos Lemos, com a reunião desses profissionais, fundiram-se dois estilos: ‘a leveza, a graça e o charme do *Diário Carioca* e a agressividade da *Tribuna da Imprensa*. Dessa fusão resultaria o novo estilo do *Jornal do Brasil*’.

(...) Em março de 1957, a primeira modificação substancial na apresentação do jornal se fez sentir

com a publicação de uma fotografia na primeira página. Introduzida a título de experiência, a foto foi incorporada definitivamente, embora a primeira página continuasse ocupada basicamente por anúncios (FERREIRA, 1996, p. 151).

Tais mudanças no *Jornal do Brasil*, consolidada também Alberto Dines na década de 1960, influenciaram o formato das novas publicações no jornalismo. Contudo, não apenas no jornalismo ocorriam mudanças significativas. Eletrodomésticos, automóveis e outras novidades tecnológicas trouxeram novos hábitos de comportamento e consumo aos brasileiros. As propagandas das mídias exaltavam a praticidade e o conforto da vida moderna. O cotidiano tornava-se mais prático em função dos novos recursos disponíveis à família brasileira. Antes da década de 1950, o Brasil não produzia carros, jipes, navios ou qualquer veículo motorizado (FILHO & COSTA, 2006; MIRANDA & NETO, 2006; MOREIRA, 2005).

Não era somente no campo tecnológico que o Brasil mudava. Nas artes houve uma inovação em várias áreas. A Bossa Nova, de João Gilberto, lançando em junho de 1958 a música *Chega de Saudade*, mesmo período da inauguração do Palácio da Alvorada e da conquista da primeira Copa do Mundo de futebol. Vinicius de Moraes e Tom Jobim lançam a *Garota de Ipanema* e “exportam” a boêmia carioca. Copacabana e Ipanema tornavam-se celeiros de músicos e intelectuais emergentes. Tom e Vinicius também comporiam mais tarde a *Sinfonia da Alvorada*, encomendada para a inauguração de Brasília. No cinema, Glauber Rocha, Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos e outros trouxeram à tona a tendência neorealista, com enfoques sociais e políticos nos filmes. O lema era “uma câmara na mão e uma idéia na cabeça”. O filme *Rio Quarenta Graus* foi o marco do Cinema Novo (KORNIS, 2005; LOYOLA & TRAUMANN, 2006).

Na Literatura é publicado o poema *Morte e Vida Severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto; as obras *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa (1956); *Vila dos Confins*, de Mário Palmério (1956); *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado (1958). No Teatro, são lançadas as peças *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna (1957) e *Eles Não Usam Black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri (1958).

Difícil definir e enquadrar o jornalismo brasileiro em 1959, mesmo tendo como base os autores já mencionados até o momento. *O momento era de transição*. Isto significa que já havia muitos elementos do

jornalismo atual em prática naquela época, contudo ainda não era necessariamente predominante nas publicações. Assim, se havia grandes jornais buscando um texto objetivo, neutro e imparcial, ao mesmo tempo ainda existiam os jornais políticos e opinativos.

De acordo com Barbosa (2007), durante a década de 1950, em linhas gerais, o que se buscou foi à independência e à legitimação da atividade jornalística a partir de um modelo diferenciado.

O que se procura naquele momento é a automatização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da própria profissão. Assim, as reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundamental de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor (BARBOSA, 2007, p. 150).

É a partir deste período também que o jornalismo “se afirma como fala autorizada em relação à constituição do real. O discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe confere considerável poder simbólico” (RIBEIRO *apud* BARBOSA, 2007, p. 151).

Os jornais, ao priorizarem, a partir daí, um conteúdo enfeixado pela ideia de imparcialidade contida nos parâmetros do lide e na edição, no qual o corpo de copy-desk ganha destaque, e ao promoverem a padronização da linguagem, constroem para a imprensa o espaço da neutralidade absoluta. Com isso, passam a ter o reconhecimento do público como lugares emblemáticos para a difusão da informação, ainda que a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações. A campanha da imprensa, em 1954,

quando do suicídio do presidente Getúlio Vargas, talvez seja o exemplo mais emblemático da sua vinculação ao campo político e de seu reconhecimento como força dirigente superior mesmo aos partidos e as facções políticas.

Os jornais atuam como força dirigente superior, mesmo que em função de objetivos específicos se liguem a um ou a outro grupo e, dessa forma, exercem o papel de estado maior intelectual do partido orgânico (RIBEIRO *apud* BARBOSA, 2007, p. 151).

No ponto de vista da infraestrutura empresarial, houve avanços inegáveis. Mas o Brasil ainda carecia de rodovias pavimentadas, aeroportos, indústria de veículos e outros recursos tecnológicos que demandavam importação. Esse quadro começou a mudar a partir do governo Getúlio Vargas em 1950, mas tomou proporções maiores no governo Kubitschek, com o plano de metas. Este plano do governo JK possibilitou não apenas o desenvolvimento tecnológico em diversos segmentos, mas a garantia de uma estabilidade social em um período histórico marcado por turbulências no campo político, especialmente após o suicídio de Vargas (BENEVIDES, 1979).

Mesmo com o desenvolvimento industrial e tecnológico na era JK, as viagens à Brasília, em fase de construção, eram caras para os grandes jornais e por essa razão não eram frequentes. A maioria delas ocorria a convite do próprio presidente da República, em ocasiões especiais: inaugurações de prédios ou obras que mostrassem a materialização de Brasília para o mundo.

Assim, buscou-se nesta seção contextualizar o desenvolvimento da atividade jornalística, em diferentes períodos históricos, desde suas primeiras práticas ainda insipientes até se consolidar enquanto uma profissão, envolvida em um segmento empresarial. Mais do que isto, a finalidade foi visualizar brevemente de que maneira jornalismo brasileiro, na década de 1950, era praticado, as mudanças ocorridas, e algumas características culturais deste período.

Vale lembrar que se optou aqui por fazer uma revisão bibliográfica, com foco principalmente nos itens históricos mais importantes, visando a compreensão dos aspectos necessários para o desenvolvimento desta dissertação. Ou seja, compreender as práticas jornalísticas brasileiras, na década de 1950, e seu histórico.

**PARTE II ANÁLISE COMPARATIVA DAS NOTÍCIAS SOBRE
O INCIDENTE NA PACHECO FERNANDES**

4 MÉTODO

Este trabalho se realizou através da análise das notícias publicadas nos jornais, em fevereiro de 1959, mais especificamente sobre o incidente no acampamento da Pacheco Fernandes, em Brasília. Na seção anterior foi importante examinar os fundamentos do jornalismo, suas bases históricas no Ocidente, principalmente no Brasil a partir da década de 1950, considerando também a realidade social daquele momento. Assim, poderemos nesta e na próxima seção discutir a relevância do jornalismo enquanto fonte ou instrumento que dá acesso aos fatos históricos e que atua como agente de construção da sociedade.

Quanto ao método deste trabalho, o ponto de partida foi a pesquisa exploratória que é desenvolvida com a finalidade de proporcionar uma visão geral sobre o tema, relacionado a determinado fato ou ocorrência. De acordo com Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória, muitas vezes constitui “a primeira etapa de uma investigação mais ampla (...) Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura”. Para o autor, a partir do resultado da pesquisa, o problema passa a ser mais esclarecido e debatido em estudos posteriores.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2008, p. 27).

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica, decorrente da exploratória, também é importante. Gil (2008, p. 50), considera este tipo de estudo indispensável nos estudos históricos. “Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”. A pesquisa bibliográfica envolve livros, periódicos, jornais, revistas e impressos diversos.

Esta dissertação também utilizou-se da pesquisa documental que, segundo Gil (2008, p. 51) “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Por exemplo, materiais disponíveis em arquivos públicos e instituições privadas: gravações, entrevistas, boletins, fotografias, entre outros.

A coleta de dados (pré-análise) foi feita a partir do que já foi publicado pela imprensa nacional sobre Brasília, hoje disponível no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF), na Biblioteca do Senado, todas situadas em Brasília; além também da Biblioteca Nacional e dos arquivos dos jornais. A biblioteca da Universidade de Brasília (UnB) também conta com acervo importante sobre o tema, incluindo material científico de teses de mestrado e doutorado. Neste último caso são documentos que já receberam tratamento analítico.

Romancini (2007) lembra ao pesquisador que pretende utilizar reconstruções históricas ou trabalhar fundamentalmente nessa área a obrigação de expor com a máxima clareza suas fontes, os supostos que orientou a coleta de dados, a problemática conceitual que orientou a análise. Embora o foco central desta pesquisa não seja a reconstrução histórica em si, mas a importância da investigação jornalística, o papel do jornalista e seu compromisso com a verdade, considera-se aqui essencial esta condição para que outros pesquisadores no futuro possam consultar as mesmas fontes e tratar o assunto com outros enfoques.

Outro ponto relevante é o tipo de leitura que foi feita desses jornais. Para identificar as informações, estabelecer relações e confronta-las, foi feita uma leitura crítica (AMARAL, 1981), extrapolando os dados coletados tendo como base as teorias debatidas no jornalismo, especialmente na seção seguinte.

Vale lembrar que não se pode esquecer em nenhum momento do contexto histórico, cultural e socioeconômico para não realizarmos uma interpretação das notícias de modo superficial.

É preciso lembrar que a utilização de modelos explicativos pode envolver o risco de nos posicionarmos à superfície dos eventos históricos. Para que tal não ocorra, devemos insistir em recursos metodológicos que se direcionem para a complexidade dos fatos; devemos procurar construir teorias ousadas que nos permitam ser tão

ricos e inventivos quanto a própria realidade. Os modelos de análise histórica devem ser arrojados no sentido de que somente se limitem pelo confronto com o real. A realidade é o único critério que pode recusar a nossa intenção de sermos atirados. Não podemos, porém, perder de vista a realidade, que se expressa por meio desses períodos, é constituída pelo somatório de todos os fenômenos econômicos, políticos e sociais que, inter-relacionados, interagem reciprocamente, constituindo o seu caráter complexo (...) (FACCINA & PELUSO, 1984, p.60).

Para saber se os textos que foram publicados pelos jornais, em fevereiro de 1959, sobre o incidente na Pacheco Fernandes, foram suficientes para esclarecer o leitor sobre a ocorrência, buscou-se nesta parte do trabalho fazer um mapeamento das principais informações contidas em cada notícia e confrontá-las. Este confronto possibilitou a constatação ou não de informações incompletas e incorretas. Com esta análise das notícias sobre o incidente, pretende-se também discutir se o trabalho jornalístico, feito à distância, ouvindo poucas fontes, se baseando em agência de notícias e telegramas oficiais, teve alguma consequência no esclarecimento sobre esta ocorrência.

Estes textos foram publicados entre os dias 12 e 16 de fevereiro de 1959 (antes disto, nada foi encontrado em veículos impressos, até o momento) nos jornais *Binômio* (MG), *Diário de Pernambuco* (PE), *O Estado de São Paulo* (SP), *Última Hora* (RS), *A Notícia* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ), *O Globo* (RJ) e *Tribuna da Imprensa* (RJ). Depois deste período, apenas os mesmos jornais deram pequenas notas informando sobre a prisão de guardas que, no entanto, foram colocados em liberdade depois do arquivamento do inquérito policial.

Quanto aos princípios que nortearam a procura e a escolha destas publicações para análise, utilizou-se os seguintes critérios:

- 1) Registros disponíveis – os jornais encontrados até o momento que publicaram algo sobre o tema;
- 2) Mídia impressa – a seleção de jornais influentes politicamente em diferentes regiões brasileiras;
- 3) Cobertura – a pesquisa, o aprofundamento e o destaque dado à ocorrência.

Um jornal de grande circulação na época, *O Diário de Notícias*, de Chateaubriand, por exemplo, nada publicou sobre esta ocorrência em Brasília neste período. Assim, mesmo sendo uma publicação influente politicamente, não há material disponível sobre este caso.

Já o jornal mineiro *Binômio*, embora semanal, de menor circulação e influência política, se comparado aos demais selecionados, deu destaque de capa e uma página inteira ao fato. Seu texto é repleto de adjetivos pejorativos, políticos, lembrando em muitos trechos a imprensa sensacionalista. Por outro lado, há trechos da notícia em que são respeitados critérios de objetividade jornalística, buscando descrever o fato com base em apuração presencial, entrevistando trabalhadores e operários feridos (hospitalizados). Assim, atende aos critérios 1 e 3. Mas, até certo ponto, atende também ao critério 2, pois até hoje é lembrado como o único jornal que deu destaque ao incidente. Tornou-se, de certa forma, influente até hoje ao conseguir apurar presencialmente a ocorrência.

AMINTAS VAI ENTREGAR "FRANCISCO NUNES" AOS "DIARIOS ASSOCIADOS"

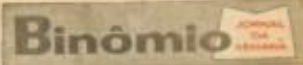
AZIZ ABRAS: SINISTRO "COMPLOTT" FAMILIAR LIQUIDOU O MILIONÁRIO

PARENTES ORGANIZARAM CAIXINHA PARA SUBORNAR JORNALISTAS E AUTORIDADES

De família conhecida e rica o senhor Aziz Abras não teve filhos e deixou de deixar um filho para seus parentes. Depois de ter sido um capitalista de sucesso, morreu deixando um patrimônio de alguns milhões de dólares e de um milhão de dólares de dívidas. Seus parentes se reuniram para organizar uma caixa para subornar jornalistas e autoridades. O dinheiro foi usado para pagar a família de Francisco Nunes, o jornalista que foi assassinado. A caixa foi organizada por parentes de Aziz Abras, incluindo sua esposa e filhos. O dinheiro foi usado para pagar a família de Francisco Nunes, o jornalista que foi assassinado. A caixa foi organizada por parentes de Aziz Abras, incluindo sua esposa e filhos. O dinheiro foi usado para pagar a família de Francisco Nunes, o jornalista que foi assassinado.



- Perguntas que o leitor não responde:
- 1) Com quem ficou o aparelho de Chery?
 - 2) Onde está o pai do pai de Aziz Abras?
 - 3) Os filhos do casal dormiam realmente de 7 horas de sono?
 - 4) Houve mesmo a operação de D. Minicini?
 - 5) Onde vai parar a chave da porta lateral da garagem?
 - 6) Sempre estava no quarto quando a luz do hall foi apagada?



Av. P. 15 - N.º 21 - Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 1959 - 24.200



Polícia De Facinoras Transformou Brasília Em Capital do Cangaco

NÍVEL OPERÁRIO TRUCIDADO PELOS "DATE-PARS" DA "NOVACAP"

Encontra-se a polícia a investigar e obter proteção de Daniel Pacheco. Depois de ter sido recebido no Hospital (Hospital) de Brasília.



DO CAFE O MELHOR MESMO E DENISE!

Retrato de uma jovem atriz de cinema e a rainha do cinema, 162 de altura, cabelos loiros, olhos azuis e de mel, dentes bem alinhados. Lembre-se de Denise! Seu nome é Denise. Seu nome é Denise. Seu nome é Denise.



Quarta-Feira: Jantar Anual Das Personalidades

Milhar Complexo Hotel em uma das maiores. - Honrar o Brasil e Brasília, cidade mundial de café. (Texto na 4.ª pag. do 3.º)



BELO HORIZONTE, MECA DA PROSTITUICAO: 500 CASAS SUSPEITAS

Ilustração 5: Reportagem de Dídimo Paiva, do jornal Binômio.



Os jornais *A Notícia*, *Diário de Pernambuco*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* noticiaram o incidente e eram publicações influentes politicamente no Brasil, contudo deram pouco destaque à ocorrência. Independente das razões, os dados a seguir mostram o destaque mínimo destas publicações sobre este episódio.

De qualquer forma foi possível reunir publicações de cinco estados brasileiros⁷, a maioria com restrições ou claramente antagônicas à construção de Brasília e/ou o governo Juscelino Kubitschek (principalmente, *Binômio* e *Tribuna da Imprensa*). Isto ajudará para que as conclusões as quais apontemos aqui não sejam meramente regionais.

Para facilitar a análise de dez jornais, de fevereiro de 1959, propõem-se cinco tabelas que reúnem as principais informações (ou a falta delas) sobre o incidente na Pacheco Fernandes. Além dos títulos, as tabelas destacam a presença ou não do conteúdo essencial da matéria jornalística: o que, onde, quando, quem, como, por que (aqui, não necessariamente no primeiro parágrafo, mas no corpo de toda a notícia). Também, o total de morto(s) e feridos; se foi tomada alguma providência por autoridades e se havia, naquele momento, investigação em andamento.

É importante lembrar, conforme já citado na primeira parte, que a imprensa brasileira desta época se encontrava em um momento de transição. Muitas delas já começavam a adotar o *lead*, princípios da objetividade jornalística que até hoje norteiam os trabalhos dos grandes jornais. Contudo, por ser ainda um período de transição estas publicações ainda contêm elementos de um jornalismo político e opinativo.

A ordem na tabela levou em conta dois aspectos básicos, aqui em ordem didática: 1) a data da publicação da notícia (as mais próximas do incidente); 2) a ordem alfabética entre os jornais. Deste modo, além de facilitar a análise, esta tabela objetiva também esquematizar visualmente ao leitor e a leitora as principais informações das notícias, sem

⁷ Apuramos também nesta pesquisa a existência da mesma notícia publicada pelo jornal *O Popular*, de Goiás. Contudo não foi possível termos acesso ao material publicado em fevereiro de 1959, seja nos arquivos públicos e bibliotecas já referidas ou no próprio acervo do jornal. Deixamos aqui a possibilidade da ampliação desta pesquisa, sendo feita por outros pesquisadores ou pelo próprio autor da dissertação, futuramente. Também não se descarta aqui a possibilidade de outros jornais terem mencionado o incidente na Pacheco Fernandes, em fevereiro de 1959.

privilegiar algum jornal em detrimento de outro. O modo de apresentação das tabelas constitui uma hierarquização das ideias mais importantes ou essenciais apresentadas em cada notícia.

Tabela 1: Jornais Última Hora (UH) e A Notícia (AN).

Informações publicadas	UH 12/2	AN 13/2
Título da matéria	“Carnaval em Brasília não deu para parar as Obras” (sic)	“Crime em Brasília”
O que ocorreu	“(…) provocaram violento tumulto; Durante a briga perdeu a vida o operário Evaristo Soares Brandão”.	“(…) conflito havido”.
Onde ocorreu	“(…) as residências e os acampamentos onde vivem os trabalhadores”.	“(…) em Brasília”.
Quando ocorreu	“Na terça-feira, às 21 horas”.	“domingo (…) durante os festejos carnavalescos (…)”.
Quem estava envolvido	“(…) soldados da 6ª Companhia do Batalhão de Guardas”.	(…) entre elementos da polícia e populares”.
Como ocorreu	–	–
Por que ocorreu	“Não se conhecem exatamente os motivos da invasão, mas se sabem serem fúteis”.	–
Total de mortos	Um morto.	“Apenas uma pessoa – não nove, segundo rumores que circulavam (…)”.
Total de feridos	–	“Um crime e dois acidentes”.
Providência/Investigação	“O Coronel Osmar Dutra, (…) mandou prender 36 policiais, que vão responder a inquérito pela invasão”.	“(…) o chefe de Polícia de Brasília, disposto a esclarecer o homicídio, determinou a prisão de 36 suspeitos, todos pertencentes à polícia da NOVACAP”.

Tabela 2: Jornais Correio da Manhã (CM) e Diário de Pernambuco (DP).

Informações publicadas	CM 13/2	DP 13/2
Título da matéria	“Trucidamento em Brasília”	“Grave incidente em Brasília”
O que ocorreu	“(…) metralharam indefesos operários, dormindo, através de paredes de dormitórios”.	“Verificou-se aqui um sério conflito entre a polícia mantida pela Novacap e os operários da firma construtora Pacheco Fernandes”.
Onde ocorreu	“(…) em Brasília, no acampamento da firma Pacheco Fernandes”.	“Brasília”
Quando ocorreu	–	–
Quem estava envolvido	“(…) policiais do destacamento local”; (… os responsáveis pela chacina foram o mestre de obras e o engenheiro”.	Polícia da Novacap.
Como ocorreu	–	“A repressão deu-se à bala e cassetetes”.
Por que ocorreu	“(…) operários reclamaram contra a má comida e falta de água”.	“O incidente deu-se por motivos de somenos importância” (…)
Total de mortos	“Nove mortos”.	“um deles foi assassinado pelos policiais, a tiros”(…)
Total de feridos	“(…) dezenas de feridos”.	“Muitos dos operários feridos encontraram-se em estado grave”.
Providência/Investigação	“Telegramas foram enviados aos Ministro da Guerra, Presidente da República, Congresso (…)”.	“A Associação Comercial de Brasília pediu a imediata dissolução do destacamento policial”.

Tabela 3: Jornal do Commercio (JC) e O Globo (GL).

Informações publicadas	JC 13/2	GL 13/2
Título da matéria	“Tiroteio causa mortos e feridos na nova Capital”	“Presos vinte e seis policiais do destacamento de Brasília”
O que ocorreu	“Um operário resistiu à polícia e foi abatido”.	“Coronel Osmar Dutra (...) prendeu vinte e seis policiais do destacamento local”.
Onde ocorreu	“(…) em Brasília (...) no acampamento da firma Pacheco Fernandes”.	“Brasília”
Quando ocorreu	“domingo”	“(…) terça-feira de carnaval”.
Quem estava envolvido	Polícia e trabalhadores.	“policiais do destacamento local”.
Como ocorreu	“(…) a polícia local interveio para apartar os trabalhadores que brigavam (...)”	–
Por que ocorreu	“(…) reclamação feita pelos operários contra a má comida e a falta d’água”.	“(…) envolvidos num conflito com operários da firma Pacheco Fernandes” (...)
Total de mortos	“um operário”.	“um operário”
Total de feridos	“(…) cinco ficaram feridos”.	“(…) trinta outros feridos”.
Providência/Investigação	–	Idem ao item “O que ocorreu”.

Tabela 4: Jornais Tribuna da Imprensa (TI) e O Estado de S.Paulo (ES).

Informações publicadas	TI 13/2	ES 14/2
Título da matéria	“Greve em Brasília por causa da chacina de operários”	“Conflito em Brasília”
O que ocorreu	“(…) metralharam operários dormindo, através de paredes de dormitórios”.	“Os operários que resistiam (a prisão), foram alvo de disparos”.
Onde ocorreu	“(…) em Brasília, no acampamento da firma Pacheco Fernandes”.	“(…) em Brasília”.
Quando ocorreu	–	“Há dias” (...)
Quem estava envolvido	“(…) policiais do destacamento local”; (... os responsáveis pela chacina seriam o mestre de obras e o engenheiro”.	“(…) polícia da NOVACAP”; “Vieram reforços da Polícia Militar goiana”.
Como ocorreu	–	–
Por que ocorreu	“(…) operários reclamaram contra a má comida e falta de água”.	“(…) operários da firma ‘Engenharia Pacheco Ltda’ reclamaram (sic) contra a escassez de água no acampamento e a má qualidade da alimentação”.
Total de mortos	“nove mortos”.	“um morto”.
Total de feridos	“(…) dezenas de feridos”.	“dois feridos”.
Providência/Investigação	“Telegramas foram enviados aos Ministro da Guerra, Presidente da República, Congresso (....)”.	“O secretário de segurança adotou varias providencias, efetuando diversas prisões (sic)”.

Tabela 5: Jornal do Brasil (JB) e Binômio (BN).

Informações publicadas	JB 14/2	BN 16/2
Título da matéria	“Foi ver que houve mesmo em Brasília” (sic)	“Polícia De Facínoras Transformou Brasília Em Capital do Cangaço”
O que ocorreu	“(…) conflito entre policiais e operários da firma Pacheco Fernandes”.	“A selvageria dos policiais, que começaram a espancar os operários (...) Vendo seus colegas agredidos a ‘cassetete’ os operários reagiram e impediram a prisão” (...)
Onde ocorreu	Brasília.	“Brasília”; “acampamento da Pacheco Fernandes”.
Quando ocorreu	“(…) terça-feira de carnaval”.	“no dia 8 de fevereiro, às 21h30”.
Quem estava envolvido	“20 presos deverão ser ouvidos pela Polícia de Brasília”.	“A Polícia da Novacap, constituída em sua quase totalidade por desordeiros e facínoras” (...)
Como ocorreu	–	“Os policiais desembarcaram de armas em punho, atirando sobre os grupos de operários (...)”.
Por que ocorreu	–	“(…) reclamaram a péssima qualidade da comida e a falta constante de água”.
Total de mortos	“um morto”.	“nove operários”.
Total de feridos	“(…) três feridos em estado grave”.	“(…) tendo ferido perto de outras cinquenta pessoas”.

Ilustração 6: Tribuna da Imprensa, 13/02/1959.

Greve em Brasília por causa da chacina de operários

GOIÂNIA 13 (Asapress) —
Urgente — Jornais e emissoras
goiânienses falam hoje sobre o
trucidamento verificado em Bra-
sília, no acampamento da firma
Pacheco Fernandes por policiais
do destacamento local que me-
tralharam operários dormindo,
através de paredes de dormitó-
rios

Há versões diferentes, mas diz-
se que os operários reclamaram
contra a má comida e falta de
água e os responsáveis pela cha-
cina seriam o mestre de obras e
o engenheiro da firma Pacheco
Fernandes

Telegramas foram enviados ao
ministro da Guerra, presidente
da República, Congresso Nacional
e outras autoridades da Repú-
blica

Os mortos foram transportados
para lugares desconhecidos. Os
trabalhadores estão em greve, so-
lidários com os companheiros.
Balanço da chacina: Nove mor-
tos e dezenas de feridos. O Exér-
cito está procurando manter a
calma.

BR.ArPDF.NOV.D.04.01.Z

Divisão de Divulgação/ Setor de Documentação
TRIBUNA DA IMPRENSA - Data: 13/2/1959

Ilustração 7: Correio da Manhã, 13/02/1959.

TRUCIDAMENTO EM BRASÍLIA

GOIÂNIA, 12 — Urgente
— Jornais e emissoras goi-
anienses falam hoje sôbre o
trucidamento verificado em
Brasília, no acampamento da
firma Pacheco Fernandes por
policiais do destacamento lo-
cal que metralharam indefe-
sos operários, dormindo, atra-
vés de paredes de dormitórios.

Há versões diferentes. Mas
a verdadeira é que operários
reclamaram contra a má co-
mida e falta de água. Os res-
ponsáveis pela chacina foram
o mestre de obras e o enge-
nheiro.

Telegramas foram enviados
aos Ministro da Guerra, Pre-
sidente da República, Con-
gresso Nacional e outras au-
toridades da República.

Os mortos foram transpor-
tados para lugares desconhe-
cidos. Os trabalhadores estão
em greve, solidários com os
companheiros. Nove mortos e
dezenas de feridos. O Exército
está procurando manter a
calma. (Asp.)

Ilustração 8: Jornal do Brasil, 14/02/1959.

Foi ver que houve mesmo em Brasília

Goiania, 13 (Especial para o JORNAL DO BRASIL) — A Polícia de Goiás acaba de enviar a Brasília, como observador, o Médico Legista Aristoclides, segundo informou o Sr. Cleone Ecelin. Chefe do Gabinete do Secretário de Segurança do Estado.

Em resposta a um rádio daquela Secretaria, disse o Coronel Oscar Dutra, Comandante do Sexto Batalhão de Guardas, acdiado na futura Capital do País, que houve um morto e três feridos em estado grave, no conflito entre policiais e operários da firma Pacheco Fernandes ocorrido terça-feira de Carnaval.

Confirmou o Coronel que o incidente fôra provocado pela má acomodação dos trabalhadores, acrescentando, que mais 20 presos deverão ser ouvidos pela Polícia de Brasília e que a situação já se encontra normalizada.

O inquérito para apurar a responsabilidade do conflito está sendo presidido pelo senhor Argelal Gonzaga.

Conflito de Brasília é caso de lá

O Chefe do Serviço de Imprensa do Catete, Sr. Autran Dourado, informou ao JORNAL DO BRASIL que o Presidente Kubitschek não recebeu qualquer telegrama dando conta do conflito entre operários de Brasília.

Considera o Sr. Autran Dourado que, por se tratar de assunto meramente local, cabe à polícia goiana resolver o caso, sem interferências.

BR.ArPDF.NOVD.04.01.Z

Divisão de Divulgação/ Setor de Documentação

JORNAL DO BRASIL - Data: 14/2/1959

Ilustração 9: Última Hora, 12/02/1959.

ULTIMA HORA
12 FEV 1959

CARNAVAL EM BRASÍLIA NÃO DEU PARA PARAR AS OBRAS

No carnaval em Brasília, que não parou para ver se os pontos altos foram os bailes da "Arara Azul" e de Parauá. Os bailes transcorreram animados, sem nenhum incidente de maior monta. A construção da cidade não foi afetada pelo carnaval. Trabalhou-se dia e noite nas obras em andamento.

1959

Providências

O Coronel Osmar Dutra, Comandante do Batalhão de Guardas, mandou prender a 36 policiais, que vão responder a inquérito pela invasão. O Coronel Dutra prometeu rigorosas punições para os culpados.

Expurgo

O Coronel Osmar Osório, falando a reportagem, garantiu que haverá um expurgo na Polícia de Brasília: todos os maus elementos serão afastados.

Novacap Não Sabe

Ouvido pela reportagem de ULTIMA HORA, um porta-voz autorizado da NOVACAP informou não ter recebido, até o momento, nenhuma comunicação do incidente.

Incidente data honário

Na terça-feira, às 21 horas, soldados da 6.ª Companhia do Batalhão de Guardas, arbitrariamente, invadiram as residências e os acampamentos onde vivem os trabalhadores e provocaram violento tumulto; Durante a briga, perdeu a vida o operário Evaristo Soares Brandão. Não se conhecem exatamente os motivos da invasão, mas se sabem serem fúteis.

Ilustração 10: A Notícia, 13/02/1959.

A NOTÍCIA
RIO DE JANEIRO

13 FEV 1958

CRIME EM BRASÍLIA

Presos 36 suspeitos — Au-
toridades da NOVACAP in-
formam que morreu apenas
uma pessoa e não nove —
Um trabalhador a vítima

Junto a dirigentes da NOVACAP a reportagem apurou, ontem, que apenas uma pessoa — e não nove, segundo rumores que circulavam — morreu no conflito havido domingo último em Brasília entre elementos da polícia e populares. O morto, um trabalhador, foi uma das três vítimas dos casos fatais (um crime e dois acidentes) registrados pela polícia da futura capital durante os festejos carnavalescos. Conforme ainda pudemos apurar, o chefe de Polícia de Brasília, disposto a esclarecer o homicídio, determinou a prisão de 36 suspeitos, todos pertencentes à polícia da NOVACAP. Não obstante as investigações realizadas, nada há de concreto quanto à identidade do assassino ou assassinos.

PRESOS VINTE E SEIS POLICIAIS DO DESTACAMENTO DE BRASÍLIA

GOIÂNIA, 13 (Especial para O GLOBO) — Notícias de Brasília informam que o Coronel Osmar Dutra, Comandante do 6.º Batalhão de Guardas, sediado na futura Capital do País, prendeu vinte e seis policiais do destacamento local, envolvidos num conflito com operários da firma Pacheco Fernandes, ocorrido terça-feira de carnaval. Desse incidente, segundo se afirma, resultou a morte de um operário, ficando trinta outros feridos.

BR.ArPDF.NOV.D.04.01.Z

Divisão de Divulgação/ Setor de Documentação

O GLOBO - Data: 13/2/1959

Ilustração 12: Diário de Pernambuco, 13/02/1959.

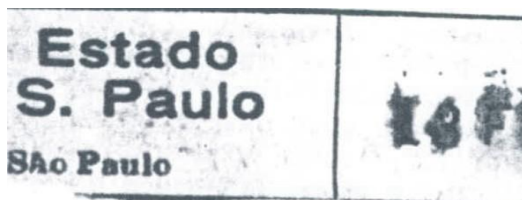
DIÁRIO DE PERNAMBUCO 3

RECIFE — Pernambuco

GRAVE INCIDENTE EM BRASÍLIA

BRASÍLIA, 12 (Meridional) — Verificou-se aqui um sério conflito entre a polícia mantida pela Novacap e os operários da firma construtora Pacheco Fernandes Ltda. encarregada da ereção do "Palácio dos Despachos". O incidente deu-se por motivos de so-
menos importância e vários traba-
lhadores tiveram que receber so-
corros no Hospital do IAPI, en-
quanto um deles foi assassinado pe-
los policiais, a tiros. A repres-
são deu-se à bala e cassetetes. A
Associação Comercial de Brasília
pedra a imediata dissolução do
destacamento policial, que já tem
provocado casos semelhantes.
Muitos dos operários feridos encontram-se em estado grave. Foi enviado telegrama de protesto ao presidente Juscelino.

Ilustração 13: O Estado de S. Paulo, 14/02/1959.



Conflito em Brasilia

DO NOSSO CORRESPONDENTE

2010
GOIANIA, 12 (Pelo telefone) —
Há dias, em Brasília, operários da
firma "Engenharl Pacheco Ltda."
reclaram contra a escassez de
agua no acampamento e a má qua-
lidade da alimentação. Designaram
os trabalhadores três de seus co-
legas, que se dirigiram ao enge-
nheiro responsável pelas obras.

Surgiu então um desentendimen-
to. O engenheiro alegou que a
delegação usou termos grosseiros
na discussão do assunto e despe-
diu os três operários, por indis-
ciplina.

Os demais trabalhadores se in-
surgiram contra a medida e o en-
genheiro, receando agravamento
da situação, convocou a policia da
NOVACAP, que tentou efetuar al-
gumas prisões, no que foi obsta-
da, ainda, pela resistencia dos ope-
rários.

Vieram reforços da Policia Mili-
tar goiana, chefiados pelo major
comandante da corporação. Os
operários, que resistiam, foram
alvo de disparos, havendo um mor-
to e dois feridos.

Notícias alarmantes, que se refe-
riam a dezenas de mortos e fe-
ridos circulam aqui, porém foram
desmentidas. O secretario da Se-
gurança adotou varias providen-
cias, efetuando diversas prisões.

Ilustração 14: Jornal do Commercio, 13/02/1959.

Tiroteio causa morte e feridos na nova Capital

Um operário resistiu à polícia e foi abatido

Um operário morto, derrubado em Brasília, e cinco feridos feridos, quando a polícia local se lançou para apagar dez fogueiras de estudantes que lutavam no departamento da Terra Preta de Fátima, em Brasília, resultaram da parte de um detido. Treze tiros, com ele e outros por abate-lo.

Essa informação foi dada ao diretor do Commercio pelo Sr. João Virgílio Pacheco, filho do Sr. Manoel Pacheco, presidente do NCAUAP, e que trabalha atualmente no Rio de Janeiro, a respeito do fato, notícias que chegaram às páginas das Notícias da Manhã desta capital.

Palácio dos despachos

O Sr. João Virgílio Pacheco, filho do Sr. Manoel Pacheco, está constituído, na nova capital, o Palácio dos Despachos e que, em consequência do incidente, os obras foram paralisadas por 24 horas, mas já foram reiniciadas.

Notícias da "Asapress"

Antes de sairmos de Brasília do presidente do NCAUAP, criamos da agência "Asapress" um telejornal que informava todos os jornais e emissoras de Goiânia noticiando um levantamento no qual políticos do deslocamento de Brasília "metralharam indefesos operários" que dormiam matando nove e ferindo algumas dezenas.

O telejornal, presidente de Goiânia, disse que a causa do protesto da polícia foi a reclamação feita pelos operários, contra a má comida e a falta de água e a apresentação que os trabalhadores estavam em greve, solidários com os companheiros.

5 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOTÍCIAS DO INCIDENTE

Apenas com o objetivo de ilustrar didaticamente a disparidade das versões dos jornais, imaginemos uma conversa, hipotética, ocorrida, por exemplo, em 20 de fevereiro de 1959, entre dois amigos, João (leitor do jornal O Estado de S. Paulo) e Maria (leitora do jornal Correio da Manhã).

João perguntaria a Maria: você leu a notícia sobre o conflito ocorrido em Brasília, entre policiais e operários, da firma Pacheco Fernandes, que resistiram à prisão? Teve um morto e dois feridos. Ninguém ainda sabe quem foram os responsáveis, mas já prenderam alguns envolvidos.

E Maria: você está se referindo ao trucidamento ocorrido na Pacheco Fernandes, na terça de carnaval, onde metralharam operários indefesos, muitos deles dormindo? Na verdade, não houve conflito, mas uma chacina com nove mortos e dezenas de feridos. E já acharam os responsáveis: o mestre de obras e o engenheiro.

Mais tarde, João e Maria encontram José, que acabou de chegar de Belo Horizonte. José afirma que o fato não ocorreu na terça-feira de carnaval, mas no domingo, que cerca de 50 pessoas ficaram feridas devido a truculência da polícia de Brasília, composta por marginais e desordeiros. Portanto, a responsabilidade total pela chacina foi da polícia.

Embora as descrições acima sejam em relação ao mesmo fato, muitas informações são diferentes e contraditórias. O problema é que essa hipotética conversa dificilmente tenha ocorrido naquela época, pois o fato teve pouco destaque na imprensa. A maioria dos jornais deu apenas notas, misturadas a muitas outras ocorrências policiais ou gerais sobre Brasília. Ou seja, para o leitor atento (que teve a paciência de ler toda a página até se deparar com a notícia), aquele registro provavelmente foi interpretado como mais uma ocorrência policial ou um conflito qualquer em Brasília, sem nenhuma importância.

Além de não esclarecer o suficiente sobre a ocorrência, o fato foi tratado pela mídia em geral como algo secundário. A exceção foi o jornal *Binômio*, uma publicação que trouxe contribuições históricas relevantes ao jornalismo brasileiro (NONATO, 2009), contudo ainda sim sua circulação era principalmente regional e carregava o estigma de

praticar um *jornalismo sensacionalista*, de ser vinculada a grupos de políticos opositores ao governo Juscelino Kubitschek.

Em relação às notícias publicadas, há muitos pontos que merecem ser destacados. Com exceção dos títulos, as notícias publicadas pelo *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa* têm estruturas idênticas. Sem enviar jornalistas para apurar pessoalmente o incidente, ambos reproduziram fidedignamente o conteúdo divulgado pela agência Asapress (que também não enviou jornalista ao local para cobrir a ocorrência). Ao contrário da versão oficial (um morto e três feridos), o texto apresenta “nove mortos” e “dezenas de feridos”, este último sem especificar o número exato. Em nenhum momento foram informadas as fontes utilizadas para embasar a afirmação. A versão de uma morte foi dada pelo *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Última Hora*.

O *Jornal do Commercio* e o *Binômio* foram os únicos jornais a deixarem claras as fontes utilizadas na matéria. Enquanto o *Binômio* ouviu pessoalmente representantes da Novacap, além de testemunhas e vítimas do incidente, o *Jornal do Commercio* ouviu Israel Pinheiro Filho (primogênito do presidente da Novacap, Israel Pinheiro) que desmentiu a versão de chacina. Ouviu também o “sr. João Virgílio Pinheiro” e destacou o conteúdo do telegrama recebido pela Agência Asapress que era diferente da versão apresentada pela Novacap. O *Jornal do Commercio*, contudo, também não apurou presencialmente os detalhes do incidente.

Em relação aos demais jornais, outro trecho, metralharam “operários dormindo, através de paredes de dormitórios” (CM e TI), também é diferente da versão da Novacap (órgão responsável pela construção de Brasília) que alega não existir metralhadoras disponíveis à GEB e que o foco da atuação foi o conflito no refeitório. Outro dado controverso: os responsáveis pela chacina “foram” ou “seriam o mestre de obras e o engenheiro” (CM e TI), nunca foi comprovado. O inquérito policial não responsabilizou ou condenou algum funcionário, guarda ou autoridade local (embora alguns suspeitos ficaram presos temporariamente). Os demais jornais chamaram atenção para o conflito violento entre operários e policiais. Apenas *Binômio* e *Última Hora* destacaram o nome do operário morto Evaristo Soares Brandão, o que mostra uma falha evidente na investigação (no caso, a necessidade de exatidão e precisão) das demais publicações que admitiram a existência de pelo menos um morto.

Os títulos “Trucidamento em Brasília” (CM) e “Greve em Brasília por causa da chacina de operários” (TI), “Crime em Brasília” (AN)

trazem adjetivações que explicitam a pré-condenação destes jornais, sem fundamentá-las em dados oficiais ou depoimentos, não deixando claro em nenhum momento as fontes utilizadas. Se o que os três jornais escreveram nas manchetes é verdadeiro (trucidamento/chacina/crime), tal fato não merecia uma investigação mais criteriosa nos dias seguintes?

Já os outros jornais apresentam títulos mais cautelosos, por exemplo, *O Estado de S.Paulo* (“Conflito em Brasília”), *O Globo* (“Presos vinte e seis policiais do destacamento de Brasília”) e *Diário de Pernambuco* (“Grave incidente em Brasília”). E ainda observa-se dois títulos imprecisos do *Última Hora* (“Carnaval em Brasília não deu para parar as Obras”) e do *Jornal do Brasil* (“Foi ver que houve mesmo em Brasília”) que não expressaram a essência da notícia nem adjetivos que demonstrassem a posição destas publicações.

E ainda, o contraditório título do *Jornal do Commercio* “Tiroteio causa mortos e feridos na nova Capital”, mas que destaca no próprio texto a morte de “um operário”. Uma falha não somente do redator, mas dos revisores e editores do jornal que não perceberam a incoerência entre título (plural: “mortos”) e texto (singular: “um operário”).

A mesma publicação também deixa uma lacuna na explicação da ocorrência: “a polícia local interveio para apartar os trabalhadores que brigavam”. Podemos dizer que o problema na Pacheco Fernandes iniciou neste momento, porém esta não foi a causa da violência. Os policiais foram impedidos por trabalhadores de prender os responsáveis pela confusão, em seguida mais policiais foram chamados sob alegação de que havia morte iminente.

A maioria dos jornais coletados menciona a falta de água e problemas com a comida como as razões para o conflito, porém o *Última Hora* e o *Diário de Pernambuco* citam: “Não se conhecem exatamente os motivos da invasão, mas se sabem serem fúteis” e “O incidente deu-se por motivos de somenos importância”. No entanto, as duas publicações não explicam exatamente quais seriam estes motivos “fúteis” e “de somenos importância”.

O jornal *A Notícia* afirmou que além de “um morto” houve “dois acidentes”, porém não explica exatamente o que foram estes “dois acidentes”. A palavra “acidente” remete a um acontecimento casual, fortuito ou imprevisto. Não é o que afirma o inquérito policial, que deixou explícito o conflito violento entre guardas locais e trabalhadores, desenvolvendo-se progressivamente, ao longo de algumas horas, no domingo de carnaval.

Com exceção do *Binômio*, os demais jornais se limitaram a fornecer informações sucintas sem explicar como ocorreu o incidente. O *Diário*

de Pernambuco, por exemplo, escreveu que “A repressão deu-se à bala e cassetetes”, sem contextualizar e trazer mais detalhes. Já o semanário mineiro contou com depoimentos de testemunhas e feridos para descrever, em matéria de uma página, as etapas do incidente (desde a briga entre operários com o cozinheiro-chefe até a repressão violenta da Guarda Especial de Brasília).

O mesmo semanário foi o único a publicar corretamente a data e o horário do incidente: “no dia 8 de fevereiro; às 21h30”. Os jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Pernambuco* e *Tribuna da Imprensa* não informaram a data nem o horário do conflito; *Última Hora*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* erraram ao afirmar que o fato aconteceu na “terça-feira” de carnaval, ou seja, no dia 11 de fevereiro de 1959. E ainda, *O Estado de S.Paulo*, publicou que a ocorrência foi “Há dias”. Os jornais *A Notícia* e *Jornal do Commercio* destacaram corretamente apenas o dia “domingo”.

O *Binômio* foi também o único a continuar investigando o caso em 1959. Cerca de um mês depois do incidente, os mesmos jornalistas foram novamente à Brasília, onde não encontraram mais os trabalhadores feridos e as testemunhas que deram depoimentos ao semanário. Sem alternativa de trazer novas informações sobre o caso, que tempos depois foi arquivado, os jornalistas fizeram uma matéria sobre as condições de trabalho durante a construção de Brasília, relembrando o ocorrido no acampamento da Pacheco Fernandes.

Há um grande paradoxo envolvendo a cobertura do jornal *Binômio* neste caso. A publicação era explicitamente contrária ao modelo político de Juscelino Kubitschek, desde os tempos em que era governador mineiro, sendo acusado de ligações com a UDN (maior partido de oposição ao governo JK). A matéria sobre a Pacheco Fernandes é repleta de adjetivos pejorativos, a começar pelo próprio título da matéria “Polícia De Facínoras Transformou Brasília Em Capital do Cangaço”. Por outro lado, mesmo sendo inegável a tendência política do jornal, a ausência de neutralidade e de imparcialidade, a matéria foi a que mais trouxe dados sobre o incidente, a partir de uma apuração presencial em Brasília.

A matéria do *Binômio*, diferente dos demais jornais, afirma que nove pessoas morreram e cerca de outras cinquenta ficaram feridas. O repórter Dídimo Paiva e o fotógrafo Antonio Cocenza “driblaram” os seguranças presentes no hospital local para conseguir os relatos e as fotografias mostrando os feridos internados. Questionada, a diretoria da Novacap minimizou a ocorrência e preferiu aguardar a conclusão das investigações (PAIVA, 2009).

O *Binômio* foi duramente criticado por tentar manchar a imagem do governo Kubitschek e de Brasília. Contudo, a opção dos grandes jornais de não enviarem jornalistas para apurar presencialmente o fato não foi questionada. Ao contrário é utilizada até hoje como “evidência” da irrelevância desta ocorrência. De que adianta um jornalismo meramente descritivo, “objetivo”, sem adjetivos, opiniões, se não há investigação, verificação e apuração correta dos fatos?

As notícias publicadas sobre o incidente no acampamento da construtora Pacheco Fernandes não esclareceram satisfatoriamente a ocorrência. Algumas publicações sequer mencionaram a versão oficial do inquérito policial, nem apresentaram as fontes para embasar suas descrições do incidente. Com exceção do *Binômio*, todas as notícias foram publicadas descontextualizadas de depoimentos de trabalhadores e de testemunhas.

Mesmo com apuração deficiente (ou praticamente inexistente), algumas publicações ainda explicaram o incidente partindo do princípio que as razões do conflito foram “fúteis” e “de somenos importância”. Intencional ou não, a explicação serve de justificativa, até certo ponto, para a ausência de investigação presencial, pois um conflito que tem causas fúteis não mereceria destaque e atenção da mídia.

Sem espaço para o leitor reconhecer a necessidade de investigação, a empresa jornalística também deixa de mostrar suas deficiências internas: falta de profissionais, baixos salários, ausência de recursos para viagens, desinteresse editorial por grandes reportagens.

Assim, notas pequenas publicadas sobre a Pacheco Fernandes apresentaram-se para o público como adequadas e suficientes para explicar o caso. Mas provavelmente não foram já que nos últimos anos várias reportagens trazem novos depoimentos de ex-trabalhadores da construtora, testemunhas e candangos que atuavam em outras empreiteiras e souberam do incidente (DUBEUX, 2000; GERMANO, 2004; GOULART, 2009; ALVES & GOULART, 2009).

Estes depoimentos não vieram à tona em fevereiro de 1959, nem nos meses seguintes, apenas nas décadas seguintes. O problema é que dezenas de outras fontes deixaram de registrar o que viram, seja porque morreram nos anos seguintes ou foram embora de Brasília.

Outro ponto que vale destacar é que nenhum dos jornais, que trouxeram informações incorretas, fez retificações nas edições posteriores. Conforme já apresentado, os itens das tabelas “Quando ocorreu”, “Total de mortes”, “Total de feridos”, em algumas publicações os dados fornecidos são equivocados ou inexatos e sequer mencionam fontes quem embasem suas afirmações.

Segundo Cornu (1994, p. 84) o respeito do jornalista pela verdade está relacionado ao dever de retificação. “A notícia difundida pode ser desmentida, corrigida, completada por incontáveis actores pertencentes, no sentido mais amplo, ao público: pessoas implicadas, peritos, testemunhas, colegas. Reencontramos assim, a propósito da informação, as condições exigidas pela investigação científica”. Para o autor, não há jornais nem jornalistas que não cometam erros, sendo que as publicações sérias e os profissionais rigorosos se distinguem dos outros ao publicar esclarecimentos e retificações.

A partir desta breve análise, observa-se que as informações publicadas, a maioria notas com poucos parágrafos, não forneceram explicações satisfatórias ao leitor para explicar a dimensão do incidente. Em alguns casos, apresentaram dados contraditórios e também não publicaram informações a respeito do desfecho judicial. E ainda, apresentaram em muitos momentos dados equivocados e inexatos, consequência principalmente da falta de apuração presencial.

Considera-se aqui a apuração satisfatória do fato não apenas em relação ao método objetivo da pesquisa e do texto do jornalista, mas a pluralidade de observações, de relatos e de documentos para que o leitor possa confrontar as versões. Isto se desdobra em diversidade de fontes, de canais e de núcleos receptores, possibilitando que acontecimentos sejam interpretados e reproduzidos sob ângulos diferentes (MELO, 2006). Tal condição é também fundamental para garantir o direito social à informação⁸.

Sem esta pluralidade de canais de comunicação, com apuração satisfatória na cobertura deste episódio, a imprensa (leia-se aqui empresas e profissionais) não apenas deixou de cumprir seu papel de busca pela verdade, “ser a vista da Nação” (BARBOSA, 2004, p. 32), zelar por um compromisso social, mas também deixou uma lacuna histórica provavelmente irreparável, pois dificilmente alguém conseguirá hoje reunir as fontes (pessoas, documentos, materiais) disponíveis naquela época.

O que a imprensa divulga ou deixa de divulgar tem impacto direto na percepção e na interpretação que grande parte da população faz do mundo em que vivemos. De acordo com Marshall (2003, p. 51), por exemplo, a mídia tem o “poder de determinar o que é e o que não é realidade no mundo de hoje. Tal poder foi-lhe outorgado pelos próprios receptores, que imputam credibilidade e legitimidade ao que, em

⁸ Veremos mais a frente que apenas a pluralidade de versões, embora importante, não garante uma apuração satisfatória.

primeiro lugar, é exposto na mídia”. Ou seja, segundo o autor, algo existe ou deixa de existir à medida que é comunicada pela mídia. “A realidade deixa assim de ser expressão dos fatos, para se revelar como a sua apresentação midiática” (*ibidem*).

Com os dados que foram expostos e analisados até o momento, não se pretende justificar a versão oficial do inquérito policial ou da Novacap, nem especular sobre os números de mortos e feridos (se foi uma chacina ou não). Chama-se a atenção a importância da cobertura presencial desta ocorrência, apurando pessoalmente os fatos, buscando mostrar diferentes versões (a partir de fontes confiáveis) e investigando detalhes mal esclarecidos a respeito do incidente que permanecem até hoje e frequentemente são alvo de matérias de várias páginas de jornais como *Correio Braziliense* e *O Estado de Minas*.

6 MERECIA O INCIDENTE MAIOR DESTAQUE NA IMPRENSA?

A pergunta é pertinente, pois alguns pioneiros de Brasília, a maioria deles vinculados a Juscelino Kubitschek, seja em seu governo durante a construção de Brasília ou por anos de amizade e de convivência, defendem a ideia de que o incidente na Pacheco Fernandes é um caso encerrado e já devidamente explicado. Estaria assim justificada a mínima cobertura em relação ao fato na época.

Em fevereiro de 2009, quando o incidente na Pacheco Fernandes completou 50 anos, o fato foi novamente lembrado pela imprensa, especialmente em Brasília. O *Correio Braziliense*, por exemplo, fez três reportagens durante este mês relembando o episódio, trazendo novos depoimentos de operários.

No mesmo ano, a lembrança do episódio ganhou mais força com a inauguração de um monumento, no bairro Vila Planalto, em homenagem aos “Candangos sacrificados de Brasília” (Ver Anexos). Trata-se de uma lápide e, ao lado, uma cruz de ferro enferrujada construída na principal praça do bairro, onde até hoje moram ex-trabalhadores da construtora Rabello, cujo acampamento era vizinho ao da Pacheco Fernandes. A inauguração ganhou destaque na imprensa local (GOULART, 2009).

Considerando “tendenciosas” as reportagens feitas em 2009, o jornalista e escritor Adirson Vasconcelos, que visitou Brasília pela primeira vez em 1957 e mais tarde foi chefe de redação do *Correio*

Braziliense, rebateu o conteúdo publicado em um artigo com o título “O caso Pacheco Fernandes⁹” (VASCONCELOS, 2009, p. 20).

No artigo, Vasconcelos (2009) descreve a versão oficial do incidente, baseando-se no inquérito policial, que considera uma morte e três feridos (baleados). Reconhece os excessos da guarda local durante a “pancadaria”. Contudo, considera que “as versões que são levantadas têm muitos equívocos e são muito depreciadoras da memória histórica e da tradição idealística de Brasília”. E afirmou de maneira preempatória: “O fato não tem mistério e já foi esclarecido”. Transcreve a nota que redigiu na época para os jornais *Associados*, atendidos pela Agência Meridional:

GRAVE INCIDENTE EM BRASILIA – Brasília, 12 (Meridional) – Verificou-se aqui um sério conflito entre a Polícia mantida pela Novacap e os operários da firma Construtora Pacheco Fernandes Ltda., encarregada da ereção do “Palácio dos Despachos”. O incidente deu-se por motivos de somenos importância e vários trabalhadores tiveram que receber socorro no Hospital do IAPI, enquanto um deles foi assassinado pelos policiais. A repressão deu-se à bala e cassetetes. A Associação Comercial de Brasília pediu a imediata dissolução do destacamento policial, que já tem provocado casos semelhantes. Muitos dos operários feridos estão em estado grave. Foi enviado telegrama de protesto ao presidente Juscelino Kubitschek (VASCONCELOS, 2009, p. 20).

Essa discussão parece ser interminável, pois de um lado há os “pioneiros” de Brasília, ex-membros do governo Juscelino Kubitschek ou amigos pessoais do ex-presidente, defensores da imagem de Brasília na condição de ícone de uma nova era na política brasileira. De outro lado, existem dezenas de depoimentos de ex-trabalhadores, disponíveis em Arquivos Públicos, devidamente gravados por historiadores, e colhidos por jornalistas para matérias que foram recorrentes nas últimas décadas em vários jornais, se opondo a versão oficial.

⁹ Ver em Anexos a transcrição completa do artigo de Adirson Vasconcelos.

Além do inquérito policial, não há outras provas documentais sobre o incidente. Assim, sabe-se que ocorreu pelo menos uma morte, contudo não se pode afirmar a real dimensão deste incidente. Assim, muitos destes operários resistem em dar depoimentos, pois a única coisa que podem falar foi o que viram (QUEIROZ, 1990; PINHEIRO, 2004; COSTA, 2009).

Robert Park (2008, p. 65) lembra que muitos fatos sobrevivem como “um tipo de símbolo fantasmagórico” de interesse universal. Assim, a notícia e o jornalismo contribuem como forma de conhecimento não só para a História, a Sociologia, mas para o Folclore e a Literatura.

A notícia é limitada a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas, quase sempre. Pode ser um incidente como aquele da família de cor a Filadélfia, Francês e Bem Mason, que ganharam uma fortuna a corrida de cavalos (Irish Sweepstakes). Pode ser um incidente trágico como a batalha na Costa do Uruguai, que resultou na destruição do navio alemão, o ‘Graf Spee’, e no suicídio de seu capitão. Esses eventos não foram apenas notícia – isto é, algo que causou súbita mudança decisiva na situação pré-existente – mas como foram relatados nos jornais e foram refletidos, eles tendem a assumir uma importância nova e ideal: a primeira, uma estória de interesse genuinamente humana, a outra, uma tragédia, para usar uma expressão de Aristóteles, algo que inspira ‘compaixão e terror’. Eventos como esses tendem a ser lembrados. No final, eles se tornam lendas ou são gravados em baladas populares. Lendas e baladas não necessitam de datas ou nomes de pessoas ou lugares para autenticá-las. Elas vivem e sobrevivem em nossas memórias e na memória do público devido o seu interesse humano. Como fatos eles pararam de existir. Eles sobrevivem como um tipo de símbolo fantasmagórico de algo de interesse universal e perene, uma representação ideal da vida real e da natureza humana por toda a parte (PARK, 2008, p. 65).

Até que ponto um fato que exclui o depoimento de vítimas e de outros trabalhadores, que acompanharam direta e indiretamente um evento, não contribui ainda mais para proliferar “lendas” e “baladas”? Se o jornalismo fornece adequadamente datas, nomes de pessoas ou lugares, além de provas documentais, o resultado será a redução do espaço para surgimento de lendas e distorções. Ou pelo menos estará claro o que é fato e o que é folclore.

A respeito do incidente da Pacheco Fernandes, algumas perguntas ainda permanecem: Por que a grande imprensa da época não enviou jornalistas para cobrir o fato? E se o fato já foi esclarecido e não tem mistério, por que as dúvidas e os questionamentos ainda existem?

A primeira dedução, quando se considera que um fato foi totalmente esclarecido por uma simples nota de dez linhas, é que não se justifica uma investigação jornalística, pois não há mais nenhum “mistério”. Nesse contexto, o inquérito policial torna-se um forte álibi de uma explicação irrevogável. Mas, por outro lado, sabemos que uma cobertura jornalística pode perfeitamente influir no rumo e na qualidade de uma investigação policial. Assim, uma questão pertinente é saber até que ponto o incidente da Pacheco Fernandes atendeu a requisitos mínimos de critérios de noticiabilidade. Se não atendeu, os jornais da época agiram corretamente ao darem espaço mínimo ao incidente.

Para Traquina (2005, p. 63) os critérios de noticiabilidade “são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (*newsworthiness*)”.

De acordo com Sousa (2004), Tobias Peucer, apontado como progenitor da Teoria do Jornalismo, não falou explicitamente de critérios de noticiabilidade, nem de valores-notícia, mas teceu considerações das quais intuiu a sua existência, listando o que deveria ou não ser noticiado.

(...) a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja. Estes relatos, com efeito, têm mais em conta a sucessão exata dos fatos que estão interrelacionados e suas causas, limitando-se somente a uma simples exposição, unicamente a bem do reconhecimento dos fatos históricos mais importantes, ou até mesmo misturam coisas de temas diferentes,

como acontece na vida diária ou como são propagadas pela voz pública, para que o leitor curioso se sinta atraído pela variedade de caráter ameno e preste atenção (PEUCER, 2004, p. 16).

Além da atualidade destacada acima, Peucer também considera os temas de interesse cívico (o que as pessoas devem saber); o que é insólito, negativo (guerras, incidentes, catástrofes), o que se passa com pessoas ilustres (identificação social) e os assuntos amenos de interesses da população em geral (SOUSA, 2004).

Já no século XX, outros autores trazem suas contribuições sem, no entanto, discordar da *espinha dorsal* apresentada por Peucer no século XVII. Segundo Robert Park, a notícia está sempre ou principalmente interessada no inesperado ou incomum, tendo como efeito *algo que fará o povo falar*. Incidentes e oportunidades, nunca são totalmente inesperados, mas ao mesmo tempo podem ser imprevisíveis (2008).

Em 1922, Walter Lippmann, em *Opinião Pública*, relacionou algumas características necessárias às notícias: clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal (SILVA, 2005).

Lançado em 1959, o livro *Introdução ao Jornalismo*, de Fraser Bond teve grande impacto na imprensa brasileira. Nesta obra, o autor apresenta quatro principais fatores determinantes no valor da notícia:

- 1) Oportunidade – a notícia nova, se possível no instante do acontecimento.
- 2) Proximidade – o leitor prefere um pequeno acontecimento próximo do que outro mais relevante, a quilômetros de distância.
- 3) Tamanho – em geral, a grandeza chama mais atenção. Por exemplo, o número de mortos em uma catástrofe, as dimensões de um avião, a quantia doada.
- 4) Importância – o mais significativo de todos, não devendo se separar do fato trivial (a “pedra-de-toque”).

Vale destacar que o conceito de *importante* de Bond não está dissociado do *interessante* (ao contrário de Lorenzo Gomis, por exemplo).

O fato trivial, se inculcado de interesse, classifica-se, freqüentemente, em valor jornalístico, acima de informações importantes e significativas,

porém enfadonhas. Isso não é novidade. Já desde o ano 51 A.C., Cícero queixava-se de que seu correspondente profissional de notícias estava fornecendo demasiadas informações esportivas e poucas sobre a situação política. Os diretores atuais recebem a mesma queixa, hoje, de seus leitores intelectuais. Sabem que não podem satisfazer todo mundo. Sabem, também, que a notícia ‘interessante’, que inclui muito de trivial, atrai as massas, enquanto o meramente importante é dirigido a um pequeno público. Contudo, os melhores jornais e as melhores rádio-emissoras procuram fornecer notícias que dêem à significação e à importância seu lugar e tratamento adequados (BOND, 1962, p. 94).

Ainda sobre este item, Bond (1962) traz ainda o que considera os doze elementos de interesse da notícia: 1) O interesse próprio; 2) Dinheiro; 3) Sexo; 4) Conflito; 5) O incomum; 6) Culto do herói e da fama; 7) Expectativa; 8) Interesse humano; 9) Acontecimentos que afetam grandes grupos organizados; 10) Disputa; 11) Descoberta e invenção; 12) Crime.

Anos mais tarde muitos outros autores, tais quais Lage (2001), Erbolato (1985), Chaparro (2007), Wolf (1990; 2003), ampliaram as discussões sobre os critérios de noticiabilidade. De qualquer forma, já havia até 1959, referências diretas ou autores que intuíram de algum modo este tema.

Manuel Carlos Chaparro (2007, p. 149), por exemplo, a partir de uma lista de atributos de relevância de Carl N. Warren, atualizou e ampliou uma grade de atributos de relevância (interesse) dos produtos jornalísticos, considerando: *atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, conseqüências, curiosidade, dramaticidade e surpresa.*

Mario Erbolato (1985, p. 55) considera que a escolha das notícias pode ser motivada pelos seguintes critérios: *proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, conflito, conseqüências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativa, originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussões e confidências.*

Mauro Wolf (1992) afirma que o rigor dos valores-notícia não consiste em uma classificação abstrata, teoricamente articulada e coerente, mas uma lógica destinada a finalidades prática para a repetição de determinados procedimentos. E assim, propõe alguns valores-notícia: *nível hierárquico, impacto ou influência, quantidade de pessoas envolvidas, importância ou relevância.*

Partindo dos referenciais de Peucer, Park, Lippman e Bond, pode-se enumerar pelo menos quatro principais itens para justificar a necessidade de uma cobertura jornalística mais ampla, presencial, sobre o incidente na Pacheco Fernandes, englobando outras expressões similares usadas pelos mesmos:

- 1) Crime – também chamado de “conflito” ou evento “negativo”, o incidente foi um crime, de proporções desconhecidas que poderia ter sido investigado naquele momento através de depoimentos explorados somente nos anos seguintes.
- 2) Novidade – lembrada pelos autores também na condição de “incomum”, “surpresa” e “insólito”. O caso na Pacheco Fernandes foi um fato concreto que justificaria muitas críticas que estavam sendo feitas pela grande imprensa na época em relação à Brasília: pressão para concluir o projeto, condições de trabalho desumanas, acidentes de trabalho, falta de estrutura adequada.
- 3) Importância – além da *importância* do fato em si (o crime), podemos também considerar a relevância política. Se houvesse destaque deste fato pela grande imprensa, isso traria mais problemas e pressão dos opositores ao governo Kubitschek, que no período enfrentava acusações corrupção, superfaturamento, favorecimento de algumas empreiteiras.
- 4) Interesse humano – injustiça, repressão, violência, o desejo de saber o que se passa com trabalhadores que mudaram de cidades para tentar “ganhar a vida” na nova capital, também podem ser considerados ingredientes de uma matéria atraia o interesse dos leitores.

Por outro lado, a ocorrência não tinha pelo menos dois aspectos importantes: a *proximidade geográfica* e o *envolvimento de pessoas ilustres*. Uma futura pesquisa pode avaliar até que ponto estes dois itens tiveram um peso maior, justificando a falta da cobertura jornalística, presencial, neste evento, especialmente quando considera-se as dificuldades dos jornais enviarem seus repórteres para investigar o caso

(além do possível desinteresse da população de outras regiões por crimes ocorridos naquela região). Outro ponto seria considerar até que ponto a ausência de autoridades ou de pessoas ilustres, na condição de vítimas do incidente, não tornou o episódio menos interessante no momento da escolha das reportagens nos jornais.

As vítimas do incidente foram os denominados *candangos*, expressão que já apresenta uma forma de “exclusão social”. O surgimento da expressão “Candango” durante a construção de Brasília tinha conotações pejorativas, preconceituosas e discriminatórias entre as classes sociais.

Historicamente, *Candango* era o nome que os africanos davam aos portugueses em 1899, que definia indivíduos considerados desprezíveis, destituídos de bom gosto. Há controvérsias em relação a origem da palavra. Uma hipótese é a origem africana do quimbundo (língua banta, falada na Angola pelos ambundos) através da expressão *kangundu*, diminutivo de *kingundu*, que significa “vilão, ruim, ordinário” (CUNHA, 1996, p. 146; HOUAISS, 2001, p. 594; NASCENTES, 1966, p. 138; VICTORIA, 1958, p. 49). A expressão “candango” ressurgiu em Brasília em caráter denegridor, para rebaixar trabalhadores humildes, sem cultura, como uma espécie de apelido coletivo e pejorativo.

Segundo Mendes (1997), durante a construção de Brasília havia duas classes sociais evidentes: os *candangos* e os *doutores*. Eram chamados de doutores todos que trabalhavam em escritórios, com diploma ou não. Os candangos eram pedreiros, carpinteiros e operários que atuavam nas construções em geral; dormiam em alojamento e comiam em cantinas coletivas. Os doutores tinham cantina separada e casas próprias para os casados.

De acordo com Orico (1961, p. 49), o termo candango renasceu em Brasília para designar homens trajando calça caqui ou de brim coringa, de botas, com lenços no pescoço e chapéus de aba larga, que vieram para trabalhar nas obras. A palavra candango ganhou *status* “oficial” quando foi realizado o primeiro concurso em Brasília para eleger “os dez mais elegantes e os dez mais candangos da região”.

Para Teixeira (1982, p. 103) a expressão candango teve a mesma conotação que “pau-de-arara” em outras regiões do país e se tornou sinônima de operário da construção civil, mão de obra desqualificada e disponível para os piores trabalhos (os mais arriscados, pesados e difíceis) durante a construção de Brasília.

Ao longo do tempo, a palavra “candango” ganhou conotação positiva, simpática e de reconhecimento de quem trabalhou duramente para construir a nova capital. Candango passou a ser sinônimo de

pioneiro, uma expressão gentil para identificar os precursores da nova capital. O ex-diretor da Novacap, Ernesto Silva (2004), sintetiza bem como passaram a ser vistos.

Candango passou a exprimir um título de honra, conferido a todos os que, com espírito de luta e abnegação, independentemente da função que exerciam, estavam participando da grande epopéia (...). Candango são todos os que comeram poeira, amassaram a lama, viveram e trabalharam sob o sol inclemente e as chuvas torrenciais, suportaram o frio, o desconforto e as exigências dos prazos rígidos para entrega das obras, se tornaram heróis pela dedicação ao trabalho e identificação com a obra, assombraram o mundo pelo denodo, solidariedade, confiança e determinação, se tornaram respeitados pela obra realizada (SILVA, 2004, p. 214).

Até hoje, muitos “doutores”, pioneiros vivos que não foram operários e trabalhadores braçais, reivindicam e se autoclassificam candangos, fundando inclusive associações que realizam encontros, jantares e comemorações periódicas. Para fazer parte desta associação, é preciso comprovar que esteve em Brasília na fase de construção e pagar uma mensalidade, o que torna rara a presença de ex-operários, ex-carpinteiros e demais trabalhadores braçais.

Portanto, não havia entre os candangos (não considera-se aqui a concepção atual, mas a presente na construção de Brasília), pessoas ilustres, com *status* social. A maioria dos candangos permanece até hoje anônima na historiografia. Muitos registros desses trabalhadores se perderam em incêndios frequentes naquela região, seca e muito quente (MENDES, 1997).

No momento, o que pode-se concluir é que, do ponto de vista jornalístico, havia motivos relevantes e atendimento a critérios de noticiabilidade (basicamente: crime, novidade, importância e interesse humano) para a cobertura do incidente na Pacheco Fernandes. No entanto, mesmo atendendo a estes critérios, não existiu uma cobertura jornalística satisfatória, plural, envolvendo pontos de vista diferentes, buscando esclarecer as razões do incidente e os detalhes do conflito.

7 DESTAQUE DA IMPRENSA SOBRE O INCIDENTE NAS DÉCADAS SEGUINTE

Abordou-se anteriormente que o incidente no acampamento da construtora Pacheco Fernandes teve, nas décadas seguintes, destaque em muitos jornais brasileiros. A maioria destas publicações trouxe uma parcela do que a mídia impressa de 1959 não fez: diversos depoimentos sobre a ocorrência pela perspectiva dos trabalhadores, dirigentes da Novacap, policiais, militares que estavam em Brasília.

O jornalista Jorge Frederico, por exemplo, fez uma investigação detalhada em reportagem de quatro páginas publicada no *Jornal de Brasília*, 20/21 de abril de 1980 (edição de final de semana). Título da matéria principal: “É Carnaval. A GEB metralha operários”.

Além de colher depoimentos de trabalhadores, o repórter entrevistou um ex-oficial da GEB, o capitão Geraldo Silva; o presidente da Associação dos Trabalhadores de Brasília na Construção Civil (que funcionava clandestinamente), Heitor Silva; o diretor da Pacheco Fernandes, naquela época, Fausto Favalle.

É domingo de carnaval. O diário do engenheiro responsável pelas obras do Palácio do Planalto, Fausto Favalle, diretor da Construtora Pacheco Fernandes registra:

“8 de fevereiro de 1959 – a obra trabalhou até as 11 horas. Retornei de Anápolis às 22 horas. A Guarda Especial de Brasília foi chamada a fim de deter dois operários que provocaram desordens na cantina. Como da primeira vez os guardas não conseguiram deter os desordeiros, pediram reforços, que ao chegarem começaram a atirar sobre os operários’.

(...) Dr. Fausto conta que tudo aconteceu por uma infeliz coincidência: ‘Existia uma antiga rixa da GEB com alguns operários meus. Um deles era o encarregado de carpintaria, um tal de Chicão, que tinha dois metros e dez de altura. Era um mulato enorme, que quando descia o braço ninguém ficava em pé, e ele já tinha batido num subdelegado da GEB” (FREDERICO, 1980, p. 15-16).

Segundo Alfredo Batista, que escapou do tiroteio permanecendo escondido em um caminhão quebrado, os policiais perseguiram os trabalhadores e atiraram por cerca de 20 minutos. Depois cortaram a luz no acampamento e “começaram a jogar os corpos de quem estivesse caído, vivo ou morto, dentro de um basculante sumindo dentro da escuridão da noite”. Disse também que algumas pessoas sabiam do número certo de vítimas, entre eles o Sargento Pinto:

Este homem era o chefe da segurança da GEB e recebeu uma bolada para calar a boca e não falar nunca quantos morreram naquele dia. Infelizmente, o Sargento Pinto morreu no final do ano passado (1979), e ao que tudo indica levou consigo esse segredo infame.

(...) Segundo seu Alfredo, muito peão escapou porque saiu correndo por dentro do mato. Outros se esconderam debaixo dos alojamentos que ficavam metro e meio acima do chão. Aliás, o único morto que foi encontrado, até hoje, Evaristo, estava escondido embaixo de um dos alojamentos. Segundo o general Osmar Dutra, ele morreu porque uma bala lhe atingiu a veia femural e ele se esvaiu em sangue (FREDERICO, 1980, p. 15).

De acordo com a referida reportagem, a Pacheco Fernandes Dantas saiu de Brasília em 1963, indo para São Paulo e tendo o nome mudado para Moraes Dantas S/A.

Em 19 de março de 1992, no *Jornal do Brasil*, a repórter Susana Schild, lembrou o episódio na matéria “A capital da ‘desesperança’”, que abordou principalmente o lançamento do documentário, *Conterrâneos Velhos de Guerra*, do cineasta Vladimir Carvalho.

O filme causou polêmica entre alguns pioneiros de Brasília, que consideraram o trabalho sensacionalista e uma forma de denegrir a grandeza da capital federal. Carvalho, colheu ao longo de 20 anos, dezenas de depoimentos de trabalhadores sobre acidentes de trabalho durante a construção de Brasília, incluindo o incidente na Pacheco Fernandes.

A construção de Brasília é vista ainda hoje como algo heróico, em uma auto-contemplação burguesa inteiramente alienada (...) mitólogos da classe média deslumbrados com o extraordinário feito e que incensam permanentemente o grande condutor da cena – JK.

(...) o filme não pretende obscurecer a força e simpatia de grandes homens, mas colocar numa perspectiva de hoje uma visão dos vencidos (SCHILD, 1992, p. 6).

No ano 2000, aniversário de 40 anos de Brasília, várias reportagens foram produzidas sobre a capital federal, algumas delas lembrando sobre o incidente na Pacheco Fernandes.

O semanário *Hoje em Dia*, de Brasília, na edição de 20 a 26 de outubro de 2000, trouxe extensa reportagem de Talita Lorena (mais um editorial de Marcel de Brot), com o título “Sombra paira sobre capital há 4 décadas”. O texto traz os depoimentos dos trabalhadores Antonio Pacheco Fernandes, José Marques da Silva, Geraldo Rezende, Zé da Kombi, além do Chef Rosental (cozinheiro de Juscelino Kubitschek), do historiador Hermes Teixeira e do filho do ex-presidente da Novacap, Israel Pinheiro Filho. Alguns destes trabalhadores se esquivaram de dar detalhes sobre o assunto:

“Não falo, aqui é como uma favela, ninguém entrega ninguém. (...) Não falo porque não vi e quem viu não vai falar nada. Esse é um assunto comprometedor e todos querem liberdade”, diz Rosental (LORENA, 2000, p. 10).

“Para que tocar nesse assunto? Isso não leva ninguém a nada”, diz Zé da Kombi (LORENA, 2000, p. 10).

“Quando eu ouvi o tiroteio eu saí no cinema para ver o que era, mas a GEB me barrou, só sei que o tiroteio foi grande”, diz Antônio Pacheco (LORENA, 2000, p. 10).

“Morreu só um funcionário por causa da confusão, mas não foi baleado. (...) Esse episódio não teve a menor importância, é apenas um detalhe”, diz Israel Pinheiro Filho (LORENA, 2000, p. 10).

O historiador Hermes Teixeira ressaltou que a história oficial enalteceu os grandes construtores de Brasília, porém sem a visão de quem colocou a mão na massa. O estereótipo de fraternidade entre aqueles que participaram da construção da nova capital era uma ilusão. “É um capítulo nebuloso. Certezas absolutas são impossíveis, não se tem uma palavra final. Ou acredita-se nos dados ou acredita-se na história oficial”.

No dia 29 de fevereiro de 2000, o *Jornal de Brasília*, publicou uma reportagem de três páginas do jornalista Áureo Germano: “Juscelino nunca soube do episódio”. O título sugere que os fatos ficaram restritos aos chefes da polícia e ao Ministério da Justiça. Segundo a matéria, a estratégia do chefe da Polícia, Coronel Osmar Soares Dutra foi desqualificar o líder dos trabalhadores, Heitor Silva, classificando-o como “um agitador comunista fichado, que se intitula presidente do Sindicato de Operários de Brasília e presidente da Associação de Operários de Brasília, ambos sem existência”.

A afirmação do coronel Osmar Dutra foi repassada por escrito para os jornais, que ainda termina do seguinte modo: “O telegrama do agitador comunista Heitor Silva não merece nenhuma consideração e não pode anular as declarações já feitas por esta chefia”.

A reportagem traz ainda o depoimento do juiz Lúcio Arantes, que lembrou ter autorizado o pagamento dos direitos trabalhistas à família do operário assassinado e que o custo do sepultamento foi assumido pela Pacheco Fernandes. Arantes não acredita que houve um massacre, mas admitiu que “houve pressões” e que o delegado encarregado do caso foi transferido para Belo Horizonte. “Procurou-se conter essa onda de boatos. Não se apurou mais nada sobre isso”, disse o juiz.

O *Correio Braziliense* publicou a entrevista, de uma página no dia 19 de abril de 2000, com o Sargento da Aeronáutica Alcimar Batista, com o título “Mito ou Massacre?”. Na entrevista feita pela repórter Ana Dubeux, o sargento sustenta a versão oficial, considerando a criação do mito Pacheco Fernandes com finalidade de “achincalhar Brasília”.

Esse massacre foi de araque, nunca houve. Mas estive no acampamento da Pacheco Fernandes naquele dia. Aquela história de caminhões cheios de corpos de operários, de gente sendo enterrada em valas abertas nos canteiros de obras e de centena de mortos foi boato.

(...) Falaram em um morto, mas eu não posso nem ratificar que houve essa morte porque não vimos nenhum morto. Ficamos lá mais seis horas para fazer a limpeza do terreno, tirar o pessoal (...)

(...) Para arrumar a bagunça. Tinha sangue espalhado, alguns feridos. Mas não era ferido grave, gente que levou tiro na perna. Não teve nenhum caso assim que a gente chegou e disse: 'Ih, esse cara está desenganado'.

(...) Quarenta anos depois será que não teve um filho de alma que perdeu um filho nesse tiroteio, nessa quantidade imensa de pessoas que morreu? Um eu acredito, mesmo sem ter visto, mas massacre é brincadeira.

(...) Havia realmente a preocupação com o Rio, com a oposição que era contra a construção de Brasília. Qualquer coisa que acontecia aqui repercutia na Câmara e no Senado lá no Rio e Brasília era logo achincalhada (...)

(...) Havia uma preocupação de não deixar que o presidente Juscelino Kubitschek tomasse conhecimento (...) o major Francisco de Assis Lopes, que foi que nos mandou para lá, fazia questão que não se falasse sobre o assunto. E como os jornais e meios de comunicação aqui de Brasília eram muito principiantes, ninguém tomou conhecimento (DUBEUX, 2000, p. 4).

Em fevereiro de 2009, quando o incidente completou 50 anos, o *Correio Braziliense* fez outra série de reportagens, entre as quais as matérias “Clima de Medo”, dia 2, de Guilherme Goulart e Renato Alves; “Vítimas da Covardia”, dia 8, de Guilherme Goulart.

Na ocasião os jornalistas apresentaram a documentação fornecida pelo historiador Adirson Vasconcelos, indicando que além de uma morte, foram registrados 48 trabalhadores feridos durante o conflito com a GEB.

O carnaval de 1959 ficou marcado pelo conflito que acabou conhecido como Massacre da Pacheco Fernandes. Laudos de exames de corpo de delito obtidos pelo **Correio** revelam a violência imposta pela polícia no acampamento da construtora. O saldo: um operário morto e 48 feridos. Nenhum culpado.

(...) O laudo, assinado pelos mesmos peritos e o delegado que avaliaram os feridos, diz que Evaristo Soares Brandão levou um tiro na perna esquerda. Não resistiu por causa de uma hemorragia (GOULART, 2009, p. 30).

Ainda segundo o *Correio Braziliense*, entre os feridos, mais três teriam sido baleados: Antônio de Souza, Antônio Ubaldo Moraes e Francisco Clemente dos Santos. Outros 45 sofreram fraturas, hematomas e escoriações: José Francisco da Mata, Lukic Franz, Meneziano Amâncio da Silva, José Antônio Ferreira, Francisco Bezerra Neto, José Pozella Filho, Aurelino Pereira César, Pedro Xavier de Almeida, Sebastião Rodrigues de Faria, Luís Nunes dos Santos, Adriano Steves, Antônio Gomes da Silva, José Francisco da Silva, Messias de Andrade, Guilhermino Néri, Gumercindio de Souza, José Balbino dos Santos, João Constantino Ribeiro, Expedito Pereira dos Santos, Honório Soares de Brito, João Galdino de Lira, Antônio Mendonça, Bartolomeu Rodrigues, Claudino Cordeiro, Expedito Ferreira de Souza, João Paulo Ribeiro, Carlito Cardoso, José Pelo Castro, José Nobre, Cícero da Silva, Luís Albino de Oliveira, Regino Gomes, Olímpio Pires, Francelino Cardozo, Deusdeth Félix de Miranda, José Ferreira dos Santos, José Rodrigues Barros, Antônio Valentim, José Araújo de Lima, Edgar Gomes, Geraldo Alves de Melo, Geralnino Néri, Manuel Pereira Lima, Manuel Rodrigues de Araújo e Joaquim Teles de Menezes (GOULART, 2009).

Estes são os nomes dos feridos “registrados” pelos laudos médicos, contudo não se pode afirmar se estes números oficiais representam a realidade ou se foi apenas uma pequena parcela das vítimas.

O jornalista Dídimo Paiva (2009), o único repórter que esteve presente no local, dois dias depois do incidente, afirmou que conversou no hospital local com trabalhadores e ouviu uma versão diferente.

O Binômio comprou para mim e o fotógrafo passagens de avião, algo raro naquele tempo. Chegamos e fomos direto para a Pacheco Fernandes, mas não quiseram nos receber. A pessoa nos mandou embora dizendo que ninguém falaria com a imprensa. Fomos para o hospital que funcionava no Núcleo Bandeirante e o que os trabalhadores me disseram é que foram dezenas de mortes e feridos. Havia mais 24 trabalhadores hospitalizados em outro local.

O problema é que muita gente não tinha registro na empresa ou qualquer tipo de identificação. O Brasil tem hoje cerca de 6 milhões de pessoas sem registro e naquela época devia ser uns 20 milhões. Por que os jornais na época não deram destaque para o que aconteceu na Pacheco? Eu só tenho uma explicação: dinheiro da Pacheco Fernandes e das empresas que nadavam em dinheiro em Brasília.

Me perguntavam: quem mandou vocês aqui? Eu respondia que era o jornal. Fiquei com receio e mudamos de hotel para não ter problemas porque começou aparecer um sujeito de terno fazendo perguntas sobre nós (PAIVA, 2009).

Além das controvérsias encontradas em reportagens publicadas nas décadas seguintes, é possível encontrar depoimentos gravados pelo Programa de História Oral, do Arquivo Público do Distrito Federal, disponíveis publicamente. Muitas destas entrevistas, realizadas por historiadores, trazem mais informações a respeito do incidente na Pacheco Fernandes, por exemplo, os depoimentos dos operários Clementino Cândido, Elísio Evangelista Alves, José Irismar Soeiro, Manoel Pereira da Silva, Natalino Cavalcante de Melo, Osvaldo Alves Nascimento, Sebastião Bispo dos Santos, Severino Manoel dos Santos, Walter Pereira Ayres; da lavadeira Suzana Conceição Mendonça; do engenheiro e empresário Cláudio Oscar de Carvalho Sant'anna; do cozinheiro Eronildes Guerra de Queiroz, do médico Edson Porto, entre outros.

PARTE III A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO

8 POR QUE O JORNALISMO É IMPORTANTE?

Imaginemos um mundo onde o jornalismo é momentaneamente abolido. Governantes enviam diretamente as informações para os computadores domésticos dos cidadãos. Todos podem ser jornalistas, divulgadores e receptores de notícias. Esta reflexão foi feita pelo sociólogo Michael Schudson (1999), que pesquisa e leciona sobre Comunicação nos Estados Unidos.

Mas o que aconteceria se o jornalismo fosse abolido? Segundo Schudson (1999), em princípio, as autoridades ganhariam mais força e poder, seriam consideradas mais legítimas para transmitir informações. Um presidente da República, por exemplo, teria mais facilidade para colocar em prática a agenda nacional. Por outro lado, seria mais difícil para a população classificar as informações disponíveis mais importantes. O que é mais importante? O que é mais relevante? O que é mais interessante? Cedo ou tarde, o jornalismo teria que ser reinventado e um corpo de imprensa profissional reapareceria com forte incentivo do mercado.

O jornalismo – de algum modo – seria reinventado. Uma imprensa profissional reapareceria. Com incentivos de mercado fortes o suficiente, ele seria organizado por editoras comerciais. No caso improvável de os partidos políticos americanos ficarem unificados o suficiente para oferecer perspectivas coerentes nas notícias, a imprensa partidária poderia emergir. Se o porta-voz do governo encontrasse um local, como aconteceu até a Guerra Civil. Tem-se a imagem do mundo contemporâneo, mesmo em face da tecnologia que faz de nós potencialmente iguais emissores e receptores de informação, sem uma instituição especializada do jornalismo.

Mas por quê? Por que as pessoas sentem uma necessidade do jornalismo? Por que as pessoas anseiam por ouvir as notícias – não apenas fofoca, não apenas informações sobre pessoas e lugares que eles sabem, e não apenas um registro de mistérios e maravilhas em todo o mundo, não apenas conselhos práticos e avisos úteis, mas um produto composto, partilhado, ordenado e

editado?¹⁰ (SCHUDSON, 1999, p. 2, tradução nossa).

Assim, uma mídia dedicada a colaborar com a democracia deve fornecer aos cidadãos informações corretas e completas, para que possam tomar decisões sólidas; deve fornecer quadros coerentes para ajudar os cidadãos a analisarem e interpretarem a política; deve servir de canal comum de grupos variados da sociedade; deve representar o público e falar para o interesse público, a fim de cobrar do governo o cumprimento do seu papel (SCHUDSON, 1999, p. 28).

Este hipotético exemplo demonstra mais do que a importância do jornalismo no mundo moderno. O exemplo expressa também como esta área ou atividade profissional é indispensável em uma sociedade alicerçada em regimes democráticos, seja na condição de instrumento para transmissão de informações (fatos cotidianos, esclarecimentos, utilidade pública) ou mediador entre a população e o poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário).

E como lembra Karam (1997), é previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, “o Direito Social à Informação, entendido como o direito das pessoas receberem informações e saberem o que está acontecendo no mundo”. Diz o seu artigo 19:

“Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão: este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios independentemente de fronteiras” (SANTOS apud KARAM, 1997, p. 17).

¹⁰ Journalism – of some sort – would be reinvented. A professional press corps would reappear. With strong enough market incentives, it would be organized by commercial publishers. In the unlikely event that American political parties became unified enough to offer coherent perspectives on the news, a party press might surface. If government mouthpiece might find a spot, as it did up to the Civil War. It is had to picture the contemporary world, even in the face of technology that makes each of us potentially equal senders and receivers of information, without a specialized institution of journalism.

But why? Why do people feel a need for journalism? Why do people long to hear the news – not just gossip, not just information about people and places they know, not just a record of mysteries and marvels worldwide, not just practical bits of advice and useful notices, but a composite, shared, ordered, and edited product? (SCHUDSON, 1999, p. 2).

Hoje, não é possível vivermos sem o jornalismo. Mesmo os países com regimes autoritários não conseguem impedir totalmente a divulgação de fatos que sejam contrários aos interesses destes governantes. A internet e os meios de comunicação, cada vez mais velozes e sofisticados, permitem inclusive a substituição de cinegrafistas, fotógrafos e até mesmo dos jornalistas que se limitam a mera descrição dos acontecimentos. Contudo a pesquisa, a apuração presencial, o levantamento de documentos, as entrevistas com diversas fontes relativas aos acontecimentos do presente, ou do passado recente, ainda são atribuições delegadas aos jornalistas.

No passado, sem a existência da internet, muitos regimes autoritários conseguiram restringir a atividade jornalística, a ponto de ocorrerem deturpações das interpretações de ocorrências históricas.

Da linguagem instrumento do real ao real, como texto, há um abismo de incompreensões. Problematizar a existência do real, se faz sentido para a filosofia ou a semiologia, é inacessível à compreensão de um jornalista. Pois, para o jornalismo a construção discursiva que preenche espaços nos jornais, e tempos no rádio e na televisão tem sempre uma referência efetivamente acontecida.

Também para a história isto é verdadeiro, pois, que se abandone a ênfase em datas e nomes, para reivindicar a determinação da interpretação, há situações que confirmam o factual como determinante. É o caso do exemplo de Robert Darnton em *O beijo de Lamourette* quando explica a diferença, para a história dos poloneses, se o massacre de Katyn aconteceu em 1940 ou 1941. De acordo com a história polonesa oficial, o corpo de oficiais poloneses foi destruído num gigantesco massacre executado pelos alemães, quando o exército germânico alcançou a floresta de Katyn, durante a invasão do território soviético em 1941. De acordo com os alemães, o massacre ocorreu pelo menos um ano antes, e eles não encontraram em Katyn nada além de uma vala comum. Por outro lado, uma placa em homenagem a um soldado morto numa igreja de

Varsóvia não traz nenhum comentário além de um local e uma data: ‘Katyn, 1940’. Se o fato ocorreu em 1940, foi obra dos soviéticos; se foi em 1941, a obra foi dos alemães (BERGER, 2003, p. 18).

O caso acima traz algumas semelhanças com o incidente na Pacheco Fernandes, pois também foi interpretado por muitos como um massacre. As histórias oficiais são contestadas por outros pontos de vistas, relatos orais, não tendo evidências suficientes para comprovar as versões. O inquérito policial sobre o incidente na Pacheco Fernandes é suficiente para comprovar a versão de uma morte e três baleados?

Contudo, há diferenças que merecem ser destacadas. No caso do massacre de Katyn, sabe-se hoje que de fato houve repressão política e silêncio imposto por Joseph Stalin. Para Pontes (2009), por exemplo, o massacre em Katyn foi premeditado por Stalin, que odiava o exército polonês devido a derrota soviética sofrida anos antes. Com o fim do pacto Molotov-Ribbentrop (entre Hitler e Stalin), os soviéticos passaram a atribuir as mortes aos nazistas e quem ousasse contestar era fuzilado. As testemunhas foram silenciadas e as novas gerações aprenderam e assimilaram a versão soviética como verdade absoluta. Outro ponto é que a data e o incidente em si não são contestados, tal qual o massacre de Katyn, mas a proporção da ocorrência.

Entretanto, o objetivo principal deste trabalho não é elucidar o incidente na Pacheco Fernandes e identificar suas causas. Importa esclarecê-lo sim, o máximo possível, com a finalidade de avaliá-lo como exemplo de ocorrência de interesse social que foi mal divulgada, investigada e debatida pelos meios de comunicação da época. Uma lacuna deixada pela imprensa que resultou numa ausência de informações relevantes para uma interpretação sociopolítica da construção de Brasília.

Só para lembrar alguns artigos do *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, cujas ideias essenciais já eram compartilhadas pelos pesquisadores e profissionais da imprensa na década de 1950 (conforme já mencionado nos capítulos anteriores):

(...) Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I – a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica – se pública, estatal ou privada – e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II – a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

(...) Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação (FENAJ, 2007).

Já em 1896, na Áustria, os jornalistas instituíram um compromisso moral com a sua profissão e em 1900, na Suécia, ocorriam debates para estabelecer um código formal para os jornalistas (BRUUN *apud* KARAM, 1997). O primeiro código da profissão teria sido criado em 1918, na França (WHITE *apud* KARAM, 1997). No Brasil, também em 1918, “no primeiro Congresso dos Jornalistas, organizado pela ABI, o tema já era objeto de preocupação da categoria” (FENAJ, 2007). Assim, preocupações éticas, discussões sobre a responsabilidade social e o papel da atividade jornalística já eram preocupações antigas, portanto, conhecidas por muitos profissionais na década de 1950.

Mesmo que não seja possível cobrir um fato presencialmente, devido à distância e custos altos de uma viagem à Brasília, a produção da notícia deve se pautar pela veracidade dos fatos. No caso das notas publicadas sobre a Pacheco Fernandes, conforme apresentado na seção anterior, verifica-se que há dados imprecisos e ambíguos em todas as publicações. E alguns jornais trazem informações erradas quanto a data, horário e a própria ocorrência em si. A maioria dos dados carece de fundamentação (inclusive, em algumas notas, os jornais não deixam claro quais foram as fontes consultadas).

Assim, é possível que haja uma produção de notícia pautada na veracidade dos fatos, sem que o jornalista esteja presente para apurar diretamente? Se a interpretação do fato é complexa, controversa, envolve interesses políticos e não foi registrada objetivamente (por exemplo, fotografada, filmada ou gravada sonoramente) é fundamental a investigação presencial.

Neste caso, por analogia, seria o mesmo que uma investigação policial de um crime fosse apurada à distância. Jornalista não é policial,

mas o que se espera deste profissional é que seu texto publicado tenha fundamentação a partir de ampla pesquisa, indo além de um simples levantamento de informações oficiais por telefone, verificando dados questionáveis divulgados por agência de notícia.

No caso da Pacheco Fernandes há ainda mais um agravante: a maioria das publicações deixou de lado o depoimento das vítimas, ouvindo, na maioria dos jornais, apenas a parte interessada em minimizar a ocorrência. A investigação presencial seria algo imprescindível para colher mais depoimentos (diferentes versões do fato) e confirmá-los através de pesquisa no acampamento e possíveis documentações da Novacap e do hospital local. Assim, seria possível o jornalista pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

Mas afinal, por que não é possível vivermos sem uma imprensa investigadora e questionadora na sociedade contemporânea? O que faz do jornalismo uma atividade tão importante? Vários autores trouxeram definições sobre o jornalismo e seus objetivos, em muitos casos, com princípios convergentes.

Rui Barbosa (2004, p. 35), por exemplo, considera que o dever essencial desta atividade é o compromisso com a verdade. Segundo o jurista, um país de “imprensa degenerada” é um país cego e “miasmado”; de ideias falsas e sentidos pervertidos; que não luta contra os vícios que exploram as instituições do país.

O jornalista Carlos Lacerda (1990) é outro autor que perseguiu o ideal da verdade no trabalho jornalístico. O autor de *A Missão da Imprensa* afirma que só existirá liberdade de imprensa quando o jornalismo estiver a serviço da verdade. Lacerda considera que não se pode silenciar nem em nome da prudência e que o interesse público, a obrigação social e o direito à informação devem estar acima do comodimento. Silenciar, em muitos casos, é ser cúmplice, o que na prática significa que não há liberdade.

Já o jornalista Danton Jobim (2008), considerado um dos precursores da pesquisa deste campo no Brasil, define o jornalismo como a cobertura do que é atual (o passado recente e o futuro próximo); o jornalista trabalha com a realidade do atual; não é um historiador que pesa os fatos e extrai lições para o futuro; atua como político não como um filósofo.

O passado mais recente, o passado imediatamente anterior a hoje, o passado de ontem, este não é

história, é jornalismo. O que aconteceu ontem, o que aconteceu horas atrás, não fato histórico, é notícia. Embora o que provavelmente vai acontecer amanhã, no futuro mais próximo, seja também jornalismo (JOBIM, 2008, p. 28).

Para Juarez Bahia (2009), jornalismo significa apurar, reunir, selecionar e difundir as notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação. É da natureza desta atividade levar a sociedade, direta ou indiretamente, a participar da vida pública. Nesse sentido, assume um papel de intermediário da comunidade. Lembra que os céticos a definem tal qual um tipo qualquer de comércio; para os idealistas significa compromisso e privilégio. Considera deveres do jornalismo: independência, veracidade, objetividade, honestidade, imparcialidade, exatidão, credibilidade.

Em linha similar, Nobre-Correia, citado por Marques de Melo (2006), afirma que a essência do jornalismo está no seu diferencial como serviço público, o que pressupõe a autonomia dos jornalistas para atuar como testemunhas independentes dos acontecimentos.

Muitos autores também relacionam o jornalismo ao Estado democrático, mais especificamente com a ampliação da liberdade e direitos individuais. Cornu (1994), por exemplo, considera as contribuições de Espinoza, Hobbes, Calvino, Locke, Rousseau e Montesquieu essenciais para o reconhecimento posterior da liberdade de imprensa. O jornalista suíço considera que o jornalismo atua na condição de intérprete da realidade. Embora não tenha acesso a toda ela, pode decifrá-la em fragmentos: fatos, acontecimentos relatados, atas, documentos. E para isso a verdade e a objetividade de incidir sobre três ordens: a observação, a interpretação e a narração.

Para Gentilli (2005, p. 142) “as potencialidades do jornalismo pode se realizar num ambiente de democracia, pluralismo e mercado”. Neste caso cumpre-se o papel de mediação de informações para a cidadania e de representação da sociedade. O jornalista representa o leitor porque é mediador.

Assim, a mídia transmite informações indispensáveis que servem de instrumento de expressão e de divulgação de direitos para formas individuais e coletivas de ação. Estes materiais são fundamentais para a cidadania, situando o indivíduo na sociedade moderna através da notícia e os serviços prestados pelos meios de comunicação de massa. Logo,

para Gentili (2005, p. 147), as possibilidades do jornalismo “são diretamente vinculadas à ampliação e alargamento dos direitos de cidadania, ao processo de democratização”.

Kovach e Rosenstiel (2004) consideram que a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações que necessitam para serem livres e se autogovernarem. Assim, é difícil separar o conceito de jornalismo da democracia, pois é uma atividade fundamental nas sociedades com liberdade. Quanto mais os países caminhavam rumo à democracia, mais se inclinavam em direção ao jornalismo. O jornalismo deve buscar a verdade através da disciplina da verificação, empenhar-se para apresentar o significativo e manter a lealdade com os cidadãos.

Se por um lado o jornalismo é tido como uma área essencial na sociedade contemporânea e uma atividade presente em Estados democráticos, que busca a verdade, a exatidão, o testemunho independente dos fatos, por outro há autores que questionam esta possibilidade já que está imerso em um sistema capitalista e os jornais se tornaram empresas com interesses comerciais. A notícia é vista como produto, mercadoria sujeita aos interesses dos anunciantes, logo, uma forma de dominação e manipulação.

Para Marcondes Filho (1984), por exemplo, o surgimento do jornal está subordinado ao desenvolvimento do mercado e das leis de circulação econômica. O jornal é o instrumento que o capitalismo precisava para fazer as mercadorias fluírem mais rapidamente. E também para que as informações cheguem mais depressa ao circuito comercial.

Tal concepção está atrelada, até certo ponto, às ideias de Adorno & Horkheimer (1985) sobre Indústria Cultural. Assim, a mídia segue a lógica mercantilista de produção e distribuição orientando-se por critérios de rentabilidade, deixando de lado o mais importante para dar ao público o que deseja (entretenimento).

Neste sentido, é importante lembrar os conceitos de Lorenzo Gomis (2002, p. 226), de *importante* e *interessante* (dois grandes valores-notícia). Para este jornalista, o importante é o que devemos saber e não pode deixar de ser dito; o interessante é aquilo que é agradável conhecer e pode deixar de ser dito. Ou seja, “se comunicamos um fato que é importante, prestamos um serviço à comunidade. Se imprimimos algo que é interessante e que, com efeito, interessará ao leitor, venderemos mais jornais”. O *importante* é um valor indispensável para o jornalismo; o *interessante* segue critérios de rentabilidade.

Cremilda Medina (1998) aponta o jornalismo e a indústria cultural não só na condição de um instrumento de dominação ideológica, mas também na condição de um aspecto da “moderna sociedade industrial”, a partir do capitalismo. A autora entende o jornalismo tal qual produto de uma nova dinâmica social, com características democráticas.

Existem também pesquisadores que trazem visões críticas à interpretação do jornalismo atrelado ao capitalismo como mero produto. Adelmo Genro Filho (1987), por exemplo, concebe o jornalismo como uma forma de conhecimento. Não se trata de um conhecimento qualquer, mas cristalizado no singular sobre a realidade imediata. O jornalismo não é visto como um mero produto atrelado ao capitalismo, mas na condição de uma necessidade social.

Entre as críticas ao conceito de Adorno e Horkheimer, a respeito da indústria cultural, Genro Filho destaca o fato das potencialidades sociais da tecnologia serem vagamente admitidas. Além de não serem consideradas a ampliação do acesso à arte e às informações, as possibilidades de ampliação e de democratização da cultura. Outro ponto criticado é que o controle e a manipulação a que a indústria cultural submete as massas são consideradas quase onipotentes por Adorno e Horkheimer. E também, o aspecto questionável de que a expressão indústria cultural insinua que é indústria, por si mesma, independente das relações sociais de produção, que atribui à cultura um caráter manipulatório.

Na obra *O Segredo da Pirâmide*, Genro Filho faz uma revisão crítica de teorias funcionalista e pragmática sobre o jornalismo; do tratamento da visão sistêmica e da tradição da escola de Frankfurt. Para ele, o *lead* é um momento agudo, síntese evocativa da singularidade, normalmente localizada no início da matéria, não impedindo que esteja em outros parágrafos. O *lead*, enquanto núcleo singular da informação, expressa o momento jornalístico mais importante (KARAM, 2007).

9 O RIGOR NA APURAÇÃO E NA VERIFICAÇÃO

É justo delegar ao jornalismo toda a responsabilidade de elucidar o incidente da Pacheco Fernandes? Não é correto responsabilizar somente a imprensa pela lacuna histórica deixada sobre este caso.

Em primeiro lugar culpar a imprensa seria uma generalização e como já vimos nos capítulos anteriores houve um jornal que cobriu presencialmente o fato; a maioria apurou à distância, ao que tudo indica

ouvindo poucas fontes; e ainda alguns jornais nem noticiaram o incidente.

Em segundo lugar porque se trata de uma ocorrência singular em que simplesmente apontar responsáveis é algo que reduz a complexidade da realidade, sem levar em conta o contexto, as dificuldades tecnológicas e de infraestrutura das redações dos jornais e da nova capital, Brasília, em fase de construção.

Contudo, há de se reconhecer que a grande imprensa só deu a devida importância ao incidente, muito tempo depois, ao perceber que as versões e as histórias ainda permaneciam nas ruas; que havia testemunhas que permaneceram ocultas por muitos anos; que no campo das artes o incidente ainda era fonte de inspiração de contos, poemas e músicas.

A História buscou analisar o episódio em alguns trabalhos acadêmicos e a partir do levantamento de depoimentos em Programas de História Oral. A ocorrência na Pacheco Fernandes também já foi tema no campo da Literatura e das Artes em geral, no livro *Expresso Brasília*, de Edson Béu, que reproduz em um capítulo o depoimento de um trabalhador sobrevivente, que teria sido baleado de raspão na cabeça. Ézio Pires também lembra do episódio no livro *Literatura na criação de Brasília*, que busca resgatar a memória da cidade no campo literário. A banda *Fama*, de Brasília, compôs uma música sobre o incidente (ver anexos); atualmente também existe um grupo musical com o nome “Pacheco Fernandes¹¹” em homenagem aos trabalhadores, vítimas da violência.

É possível compreendermos a dimensão da relevância do jornalismo, por exemplo, em situações equivalentes ao episódio na Pacheco Fernandes. Há algumas lacunas que só poderiam ser preenchidas com a atuação imediata da imprensa (em fevereiro de 1959). Logo, seu papel no esclarecimento (ou não esclarecimento) do incidente foi importante.

Isto porque espera-se do jornalista que ele identifique um fato de interesse público e que apure todos os tipos de informações possíveis, inclusive as efêmeras que nem sempre estarão disponíveis no futuro para o historiador. Por exemplo, o depoimento dos trabalhadores feridos, os dados sobre a entrada e a saída no hospital de emergência do IAPI. Em suma, espera-se do jornalista que ele seja questionador (que não restrinja suas pautas apenas ao *feijão com o arroz* do dia a dia) e investigador

¹¹ Ver mais informações no *website* <http://www.movimentocalango.com.br/bandas.asp?ID=166>

(que não se limite a apurar por telefone informações complexas e controversas).

Outra falha que pode ser constatada na apuração do fato: com exceção do jornal *Binômio*, todos os jornais analisados neste trabalho ouviram somente fontes indiretas e complementares (além do *Correio da Manhã* e da *Tribuna da Imprensa* que simplesmente reproduziram um texto de agência de notícias).

Segundo Juarez Bahia (2009, p. 47), “as fontes de informação – essenciais à apuração das notícias – são de modo geral: 1) diretas; 2) indiretas; 3) complementares”. A primeira são aquelas que participaram diretamente do fato ou “informantes de um acontecimento” (por exemplo, os autores, as vítimas, as testemunhas); fontes indiretas são “terceiras pessoas”, “informantes envolvidos circunstancialmente nos fatos”, com “relatos parciais”; as fontes complementares são aquelas que fornecem “informações adicionais que contribuem para esclarecer ou enriquecer a história, acrescentar ou reduzir a visão que parecia definitiva”.

Assim, mesmo que consideremos legítima a impossibilidade dos jornais não apurarem o fato presencialmente, devido as possíveis dificuldades já mencionadas, isto não justifica a ausência de fontes diretas nas notícias publicadas. Mas seria possível ter acesso a estas fontes? Sim, segundo um depoimento de Geraldo Campos. Ele foi um dos encarregados da Novacap para apuração, no dia seguinte, do que acredita ter sido um “massacre”. Campos colheu vários depoimentos e enviou telegramas para os principais jornais do Rio de Janeiro (NADER, 2004, p. 7).

A intenção deste trabalho é buscar uma reflexão a respeito do papel do jornalismo e a sua importância em situações como estas. E também, como deveria agir a imprensa na cobertura do incidente, levando em conta a atuação de um jornalismo ideal, comprometido com a veracidade das informações publicadas.

Mas para existir veracidade, muitos autores consideram que a apuração, a investigação e a verificação são procedimentos essenciais. O rigor na apuração e na verificação são álibis que tornam um relato impresso jornalismo, ao invés de literatura (PEREIRA JUNIOR, 2006). São também procedimentos que separam jornalismo do entretenimento, da propaganda ou da arte. O entretenimento foca na diversão; a propaganda seleciona os fatos ou os inventa para persuadir ou manipular; a literatura inventa cenários para chegar a uma impressão mais pessoal do que chama verdade; o jornalismo se concentra em registrar o que aconteceu (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004).

Para o jornalista Luiz Costa Pereira Junior (2006, p. 73-74), “zonas de sombra se instalam, sinais amarelos se acendem”, quando avaliamos as etapas a serem percorridas a partir de uma descoberta de um rumor até a publicação da notícia. Não há consensos entre os profissionais da área sobre prescrições empíricas ou métodos de apuração dos fatos. Estes métodos são muitas vezes aprendidos na prática diária, portanto, são informais e nem sempre universais. “Nas Redações, avaliar o trabalho jornalístico tem sido diretamente proporcional à bagagem do avaliador”.

Além disto, nem sempre o jornalista encontra condições favoráveis para apurar, investigar e verificar os fatos de modo satisfatório. Também nem sempre encontra testemunhas diretas para ouvir, não possui tempo suficiente para levantar a documentação necessária a suas matérias, está pressionado pela sobrecarga e a imposição de produzir regularmente conteúdo, além da necessidade de ter cuidado com fontes com informações erradas ou imprecisas (PEREIRA JUNIOR, 2006).

Segundo Kovach e Rosenstiel (2004, p. 112), os jornalistas trabalham apoiados em algum tipo de método, altamente pessoal, para testar e fornecer a informação. A disciplina da verificação consiste “em procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão”. Para os autores, também “não existe nada que se aproxime de regras padrão para levantar provas, como no Direito, ou um método consensual de observação, como a realização de experiências científicas”.

Dimenstein & Kotscho (1990, p. 18) alertam para as armadilhas diárias enfrentadas pelos repórteres que fazem matérias relacionadas à política e ao poder. Para eles, não são raros os profissionais experientes que “sucumbem às mentiras, contra-informações, deturpações e boatos”, pois neste meio o jornalista que sabe mais pode mais; a informação é indispensável para a sobrevivência neste meio. “A tarefa do jornalista é distinguir entre as versões e os fatos reais, separar denúncias de calúnias, notícias de invenções”.

Outro ponto é que investigar requer um investimento financeiro e muitas vezes as empresas jornalísticas não estão dispostas a arcar com as despesas. Não apenas os recursos gastos com passagens e hospedagens, mas a realocação de profissionais que deverão produzir menos conteúdo jornalístico, se comparado ao habitual.

Investigar é caro, demanda tempo e esforço.
Amarga ventos sazonais de redução de postos de

trabalho, das Redações enxutas e da carga horária exaustiva, resultados de uma lógica de investimentos sistematicamente voltada para a modernização tecnológica e infra-estrutura (equipamentos, prédios, rotativas) e nem sempre para produção de conteúdo qualificado. É vítima de manuais e compêndios de jornalismo, cuja ênfase recai na pedagogia do estilo, não da apuração. Sofre as tentações da era da internet, com a acesso fácil a dados sem que se faça investigação, e das assessorias de imprensa, que mastigam informação para Redações despovoadas e sobrecarregadas, em ofertas *fast-food* (...)

Dada a dificuldade para ser realizado (raros os mandarins da imprensa que garantem semanas para uma apuração), compreensível que o ato de investigar seja um saber acumulado empiricamente, do que sistematicamente universalizado. Mais compreensível ainda que tenha ganhado ares de corrente de pensamento, disciplina autônoma em relação às demais tradições do jornalismo. Embora a atividade, por natureza, seja exploratória, o chamado Jornalismo de Investigação surgiu no vácuo das debilidades da imprensa. Ganhou combustível em países com universidades, instituições e editoras financiando projetos que envolvem apuração de fôlego, mesmo fora das Redações e em livros-reportagem – produtos de voo mais independente e autoral que o material chancelado pelos diários e revistas (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 76).

No final da década de 1950, não havia internet, mas os jornais já dispunham de conteúdo produzido por agências de notícias. No caso do incidente da Pacheco Fernandes, a reprodução total e parcial de notas destas agências, além de rápida conversa com poucas fontes por telefone, foi certamente uma solução mais barata para escrever sobre este fato. Contudo, muitas lacunas e incertezas permaneceram, além dos erros informativos já demonstrados, o que mostra que a apuração e investigação foram insuficientes.

Segundo Pereira Junior (2006, p. 76) a disciplina da verificação visa “criar antídotos à incerteza de base que caracteriza o jornalismo”. A apuração de informações para matérias envolve procedimentos que

coincidem em autores e jornalistas distintos. É possível testar esta disciplina da verificação numa reportagem em três momentos distintos: no planejamento da apuração; na revisão do material apurado; na revisão das informações editadas.

No planejamento da apuração é necessária uma investigação preliminar, ver se há fontes, documentos e publicações disponíveis, visando verificar a viabilidade da pauta. Assim, é possível relacionar as informações que faltam para responder as dúvidas a serem sanadas (a pauta em si) e listar as fontes mais importantes (consistentes) a ser ouvidas ou encontradas. “Cada apuração abre novos vazios de informação, a serem preenchidos por mais investigação. É preciso ter panorama geral do que se tem para saber o que é preciso levantar para ir em frente” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 86).

Pereira Junior (2006) pondera também algumas atitudes do repórter que pode torná-lo refém da fonte (no caso, o entrevistado): quando pende para as opiniões ou ideias dela; quando aceita e transcreve, sem senso crítico, as versões e declarações (mesmo sem fundamento), quando admite informação duvidosa e de difícil verificação (se publicada, o leitor não sabe se a informação foi checada com rigor).

O jornalista não pode contentar-se com apenas um (ou poucos) dos diversos aspectos possíveis da história. É preciso validar a informação com pelo menos duas outras fontes. O repórter não pode bancar uma afirmação sem confirmá-la. A pressa não é desculpa para má apuração. É da natureza do jornalismo ser feito em tempo curto. Na linha de produção da notícia, o levantamento e o rigor na checagem estabelecem a qualidade da informação.

(...) É sempre insatisfatório restringir a verificação a situações-limite esquemáticas. Sua valia se dá, aqui, por autocontraste: ilustrar a proliferação de variáveis possíveis, motor da dificuldade de qualificar uma boa reportagem. Há sempre o risco de, num julgamento tabula rasa, um aspecto condenável condenar outros por tabela – aquele troço que de repente ofusca acertos de outra ordem. As variantes crescem de forma exponencial, os fatos a pesar se ramificam e alguns até se pulverizam – nem sempre nos damos conta das nuances. Uma informação pode estar

completa (seu conteúdo satisfaz a necessidade de conhecimento sobre o problema) sem ter dado a dimensão humana dos personagens envolvidos. Um texto pode ter sido bem apurado e estar mal estruturado. Pode ter lide (sumário geral da notícia) consistente e erros de informações nos demais parágrafos. Ou ter passagens truncadas e méritos na hierarquização da notícia. Mas tudo será julgado pelo sabor de um conjunto que depende de fatores diversos e nem sempre conciliados (PEREIRA JUNIOR, p. 87-88).

Kovach e Rosenstiel (2004) lembram de outros princípios da verificação ou, o que ambos chamam de ciência da reportagem: não acrescentar informações que não foram verificadas, confiar apenas no próprio trabalho de investigação; ser humilde quanto às próprias limitações; e principalmente, ser o mais transparente possível sobre seus métodos utilizados.

Sobre a transparência, Kovach e Rosenstiel (2004, p. 123) ressaltam a necessidade de “revelar o máximo possível sobre nossas fontes e métodos”, visando explicitar ao público o quanto sabemos e mostrar respeito ao público. Revelando as fontes e os métodos, os leitores poderão julgar a validade da informação, os motivos da elaboração da reportagem, os preconceitos do jornalista, como os dados foram encontrados. “O empenho do jornalista em ser transparente sobre seu próprio trabalho tem papel vital no processo de mostrar que o profissional está de fato comprometido com a verdade”.

Outro ponto importante lembrado por Kotscho (1986, p. 12) é a importância deste ofício ser praticado na rua. “Com pauta ou sem pauta, lugar de repórter é na rua. É lá que as coisas acontecem, a vida se transforma em notícia”. Para o autor, nem sempre a melhor matéria é aquela com números, dados técnicos e informações burocráticas que outras publicações certamente, mas aquelas que mostram singularidade e tem um tratamento único.

Assim, pode-se destacar até aqui, a partir dos autores apresentados, algumas premissas fundamentais da apuração e da verificação que não foram utilizadas pela maior parte dos jornais na cobertura do episódio na Pacheco Fernandes:

1. Fontes diretas – O depoimento de testemunhas que presenciaram o incidente.

2. Transparência – Deixar explícito quais foram as fontes investigadas e verificadas na elaboração da notícia, incluindo as limitações encontradas para apurar o fato.

3. Imparcialidade – Apuração correta do episódio dispensaria os excessos de adjetivos utilizados, tais como “massacre” e “chacina” que mais serviram para julgar do que para mostrar o fato com imparcialidade.

4. Fatos – Distinguir fatos de versões (por exemplo: data, horário, nome das vítimas, ao mesmo tempo que há diferentes versões das causas do incidente). A impressão que se tem ao ler as notícias é que não existem controvérsias.

5. Verificação – Não publicar informações que não foram checadas, por exemplo a afirmação “os responsáveis pela chacina foram o mestre de obras e o engenheiro”, feita pelo *Correio da Manhã* (1959) e pela *Tribuna da Imprensa* (1959), nunca comprovada ou cogitada por outros jornais.

Problemas em relação à apuração de um fato afetam diretamente a qualidade da informação jornalística. Benedeti (2009), por exemplo, destaca a veracidade (correspondência à realidade, verificabilidade e coerência), comunicabilidade (competência lingüística e expositiva), pluralidade (equilíbrio democrático e imparcialidade), liberdade (independência e universalidade), socioreferenciabilidade (interesse público), inteligibilidade (compreensão de sentido) e transmissibilidade (transparência do método e rigor investigativo), entre os principais elementos de qualidade da informação jornalística.

Afirma ainda Benedeti (2009, p. 113) a respeito do jornalismo de qualidade: “o compromisso com uma informação de qualidade faz parte dos fundamentos conceituais e históricos da atividade jornalística”, ou seja, “o jornalismo institucionalizou-se e adquiriu a importância na sociedade pela competência que professou possuir e comprovou ter para bem informar os cidadãos”. Este é um pressuposto que serve para as sociedades democráticas, ocidentais, cuja finalidade é a mediação.

E mais do que a qualidade da informação, a apuração e a investigação permitem ao jornalista exercer sua atividade com responsabilidade social. Condição esta fundamentada por alguns pilares do jornalismo, de acordo com David Randall (autor de *The Universal Journalist*) citado por Buitrón (2010): paixão pela precisão, instinto de notícias, atitude de dúvida constante, registro exato dos fatos, empatia com os leitores, desconfiança de todas as fontes, independência de qualquer Poder, autocrítica forte, busca de estilo pessoal e capacidade de aprender próprios erros.

Juarez Bahia (2009) ainda lembra que o repórter deve ser tão bom em apurar a notícia quanto escrevê-la:

Escrever bem é apenas parte da atividade profissional do repórter. Ele deve saber também apurar a notícia, ser tão bom nisto quanto em redação. Porque, para ser fiel ao que relata, a notícia precisa, antes, ser corretamente apurada. Averiguar, indagar, questionar, esclarecer, romper convencionalismos e reservas, dirimir dúvidas, conhecer e conferir as diferentes versões de um acontecimento é o que se apura na notícia. A apuração é o mais importante para a notícia, da mesma forma como a notícia é o mais importante para o jornalismo (BAHIA, 2009, p. 50).

Segundo Bahia (2009), para avaliar a qualidade da apuração, uma das condições essenciais é a exatidão da descrição do fato. Portanto, quanto mais nebulosa, ambígua, contraditória e inexata for uma matéria, isto significa que houve algum problema na apuração. É exatamente o que observou-se na análise das notas publicadas sobre o incidente da Pacheco Fernandes. Ou seja, há informações incorretas e contraditórias nas notas publicadas que foram analisadas neste trabalho.

10 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISMO

Quando a imprensa não põe em prática os principais procedimentos de apuração e verificação, o resultado pode ser a publicação de uma interpretação equivocada de um fato, que se instala no senso comum, contribuindo para ser reproduzida socialmente como uma verdade absoluta.

Deste modo, os jornais não atuam como mediadores, mas na condição de reprodutores de uma versão, que provavelmente sustentará o que a população debaterá e o que as gerações seguintes reproduzirão como verdade. Mais do que isto: o jornalismo deixa de lado, em casos como este, sua responsabilidade social e seu papel de questionador. Neste sentido, é importante lembrar que Karam (1997) também destaca o potencial do jornalismo na construção de valores humanos:

(...) o jornalismo é indispensável para o presente e o futuro da humanidade. E se a humanidade é também um valor a ser defendido, é preciso reconhecer no jornalismo – *potencialmente* – uma forma de reconstrução diária do movimento humano para si mesmo, no qual os homens se tornam não somente reflexo, mas também projeção. O *jornalismo* não é só moralmente defensável. Ele é *moralmente imprescindível* (KARAM, 1997, p. 38).

Na verdade, a partir destas considerações, pode-se refletir também sobre a transcendência da responsabilidade do jornalismo, ou seja, a responsabilidade neste campo ultrapassa os limites profissionais e normativos das práticas diárias. Como lembra Joaquim Fidalgo (2008, p. 163) “a informação jornalística entendida como um bem social e não como um simples produto”.

Bem social que só pode ser vislumbrado quando relacionado com princípios éticos e deontológicos. Karam (2007, p. 33) define a ética como “a reflexão sobre o mundo moral dos homens” e a deontologia “significa *o que deve ser*, isto é, a cristalização provisória do mundo moral, validado pela reflexão ética, em normas sociais concretas, em princípios formais e, em alguns casos, em normas jurídicas”.

No contexto do jornalismo, Ernesto Villanueva (1984) define a deontologia como princípios éticos assumidos voluntariamente pelo profissional da imprensa devido à responsabilidade social:

Em resumo, o conceito de deontologia jornalística pode ser definido como um conjunto de princípios éticos assumidos voluntariamente por aqueles que professam o jornalismo, por razões de integridade, profissionalismo e responsabilidade social. A deontologia jornalística implica para o meio de comunicação compromisso com a identidade do papel desempenhado em vida social e a percepção geral do valor da informação como um elemento de primordial importância para traduzir em fatos a ideia da democracia. O jornalista também está ciente de que a informação não é apenas o produto do jornalismo, mas a condição *sine qua non* para o

veículo satisfazer plenamente um direito fundamental da humanidade¹² (VILLANUEVA, 1984, p. 17, tradução nossa).

E por razões éticas e deontológicas, Villanueva (1984) afirma que um jornalista tem mais obrigações e responsabilidades sociais que um simples cidadão. Condição necessária para preservar a credibilidade dos jornalistas e dos meios de comunicação.

Sobre a responsabilidade social do jornalista em relação a outros profissionais, Christofolletti (2008) considera que o compromisso ético do jornalista é diferente quando comparado a outros profissionais da mídia envolvidos, por exemplo, com entretenimento e diversão.

“Os debates em torno da conduta dos jornalistas e o próprio papel do jornalismo no imaginário social assumem proporções mais preocupantes, já que o estatuto de verdade de seus produtos e serviços é mais ambicioso que o dos programas que alegram as tardes de domingo”.

(...) No exercício cotidiano da cobertura dos fatos que interessam à sociedade, a conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção do trabalho. Repórteres, redatores e editores precisam dominar equipamentos e linguagens, mas não devem se descolar de seus compromentimentos e valores. Podem tentar suspender suas opiniões em certos momentos, mas, se por acaso esquecerem suas funções e suas relações com o público, vão colocar tudo a perder (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 11).

Quando se fala em compromisso social do jornalismo significa que o trabalho do repórter vai além de um bom texto, de uma comunicação

¹² (...) el concepto *deontología periodística* puede definirse como el conjunto de principios éticos asumidos voluntariamente por quienes profesan el periodismo, por razones de integridad, de profesionalismo y de responsabilidad social. La deontología periodística implica para el informador un compromiso de identidad con el rol que juega en la vida social y una percepción amplia del valor que tiene la información como ingrediente de primera importancia para traducir en hechos concretos la idea de democracia. El periodista sabe además que la información no es solo el producto periodístico, sino el vehículo *sine qua non* para satisfacer a plenitud un derecho fundamental del género humano.

clara e de uma apuração eficiente, isto é, ele partilha da responsabilidade da informação que escreve, tendo como foco o interesse público.

Mariano Ure (2008) também concorda que a responsabilidade do jornalismo é maior quando comparada a outras profissões. Para ele, o grau de responsabilidade do jornalista está relacionado proporcionalmente à força de impacto do seu trabalho na sociedade, pois “é certo que a cobertura informativa fixa a agenda dos temas públicos e, ainda mais, estipula como se deve pensá-los”. Assim, os veículos de comunicação agem como um “potente transformador da cultura”.

Ainda de acordo com o autor, o jornalista socialmente responsável considera o compromisso público do seu ofício sua maior virtude. Este compromisso, no entanto, não deve tornar este profissional um “militante”, que faz do seu ofício um meio para exercer a política partidária. Portanto, o potencial da imprensa de transformar a cultura não tem relação com a militância política.

Evidentemente, comprometer-se supõe adotar uma postura, abandonar a neutralidade do objetivismo. A militância, no entanto, é outra coisa. O “jornalista militante” ou o “militante tornado jornalista” faz política com a informação que difunde.

Mas, por mais que a informação tenha força para formar opinião e transformar a cultura, a função do jornalista não é política (...), e menos ainda partidária. Seu compromisso com as necessidades sociais é um compromisso com a humanidade daqueles que são afetados por elas (URE, 2008, p. 121).

E mais, Ure (2008) coloca a responsabilidade social do jornalista como um valor mais importante do que a qualificação técnica necessária para este profissional (não desmerecendo a relevância da segunda).

A partir da ótica ético-social, é bom jornalista o responsável, e não o competente em termos técnicos. Ou, melhor dizendo, aquele que reporta a realidade com excelência, mas também com compromisso social – a pura competência

profissional não é garantia de responsabilidade. (URE, p. 127).

Mas a responsabilidade social é mais do que um compromisso do jornalista ou um item presente em códigos deontológicos, é também uma necessidade de sobrevivência. O jornalista e professor Luiz Martins da Silva (2003, p. 47), por exemplo, lembra que a responsabilidade social passou a dar retorno positivo às empresas em geral: “maior crescimento, maiores lucros e empregados mais produtivos e mais satisfeitos”. Os meios de comunicação não escapam desta realidade.

Silva (2003) considera a imprensa um “poder auxiliar” do cidadão, mais conhecido como quarto poder. E este poder deve ser exercido do modo íntegro, do contrário não haverá credibilidade.

A imprensa, em síntese, tem de se constituir em poder íntegro, sob pena de perder a sua essência e também a sua sobrevivência. Sem credibilidade, será apenas um simulacro da realidade e não uma representação documental da mesma. A imprensa, portanto, é um poder auxiliar do cidadão, mas, se se voltar contra os interesses do cidadão que, em suma, é o interesse público, também estará descolada de sua principal razão de existir. A imprensa pode muito bem viver descolada da cidadania. Servindo a um ou a vários senhores. Poderá até renunciar ao seu papel de quarto poder. Será, no entanto, apenas um negócio, descolado das suas funções social e pública. Se, no entanto, a imprensa se desempenhar bem (de forma equidistante e plural) na sua vocação fiscalizadora, estará, assim, atendendo à expectativa mais tradicional que sobre ela recai: a de que seja, por delegação, um poder fiscalizador (SILVA, 2002, p. 50).

Este papel de fiscalizador é um dos fatores que legitima a imprensa enquanto mediadora. Quando o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário deixam de exercer sua função de representatividade e se distanciam dos anseios da população, o jornalismo pode ganhar mais força ao explicitar

os problemas e deficiências dos poderes públicos, demonstrando defender o interesse público.

E como aponta Danton Jobim (2008), as publicações jornalísticas se impõem (com denúncias, discussões e investigações) por exigência do dever profissional, além de servir como um chamariz de leitores.

(...) quantos crimes só se descobrem, por que a imprensa se ocupa larga e insistentemente deles? Não fosse a bisbilhotice incurável do repórter e a pressão da imprensa sobre as autoridades, decorrentes da própria natureza de nossa profissão, bem como o desejo humano, nos funcionários policiais, de terem sempre à mão uma “boa notícia” para a reportagem, muitos dos inquéritos policiais encalhariam nas gavetas dos comissários e nos arquivos policiais (JOBIM, 2008, p. 64).

Sobre a reflexão de Jobim, pode-se fazer algumas relações com o incidente na Pacheco Fernandes. Se a grande imprensa realizasse ampla e insistente cobertura do fato, o inquérito policial teria tido outro rumo? Não é possível responder a esta pergunta. Talvez seja possível supor que sim ou que não (de acordo com a linha de interpretação). Entretanto, é possível sim verificar claramente alguns aspectos importantes deste debate.

Em primeiro lugar, não houve ampla cobertura, investigação, apuração e verificação do incidente por parte da grande imprensa. Em segundo lugar, o inquérito policial foi arquivado sem responsáveis pela violência. Este inquérito nem encontra-se mais disponível publicamente, assim como qualquer outro registro oficial dos trabalhadores deste acampamento ou do hospital de emergência.

Com poucas fontes documentais (basicamente as notas de jornais) e depoimentos extraoficiais de trabalhadores do acampamento (a maioria não está mais vivo ou acessível), tem-se uma versão oficial sustentada por um inquérito policial que não foi acompanhado e questionado pela imprensa e outra, extraoficial, sustentada por depoimentos de trabalhadores que estiveram no acampamento ou que ouviram histórias de terceiros.

Há uma frase atribuída ao político mineiro José Maria Alkmim (1901-1974), que diz o seguinte: “o importante não é o fato, mas a

versão”. O que fixou na memória coletiva sobre o incidente na Pacheco Fernandes é a versão oficial, mas não necessariamente a verdade. Embora existam alguns consensos (já mencionados na Introdução da dissertação), as duas versões, oficial e extraoficial, carecem de evidências concretas para sustentá-las.

Ao eximir-se da responsabilidade de investigação desta ocorrência, em fevereiro de 1959, a grande imprensa deixou lacunas que permitem apenas um debate dicotômico, de versões díspares, que, quando confrontadas, parecem se tratar de fatos distintos. Afinal, estamos falando exatamente de qual fato? De uma chacina? De um massacre? De uma briga de operários alcoolizados com a polícia, que terminou em uma morte e três feridos? A versão oficial é verdadeira?

É claro que uma investigação jornalística não está isenta de múltiplas interpretações de um fato, mas a imprensa colabora, em muitos casos, para reconstituir ocorrências, agilizar investigações policiais, trazer à tona depoimentos e documentos fundamentais para elucidar pontos obscuros. Isto também faz parte da responsabilidade social da profissão.

Juarez Bahia (2009, p. 22) ressalta que “a missão do jornalista é saber e dizer o máximo possível”, condição alicerçada pela independência do profissional e do veículo de comunicação. E para isto, o repórter deve assumir o papel de questionador, trazendo o maior número possível de versões sobre o fato.

Nada mais longe da veracidade, por exemplo, que a visão superficial do acontecimento. Isto é mais fácil de se perceber quando se comparam as diferentes notícias dos diferentes veículos sobre um mesmo fato a respeito do qual temos a nossa própria avaliação. Em casos assim, não só a veracidade é dificilmente atingida, como a verdade é inatingível (BAHIA, 2009, p. 23).

Na análise comparativa das notícias publicadas sobre a ocorrência na Pacheco Fernandes, nota-se não apenas a superficialidade da cobertura do acontecimento, mas, principalmente, a sua falta de exatidão. Além disto, as notas publicadas nos jornais não foram suficientes para elucidar minimamente o incidente e, algumas delas, contém dados incorretos.

Bahia (2009) frisa ainda que, quando a apuração é feita por telefone, portanto sem observação direta, deve conter testemunho, ou seja, o depoimento de fonte que presenciou a ocorrência ou que tenha prova concreta para demonstrar o que afirma. O único jornal analisado que trouxe testemunhos foi o *Binômio*, que cobriu presencialmente o fato. E por esta razão, o mesmo autor lembra:

“Nenhum desses tipos de apuração é mais importante que o da observação pessoal, direta, que envolve física e mentalmente o repórter com os fatos no momento e no local em que ocorrem. É o modo mais eficiente de cobrir um assunto porque identifica o repórter com a ação, seus efeitos, seus participantes e as reações que possam gerar de imediato (BAHIA, 2009, p. 51).

O leitor espera do jornalista esta postura na apuração. E como lembra Nilson Lage (2003, p. 23), “o repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar”. Em outras palavras, o jornalista é legitimado socialmente na condição de “ouvidos e olhos remotos do público”, selecionando e transmitindo informações pertinentes.

Ser a visão e a audição do povo são expressões utilizadas por muitos pioneiros do jornalismo brasileiro, como lembra Carlos Lacerda, sobre Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Este último, por exemplo, dizia que “quanto maior uma nação, menos apta para prescindir da imprensa, visto que para além de certo limite só podem às nações ‘ver’ e ‘ouvir’ através dos seus jornais” (LACERDA, 1990, p. 34).

Há outro aspecto do jornalismo lembrado pela jornalista espanhola Malén Aznárez (2009): “se não contamos, não existe¹³”, ou seja, se a grande imprensa não cumpre seu papel de informar, um fato pode não ser legitimado socialmente. A reflexão é feita a partir da dificuldade dos jornalistas atuarem em algumas regiões, por exemplo, na faixa de Gaza, Cuba ou China, onde há censura à liberdade de expressão e informação.

Contudo, o mesmo princípio pode se aplicar similarmente em regiões democráticas, onde há pouca acessibilidade e recursos

¹³ O autor desta dissertação considera relevante a afirmação no sentido abstrato da expressão. Ou seja, é evidente que concretamente um fato não deixa de existir na sua essência, simplesmente porque ele não foi narrado ou registrado. Mas na memória social, a essência de um fato impactante, não registrado ou mal apurado, pode deixar de existir para as pessoas, se transformando numa lenda ou mito.

tecnológicos disponíveis, devido ao contexto local e da época. No caso do incidente na Pacheco Fernandes versões foram “contadas”, portanto “existem” no imaginário popular. Entretanto não foram verificadas e investigadas satisfatoriamente pela grande imprensa. E mais, as controvérsias podem não ser mais lembradas do ponto de vista da historiografia.

E por último, vale lembrar que existem aqueles que consideram o discurso sobre a responsabilidade social do jornalismo algo ultrapassado, romântico e utópico. A base deste pensamento considera que o jornalismo está submetido e subordinado à lógica capitalista e empresarial.

Pereira (2004) aponta que o auge da responsabilidade social dos Estados Unidos ocorreu entre o final da década de 1940 e meados da década de 1970, sendo considerado o período da “idade de ouro” da imprensa. Nas décadas seguintes, fortaleceu a concepção do jornalismo enquanto profissão, submetida à lógica do mercado.

O ‘jornalismo de mercado’ colocaria em xeque todo o ideal romântico que perpassa a profissão. De certa forma, há uma radicalização do caráter mercantil da imprensa, intrínseca à própria produção noticiosa. Essa radicalização é resultado de alterações não só no jornalismo, mas em toda estrutura social. (PEREIRA, 2004, p. 8)

O mesmo autor considera que o predomínio da lógica comercial deteriorou o mercado de trabalho nos jornais. Para manter seu emprego, “o jornalista se vê cada vez mais tentado a desrespeitar algumas regras morais e deontológicas da profissão (como a checagem sistemática das fontes ou o respeito à veracidade da informação)”. Com isto, o jornalista deixa de lado a responsabilidade social, sua “missão heróica”, seu comprometimento com o interesse público, para se tornar um simples operário e “o texto jornalístico adquire um caráter cada vez mais instrumental, identificado com os interesses do mercado” (PEREIRA, 2004, p. 10).

Contudo, considera-se aqui neste trabalho a responsabilidade social um pilar do jornalismo. E mesmo sendo legítima a influência do mercado no jornalismo contemporâneo, isto apenas reforça as reflexões aqui feitas sobre a atuação da grande imprensa na cobertura do incidente

da Pacheco Fernandes. Hoje, dificilmente seria possível um incidente, como o da Pacheco Fernandes, passar incólume pela grande imprensa. Um “operário” da imprensa teria hoje mais facilidade para encontrar testemunhas, seja viajando para o local (custos mais baixos), contato à distância (os serviços de telefonias são mais eficientes, ágeis e disseminados entre a população). Seria possível, inclusive, registrar em foto ou filmagem, através de um celular, o que ocorreu.

Cada período tem as suas particularidades, muitas vezes repletas de paradoxos que expressam uma realidade complexa e que não podem ser definidas com uma visão simplista. Se por um lado, a imprensa na década de 1950 estava menos submetida e subordinada à lógica capitalista (se comparada às décadas seguintes, especialmente a atualidade), por outro não havia as mesmas condições tecnológicas, infraestrutura de trabalho e as viagens eram mais difíceis e caras.

E se por outro lado o mercado domina o jornalismo de hoje, tornando o repórter um mero operário que luta para manter seu emprego, ao mesmo tempo há muito mais recursos, facilidades tecnológicas e meios de transportes. Uma gama de documentos está acessível na internet ou pode ser obtida com um simples pedido via e-mail. O “operário” de um veículo de comunicação pode também ser um jornalista livre em seu *blog* ou colocar suas videorreportagens no *YouTube*.

Mesmo com todos estes recursos, nem sempre o jornalismo cumpre seu papel. Juremir Machado da Silva (2000, p. 23) afirma que “na era da informação, a maioria da população brasileira continua desinformada e manipulada”. Assim, o desafio da responsabilidade social continua acompanhando a imprensa.

O jornalista Jorge Cláudio Ribeiro (1994, 199) recorda que a evolução da profissão de jornalista não foi linear e muitas novas fases se sucederam sem eliminar os elementos anteriores. “(...) a face atual da profissão se reproduz no discurso em que se entrecruzam a fala *humanista* e a fala *tecnológico-mercadológica*”. E apesar de muitos autores considerarem ser esta profissão submetida à lógica comercial e ao capitalismo, “a imprensa continua a atrair reais ou pretensos escritores e aspirantes a líder político, à semelhança dos séculos passados”.

Assim, é possível debater sobre a responsabilidade social do jornalismo em diferentes contextos, considerando as condições existentes em cada período (os pontos favoráveis e desfavoráveis).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte final da dissertação é preciso apresentar algumas sínteses conclusivas em relação ao tema. Antes de qualquer consideração, é válido reafirmar o que já foi enfatizado em outras partes do trabalho: o incidente ocorrido no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas é um fato. Não se pode negar que ele ocorreu, pois foi confirmado a partir de inquérito policial (embora este tenha sido finalizado sem a identificação dos responsáveis).

As lacunas e as incoerências que permanecem são referentes às versões existentes. Elas basicamente reúnem dois grupos com crenças e interpretações distintas: a) aquele que acredita que o fato já está devidamente explicado; b) aquele que não acredita na versão oficial sustentada pela Novacap e o inquérito policial.

Até o momento, não é possível afirmar com segurança a proporção deste episódio. Um conjunto de fatores contribuiu para que os detalhes sobre este incidente permaneçam obscuros: acessibilidade ruim para chegar à Brasília, dificuldades para apurar presencialmente o fato, infraestrutura deficiente dos jornais da época, falta de interesse da imprensa, feriado de carnaval (com menos jornalistas nas redações ou jornais que fecharam no período).

Por estas razões, temos um episódio com características singulares, mas que possui um aspecto relevante para o debate no campo dos fundamentos do jornalismo: a importância da presença de uma imprensa atuante, investigativa e questionadora do Poder Público.

Os únicos jornalistas existentes que moravam em Brasília eram funcionários do governo federal. Não havia sedes ou sucursais de grandes jornais que pudessem acompanhar diariamente e diretamente o que ocorria no cotidiano de Brasília. Apenas após a sua inauguração, no dia 21 de abril de 1960, é que as rádios, televisões e jornais passaram a acompanhar presencialmente o dia a dia da nova capital federal.

Assim, o profissional de jornalismo se deparou, naquela época, com um grande desafio: acompanhar, investigar, apurar e pesquisar o cotidiano de Brasília, visando cumprir o papel do jornalista de zelar pela divulgação de fatos verdadeiros, contudo, à distância (as coberturas presenciais eram feitas, muitas vezes, a convite da presidência da República) e com dificuldades de acesso às fontes, já que a rede de

telefonia no local só apareceu alguns dias antes da inauguração da capital federal.

Como conta o próprio Juscelino Kubitschek (1978, p. 345), faltando seis meses para a inauguração de Brasília surgiram rumores em diversos jornais do Brasil que a nova capital federal seria inaugurada sem dispor de comunicações com o resto do país. “No dia 17 de abril – quatro dias antes da inauguração de Brasília e dois dias antes da data por mim fixada – fora estabelecida a ligação telefônica entre a antiga e a nova capital”. A acessibilidade foi, inegavelmente, um obstáculo para a cobertura jornalística sobre o dia a dia em Brasília, durante a fase de construção.

Feitas algumas considerações iniciais sobre a Pacheco Fernandes e as condições da época. Resta-nos retornar as duas perguntas iniciais deste trabalho: 1) “na época, qual foi o destaque dado pela imprensa escrita ao incidente na Pacheco Fernandes?”.

O destaque dado pela imprensa foi superficial e insuficiente para elucidar minimamente a ocorrência. E o mais grave do ponto de vista jornalístico: careceu de exatidão. A veracidade é considerada o princípio mais importante do jornalismo para diversos autores, como já vimos aqui, em Kovach e Rosenstiel (2004), Bahia (2009), Rui Barbosa (2004), Carlos Lacerda (1990), entre outros.

Quanto aos exemplos de falhas graves de apuração e verificação, podemos mencionar os erros cometidos, por exemplo, pelo *Jornal do Brasil* e *O Globo*, ao afirmarem que o incidente ocorreu numa “terça-feira” de carnaval (na verdade, ocorreu no domingo).

Correio da Manhã e *Tribuna da Imprensa* reproduziram erroneamente, da agência Asapress, a seguinte afirmação: “os responsáveis pela chacina foram o mestre de obras e o engenheiro”. O inquérito policial não apontou culpados e nem nos relatos extraoficiais de candangos se encontram estas acusações. Ambos os jornais reproduziram uma nota desta agência de notícia sem se preocuparem com a verificação e a checagem. Não há fundamentação para esta afirmação e nem se sabe de onde ela partiu.

O *Jornal do Commercio* cometeu um erro evidente para quem ler a notícia atentamente: o título destaca “Tiroteio causa mortos e feridos na nova Capital”, entretanto no texto afirma que ocorreu a morte de “um operário”. O título está no plural (mortes) e o texto no singular. Nenhuma destas publicações publicou erratas nos dias seguintes.

As dificuldades encontradas pelos jornais da época para apuração presencial e à distância não devem ser vistas como justificativas para os erros e as omissões do ponto de vista da apuração e verificação do fato.

O *Binômio*, por exemplo, que era um jornal pequeno (muitos redatores eram voluntários), semanário, com menos condições financeiras que a grande imprensa, enviou um repórter e um fotógrafo para apurar o incidente em Brasília.

E mesmo o *Binômio*, tantas vezes citado aqui como a única publicação que cobriu o fato presencialmente, mostrou deficiências ao privilegiar somente depoimentos das vítimas e utilizando excessivos adjetivos pejorativos com intenção de oposição política ao governo JK. Por outro lado, tem méritos ao chamar a atenção para a gravidade do conflito entre policiais e trabalhadores e ao demonstrar maior rigor na apuração e na verificação do fato.

Por esta razão, é essencial a pluralidade e a diversificação de informações publicadas, com diferentes enfoques. Todo jornal comete erros e dificilmente foge de interesses políticos e ideológicos. Por isto, se mais jornais enviassem seus repórteres para apuração presencial, provavelmente haveria mais dados sobre o incidente na Pacheco Fernandes para debate.

O jornalista Dídimo Paiva (2009), que esteve no local poucos dias depois do incidente, contou em depoimento que um mês depois retornou à Brasília para fazer a segunda matéria, mas não mais encontrou as mesmas testemunhas que havia entrevistado. Portanto, isto mostra a importância da atuação imediata do jornalista, cujas fontes, muitas vezes, podem ser efêmeras e tornam-se inacessíveis com o passar do tempo.

Existem erros cometidos pela imprensa cujas características e efeitos aparecem claramente. É o caso, por exemplo, da Escola Base, em que o jornalista Alex Ribeiro (1995) pondera que os principais jornais do Brasil cumpriram com suas obrigações de ouvir e mostrar os dois lados, contudo, não foi o suficiente para esclarecer o caso. Assim, o jornalismo não deve se restringir a ser um mero mediador de versões.

Para Ribeiro (1995, p. 162) o papel da imprensa deve ir além da mediação passiva entre fontes e público, isto é, “a função dos jornais, em última instância, é auxiliar leitores e telespectadores na percepção do real”. O mesmo autor lembra que sempre existiu uma verdade no episódio da Escola Base, mas “o entendimento dessa realidade ficou comprometido porque a imprensa não munuiu o público com informações para tanto” (*ibidem*). Os jornais publicaram somente as acusações e a versão do outro lado (a defesa dos acusados). Assim, a população decidiu sozinha quem estava com a verdade – e escolheram a versão errada (*ibidem*).

Mas também existem erros cometidos pela imprensa que passam despercebidos pela população, pela historiografia e pela própria mídia. Seus efeitos também não podem ser mensurados claramente. É o caso do que ocorreu na construção de Brasília.

A reflexão de Ribeiro (1995) serve para alguns pontos da cobertura jornalística do episódio da Pacheco Fernandes. Em primeiro lugar, neste último caso, nem os dois lados foram ouvidos. A reconstrução do incidente foi feita sem fundamentação consistente pela maioria dos jornais. Em segundo lugar, mesmo que se ouvissem os dois lados, o que não aconteceu, isto não seria o suficiente para elucidar o fato. Ao ler uma nota num jornal, a população acreditou que se tratava de um evento sem importância. Tão sem importância que nem mesmo a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, maior opositor de Juscelino Kubitschek, deu atenção ao fato.

No caso da Escola Base, ao contrário da Pacheco Fernandes, a verdade veio à tona mais tarde. Quanto ao incidente em Brasília, não há mais as mesmas condições para apuração e verificação. Muitas fontes já desapareceram (documentos, pessoas, objetos), pois já se passaram 51 anos.

Portanto, não bastaria apenas ouvir os dois lados envolvidos (policiais/Novacap e vítimas/trabalhadores). Seria necessário o jornalismo, na época, estar presente para trazer à população o maior número possível de dados que contribuíssem para esclarecer o incidente (seja confirmando ou desmentindo a versão oficial).

Se a versão oficial é diferente da versão extraoficial cabe ao jornalismo uma ampla investigação, pois nem sempre os dois lados relatam fidedignamente o que ocorreu. Alguns relatos podem ser deturpados, exagerados ou se apresentar com omissões parciais devidos a diversos interesses. O jornalismo busca justamente depurar estes relatos, seja confrontando-os ou indo além deles através de investigação presencial, documental e checagem dos relatos.

A segunda parte deste trabalho buscou justamente detalhar e analisar os erros, as contradições, as ambiguidades existentes nas notícias publicadas em dez jornais, de diferentes regiões, em fevereiro de 1959.

A outra questão levantada no início desta dissertação foi: 2) “Qual a relevância do jornalismo para o esclarecimento de episódios como o da Pacheco Fernandes?”. Esta foi a discussão que concentramos na terceira parte do trabalho.

Mesmo considerando todas as dificuldades mencionadas, a cobertura sobre a construção de Brasília e seus consequentes problemas, sem dúvida, era um tema de interesse público. A construção de Brasília foi concebida ainda na monarquia e registrada na primeira constituição republicana, em 1891 (DEMOSTHENES, 1947). Diversos governos, até a primeira metade do século XX, investiram em estudos que viabilizaram a escolha da região para a nova capital. Dinheiro público foi gasto antes, durante e depois da construção de Brasília. Milhares de servidores mudaram suas vidas, deixaram seus locais de origem para se transferirem ao Planalto Central. O governo JK cumpria mais que uma meta de seu governo. Na verdade, materializava uma determinação da constituição brasileira (SILVA, 1999).

Assim, acompanhar o dia a dia nos canteiros de obras da nova capital era um serviço de utilidade pública da imprensa, cumprindo seu papel de questionador e fiscalizador do poder Executivo. Se era um objetivo do governo JK cumprir a constituição, construir e transferir a nova capital federal (KUBITSCHEK, 1978), por outro lado era papel da imprensa fiscalizar e questionar o *modus operandi* deste empreendimento. Esta última implica inclusive no fato da mídia acompanhar o andamento das obras, o cotidiano dos trabalhadores, de que modo eram tratados, quais as condições de vida levavam e se seus direitos eram respeitados.

Na verdade, este papel de fiscalizador e questionador só pode ser feito se este princípio for compartilhado por outros veículos de comunicação. Assim, é possível colocar em prática uma cobertura jornalística satisfatória, não apenas quanto à ética e à objetividade da produção das matérias em si, mas quanto à pluralidade de observações e de relatos.

Karam (1997) lembra que a pluralidade e a diversidade são princípios fundamentais não só para um bom jornalismo, mas para “compreender a sociedade diferentemente” e conhecer “um pouco mais do outro”, sob um ângulo diferente do *status quo*.

Há formas de conceber o mundo diferentemente, há maneiras de se relacionar e compreender a sociedade diferentemente. Há fatos e versões de fatos, há teorias e versões de teorias. *No jornalismo, esta é a convergência na qual se assentam as suas premissas.* Ele é a busca desta diversidade e a janela pela qual todos nós

podemos, potencialmente, conhecer, de forma imediata e global, um pouco mais do outro, talvez um pouco diferente do que então achávamos, mais além do que se descortina à nossa frente. É a forma possível de tomarmos pé do mundo, de maneira rápida, ágil, imediata, global e periódica (KARAM, 1997, p. 130).

O jornalismo é uma das ferramentas que nos permite compartilhar as experiências e eventos que não podemos acompanhar diretamente. Eventos e experiências que, muitas vezes, são indispensáveis para compreendermos melhor a realidade que vivemos e agirmos cientes do que acontece ao nosso redor.

Para garantir o direito social à informação, a imprensa deve ter um compromisso moral com a investigação em busca da verdade e do entendimento da realidade em que vivemos. Evita-se, assim, o jornalismo como forma de comunicação que serve para reforçar a hegemonia ideológica da burguesia e reproduzir a dominação da classe (MEDITSCH, 1992).

Justamente pela importância da pluralidade, da difusão de opiniões divergentes, da liberdade de expressão, da diversidade de fontes é que consideramos relevante o debate da cobertura jornalística sobre a Pacheco Fernandes. Afinal, este fato careceu de investigação jornalística detalhada e sua ampla divulgação poderia ter afetado o rumo da história do Brasil. Por exemplo, o episódio poderia trazer dificuldades para a manutenção do ritmo de trabalho em Brasília.

Faltando um ano para a inauguração de Brasília, este fato, se bem explorado pelos veículos de comunicação poderia ter sido um obstáculo ao cumprimento das metas e prazos do governo Kubitschek. Não inaugurar Brasília representaria um desastre político, reconhecido até mesmo muitas vezes pelo próprio presidente JK (KUBITSCHKEK, 1975).

Mas o ponto não é investigar o incidente na Pacheco Fernandes para promover um jornalismo político, de oposição, com interesses partidários. O jornalismo pode ser revolucionário sem estar vinculado a interesses partidários. É o que acredita Adelmo Genro Filho (1987, p. 4) ao entender o jornalismo como uma forma social de conhecimento, “historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção”.

A análise das publicações sobre o incidente na Pacheco Fernandes, que vimos neste trabalho, reforça lições elementares sobre o jornalismo:

1) Veracidade – Embora não existam verdades absolutas e definitivas, é papel do jornalismo esclarecer itens mínimos sobre um fato e isto só é possível com rigor investigativo (apuração e verificação). Do contrário uma penumbra de especulações, mitos, omissões e exageros prevalecerão no imaginário social.

2) Investigação – O ato de investigar no jornalismo não se restringe a ouvir os lados envolvidos, mas apurar e checar o máximo possível de informações, indo além dos relatos orais.

3) Objetividade – A objetividade jornalística só é possível quando se respeita os procedimentos de investigação e se deixa transparente todas as fontes utilizadas, permitindo inclusive que os dados apresentados pelo repórter sejam questionados e refutados.

4) Autocrítica – Se por um lado o jornalista deve exercer um papel de fiscalizador e questionador do Poder Público, por outro é essencial ter autocrítica quanto ao trabalho que faz. Ou seja, avaliar se há lacunas, penumbras, omissões, exageros no texto. Todas as afirmações contidas na reportagem estão suficientemente fundamentadas?

5) Exatidão – A responsabilidade do jornalista é proporcional ao nível de exatidão presentes em suas reportagens. Por isso, é fundamental separar o que é um acontecimento real de rumores, o que é informação relevante de opinião, o que é descrição verídica de adjetivos pejorativos.

6) Interesse Público – a razão de ser do jornalismo é fornecer informações e relatos necessários à população, ou seja, esta atividade visa preencher um conhecimento importante à sociedade. Para isso, o jornalismo não pode se desvencilhar do interesse público, que é condição fundamental para a democracia.

7) Realidade – o jornalismo contribui para a interpretação e a reinterpretção da sociedade já que é impossível captar e assimilar tudo que está ao redor. Assim, os critérios de noticiabilidade devem levar em consideração principalmente este aspecto em seus fundamentos, pois o que não é registrado não será lembrado (e no futuro, poderá desaparecer da memória coletiva).

As análises e as reflexões feitas nesta dissertação devem ser criticadas, revisadas e aprofundadas, pois só assim pode-se ampliar a visão de conjunto e a compreensão sobre este assunto. O campo está aberto para o debate e outras pesquisas. Por exemplo, a possibilidade de estudos com foco em outros veículos de comunicação: rádio e televisão

(não contemplados aqui). Ou um levantamento específico (entrevistas) com os profissionais do jornalismo da época.

Mais do que a pesquisa em si, buscou-se nesta dissertação uma discussão sobre a importância do jornalismo, fundamental em muitos casos como fonte histórica e para a construção da memória e da cultura. Se não houver o registro imediato do jornalista o trabalho do historiador torna-se mais difícil. Logo, a memória social permanecerá com lacunas. O registro do cotidiano realizado pelo jornalista está ligado à construção histórica e de memória social que permanece.

É o jornalismo que possibilita nos proteger de regimes autoritários e/ou manipuladores, através da informação e de interpretações diferentes de um mesmo fato. Mas para haver questionamento e fiscalização do poder público é necessário mais do que liberdade de expressão e democracia. É preciso também boas condições de trabalho: infraestrutura, tecnologias, salários dignos, espaço para o jornalismo investigativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira. “*Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50*”. **A Imprensa em Transição** – o jornalismo brasileiro nos Anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (pp. 7 a 60).

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona (Espanha): Paidós, 2005.

AMARAL, Hélio Soares de. **Comunicação, Pesquisa e Documentação**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

AMARAL, Luiz. **A Objetividade Jornalística**. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto Editores, 1996.

AZNÁREZ, Malén. “*Gaza: si no lo contamos, no existe*”. <http://www.saladeprensa.org/> ; Ano X, Vol. 4, fevereiro de 2009.

BADIA, Lluís. & CLUA, Anna. “*Utopias frágeis: imprensa livre e democracia, segundo Walter Lippmann*”. **A Era Glacial do Jornalismo**. vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. (p. 117 a 134)

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica** – as técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica** – as técnicas do jornalismo. vol. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAHIA, Juarez. **Três Fases da Imprensa Brasileira**. Santos: Presença, 1960.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Papagaio, 2004.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. **O Problema da Imprensa**. São Paulo: Edusp, 1997.

BENEDETI, Carina. **A Qualidade da Informação Jornalística: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004**. Brasília: Faculdade de Comunicação da UnB, 2006.

BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BERGER, Christa. & MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo**. vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006. (p. 9 a 16, 307 a 310)

BÉU, Edson. **Expresso Brasília** – A História Contada pelos Candangos. Brasília: LGE, 2006.

BOJUNGA, Cláudio. **JK, O Artista do Impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOND, Fraser. **Introdução ao Jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1962.

BRUUN, Lars (ed.). **Professional codes in journalism**. Prague: IOJ, 1979.

BUITRÓN, Rubén D. Un texto que se convirtió en el manual del buen periodista. Ano XI, Vol. 5, janeiro de 2010. In: < <http://www.saladeprensa.org/> >. Acesso em 15 de junho de 2010.

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos Velhos de Guerra**. Brasília: GDF/ Fundação Cultural, 1997.

CHALABY, Jean K. “*Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism.1830s-1920s.*” **European Journal of Communication**, v. 11, 1996 (pp. 303-326).

CHALABY, Jean K. **The invention of journalism**. New York: ST. Martin’s Press, INC, 1998.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo** – Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CONY, Carlos Heitor. **JK: como nasce uma estrela**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Piaget, 1994.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. São Paulo: Ed. Record, 2002.

CUNHA, Antônio G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DEMOSTHENES, M. **Estudos sobre a Nova Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947.

DIMENSTEIN, Gilberto & KOTSCHO, Ricardo. **A Aventura da Reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.

ERBOLATO, Mário. **Técnica de Codificação em Jornalismo – redação, captação e edição no jornal diário**. Petrópolis: Vozes, 1985.

FACCINA, Carlos Roberto; & PELUSO, Luis Alberto; **Metodologia Científica: o problema da análise social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1984.

FENAJ. O Código de Ética dos jornalistas brasileiros. São Paulo, SP, 2007. In: **Observatório da Imprensa**. <<http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=451CID009>> , Acesso em: 15 de agosto de 2010.

FENAJ. Tentativas de disciplinar o exercício do jornalismo são seculares. Brasília, DF, 2007. In: **Observatório da Imprensa**. <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1809>>. Acesso em: 15 de agosto de 2010.

FERREIRA, Marieta M. “*A reforma do Jornal do Brasil*”. **A Imprensa em Transição** – o jornalismo brasileiro nos Anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (pp. 141 a 156).

FIDALGO, Joaquim. **O Jornalista em Construção**. Portugal: Porto Editora, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDPUCRS, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIS, Lorenzo. “*Do importante ao interessante – ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo*”. **Pauta Geral 4**. 2002. (pp. 225-242)

GOZZINI, Giovanni. **Storia del giornalismo**. Milano: Bruno Mondadori Editori, 2000.

GROTH, Otto. “*Tarefas da pesquisa da ciência da cultura*”. **A Era Glacial do Jornalismo**. vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006. (p. 182 a 300)

GUERRA, Josenildo L. **A Objetividade no Jornalismo**. Salvador: Programa de Pós-graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas (UFBA), 1998.

HELIODORO, Affonso. **JK, Exemplo e Desafio**. Brasília: Thesaurus, 1991.

HOHLFELDT, Antônio. *“Correio e Gazeta: comparações e influências”*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano V, N. 2, jul./dez. 2008.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, M. & FRANCO, F.M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JARDIM, Serafim. **JK, onde está a verdade?** Petrópolis: Vozes, 1999.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2008.

KARAM, Francisco José. *“20 Anos de O Segredo da Pirâmide”*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano IV, N. 1, 1º Semestre de 2007.

KARAM, Francisco José. *“A antigüidade greco-romana, o lead e a contemporânea narrativa jornalística”*. **In Site Universitário**. Ano III, n. 4, maio de 2007.

KARAM, Francisco José. **A Ética Jornalística e o Interesse Público**. São Paulo: Summus, 2004.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KOTSCHO, Ricardo. **A Prática da Reportagem**: jornalista profissional em São Paulo. São Paulo: Ática, 1986.

KOVACH, Bill. & ROSENTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **A Marcha do Amanhecer**. São Paulo: Bestseller, 1962.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **A Experiência da Humildade – Meu Caminho para Brasília**. vol. I. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que Construí Brasília**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **A Escalada Política – Meu Caminho para Brasília**. vol. II. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1976.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **50 Anos em 5 – Meu Caminho para Brasília**. vol. III. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul – Manual de Comunicação. São Paulo: Edusp, 2002.

LACERDA, Carlos. **A Missão da Imprensa**. São Paulo: Edusp, 1990.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular e UFSC, 2001.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *“Imprensa carioca nos anos 50: os ‘anos dourados’”*. **A Imprensa em Transição** – o jornalismo brasileiro nos Anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (pp. 157 a 187).

LIPPMANN, Walter. **Notícia, verdade e uma conclusão**. In: A era glacial do jornalismo. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LOPES, Luís. Carlos. **Brasília, o enigma da esfinge**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

LUSTOSA, Isabel. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

MACHADO, Elias. *“O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo”*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol.II, N. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**. São Paulo: Ática, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. *“Imprensa e capitalismo”*. **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairos, 1984.

MARSHALL, Leandro. **O Jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na Era da Informação**. Florianópolis: Insular & UFSC, 2007. (pp. 226 a 243).

MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa Brasileira: a implantação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MENDES, Manuel. **Meu Testemunho de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1997.

MONTELLO, Josué. **O Juscelino Kubitschek de Minhas Recordações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MUNARO, Luís Francisco. “*Mr. da Costa contra a facção gálica no Brasil*”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano V, N. 2, jul./dez. 2008.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico Resumido**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. (p. 138)

NONATO, Alexandre. *Binômio: humor e política em um jornal 'quase independente'*". **Anais 7º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo, 2009.

ORICO, Osvaldo. **Brasil, capital Brasília**. Rio de Janeiro: Record, 1961.

PARK, Robert. "*A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento*". **A era glacial do jornalismo**. vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. (pp. 51 a 70)

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. Portugal, 2004. <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 15 de junho de 2010.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A Apuração da Notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEUCER, Tobias. "*Os Relatos jornalísticos*". **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 1, n. 2. Florianópolis: Insular, novembro de 2004. (pp. 13 a 30)

PIRES, Ézio. **Literatura na criação de Brasília**. Brasília: Compukromus, 1999.

PONTE, Cristina. **Leituras das Notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

RABÊLO, José Maria. **Binômio: o jornal que virou Minas de cabeça para baixo**. Belo Horizonte: Barlavento, 2004.

RAMOS, Plínio de Abreu. “*A imprensa nacionalista no Brasil*”. **A Imprensa em Transição** – o jornalismo brasileiro nos Anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (pp. 61 a 140).

RIBEIRO, Jorge Claudio. **Sempre Alerta** – condições e contradições do trabalho jornalístico. São Paulo Brasiliense / Olho d'água, 1994.

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base** – os abusos da imprensa. São Paulo: Ática, 1995.

RIZZINI, Carlos. **O Jornalismo antes da Tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ROMANCINI, Richard. “*História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa*”. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ, 2007.

ROMANCINI, Richard. & LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSS, Edward. “*A supressão das notícias importantes*”. **A Era Glacial do Jornalismo**. vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. (pp. 87 a 102).

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: a Social History of American Newspapers**. BasicBooks: United States, 1978.

SCHUDSON, Michael. **The Power of News**. Harvard University Press: United States, 1995.

SIEBENALER, Anne-Marie. **Dicionário Mais da Idéia às Palavras**. Lisboa Editora, 1997. (p. 52)

SILVA, Ernesto. **História de Brasília**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.

SILVA, Ernesto. **O Militante da Esperança e a História de Brasília**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 2004.

SILVA, Gislene. “*Para pensar critérios de noticiabilidade*”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano II, n. 1. Florianópolis: Insular, 2005. (pp. 95 a 107)

SILVA, Juremir. Machado. **A Miséria do Jornalismo Brasileiro – As (in)certezas da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Luiz Martins. “*Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições*”. In: **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Jorge Pedro. “*Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo*”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 1, n. 2. Florianópolis: Insular, novembro de 2004. (pp. 31 a 48)

SOUSA, Jorge Pedro. Uma História Breve do Jornalismo no Ocidente. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo, Portugal, 2009; <www.bocc.ubi.pt>. Acesso: 10 de junho de 2010.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade – além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

TAMANINI, Luis Fernando. **Brasília: memória da construção**. Brasília: Livraria Suspensa, 2003.

TEIXEIRA, Hermes. **Brasília: o outro lado da utopia (1956-1960)**. Brasília: UnB, 1982.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo**. vol I. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo**. vol II. Florianópolis: Insular, 2005.

URE, Mariano. “*A função pública do jornalista: da imparcialidade à coesão social*”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano V, n. 2. Florianópolis: Insular, julho / dezembro de 2008. (pp. 113 a 128)

VASCONCELOS, Adirson. **A Epopéia da Construção de Brasília**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

VIANA, Francisco. **Brasília a capital do século 21: uma biografia poética**. São Paulo: Editora Três Ltda, 2000.

VICTORIA, Luiz A P. **Dicionário da Origem e da Evolução das Palavras**. Rio de Janeiro: Científica – Livraria Império, 1958. (p. 49)

VILLANUEVA, Ernesto. **Códigos europeos de ética periodística un análisis comparative**. México: Fundación Manuel Buendía, 1984.

WARD, Stephen J. **The invention of journalism ethics – the path to objectivity and beyond**. Québec (Canada): McGill-Queen’s University Press, 2006.

WHITE, Robert. *“Factores sociales y políticos en el desarrollo de la ética de la comunicación”*. **Revista Dialogos de la Comunicación**. Lima: FELAFACS, 22.11.1988.

WOLF, Mauro. **La Investigación de la Comunicación de Masas – crítica y perspectivas**. Buenos Aires: Paidós, 1990.

WOLF, Mauro. **Los Efectos Sociales de Los Media**. Buenos Aires: Paidós, 1992.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Entrevistas realizadas e de Arquivos Públicos

ALVES, Elísio Evangelista. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 31 p.

ARANTES, Lúcio Batista. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 33 p.

AYRES, Walter Pereira. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 44 p.

CAMPOS, Geraldo. Entrevista: Alexandre Nonato. Brasília, 2004.

CÂNDIDO, Clementino. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 27 p.

COSTA, Francisco. Entrevista: Alexandre Nonato. Brasília, 2009.

MELO, Natalino Cavalcante de. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 68 p.

MENDONÇA, Suzana Conceição. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 36 p.

NASCIMENTO, Osvaldo Alves do. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 22 p.

PAIVA, Dídimo. Entrevista: Alexandre Nonato. Belo Horizonte (MG), 2009.

PINHEIRO, Benjamin Francisco. Entrevista: Alexandre Nonato. Ceilândia (DF), 2004.

PORTO, Edson. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 25 p.

QUEIROZ, Eronildes Guerra de. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília. Arquivo Público do Distrito Federal, 1991. 48p.

SANT'ANNA, Cláudio Oscar de Carvalho. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 40 p.

SANTOS, Sebastião Bispo dos. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 18 p.

SANTOS, Severino Manoel dos. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 18 p.

SILVA, Manoel Pereira da. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 23 p.

SOEIRO, José Irismar. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 28 p.

Jornais, Revistas e Internet

A GAZETA. “*Quanto Está Custando Brasília*”, São Paulo, 07/05/1958.

A HORA. “*Capital do Crime!*”, São Paulo, 14/06/1958.

A NOTÍCIA. “*Crime em Brasília*”, Rio de Janeiro, 13/02/1959.

CORREIO DA MANHÃ. “*Trucidamento em Brasília*”, Rio de Janeiro, 13/02/1959.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “*Novacap contrata Milhões sem Concorrência Pública*”. Rio de Janeiro, 08/06/1958.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “*Grave incidente em Brasília*”, Recife, 13/02/1959.

DUBEUX, A. “*Mito ou massacre?*”, **Correio Braziliense**, Brasília, 19/04/2000. (p. 4)

FILHO, A. & COSTA, F. “*O Inimitável*”. **ISTOÉ**. São Paulo: Três, 11/01/2006. (pp. 40-51)

FREDERICO, J. “*É carnaval. A GEB metralha operários*”, **Jornal de Brasília**, 20-21/04/1980. (pp. 15 a 18.)

GERMANO, A. “*Os fantasmas de um massacre*”, **Jornal de Brasília**, 29/02/2004. (pp. 10 a 12)

GOULART, G. “*Vítimas da Covardia*”, **Correio Braziliense**, Brasília, 08/02/2009. (p. 30)

GOULART, G & ALVES, R. “*Clima de Medo*”, **Correio Braziliense**, Brasília, 02/02/2009. (p. 16)

JORNAL DO BRASIL. “*Foi ver que houve mesmo em Brasília*”, Rio de Janeiro, 14/02/1959.

JORNAL DO COMMERCIO. “*Tiroteio causa mortos e feridos na nova Capital*”, Rio de Janeiro, 13/02/1959.

KORNIS, M. “*Os Anos Dourados*”. **Nossa História**. São Paulo: Vera Cruz, 2005. (pp. 26-29)

LAGE, N. Me dá um dinheiro aí. JB, uma história. In: **Observatório da Imprensa**. São Paulo, SP, 13/01/2004 <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/circo/cir130120041.htm>>. Acesso em: 13/03/2010.

LORENA, T. “*Sombra paira sobre capital há 4 décadas*”. **Hoje em Dia**. Brasília, 20 a 26/8/2000. (pp. 10-11)

LOYOLA, L. & TRAUMANN, T. “*A Visão e o legado de JK*”. **ÉPOCA**. São Paulo: Globo, 2006. (pp. 64-73)

MIRANDA, C. & NETO, L. “*Quero Ser Grande*”. **HISTÓRIA**. São Paulo: Abril, 2006. (pp. 28-37)

MOREIRA, V. L. “*Um salto para o futuro*”. **Nossa História**. São Paulo: Vera Cruz, 2005. (pp. 14-19)

NADER, V. “*Uma liderança ascendente na cidade que se formava*”. **Correio Braziliense**. Brasília, 2004. (pp. 6-7)

O ESTADO DE S.PAULO. “*Conflito em Brasília*”, São Paulo, 14/02/1959.

O DIA. “*O Crime chegou Primeiro do que a Justiça em Brasília*”. Rio de Janeiro, 09/04/1958.

O GLOBO. “*Presos vinte e seis policiais do destacamento de Brasília*”, Rio de Janeiro, 13/02/1959.

PAIVA, D. “*Polícia de facínoras transformou Brasília em capital do cangaço*”, **Binômio**, Belo Horizonte, 16/02/1959.

PONTES, I. Katyn, massacre comunista e mídia amestrada. In: **Mídia Sem Máscara**. <<http://www.midiaseम्मascara.org/artigos/cultura/7492-katyn-massacre-comunista-e-midia-amestrada.html>>. Acesso em: 13/03/2010.

ROCHA, M. “*Documento desvenda ‘massacre’ de Brasília*”, **Estado de Minas**, 23/07/2004, p.10.

ÚLTIMA HORA. “*Carnaval em Brasília não deu para parar as obras*”, Rio de Janeiro, 12/02/1959.

VASCONCELOS, A. “*O caso Pacheco Fernandes*”. **Correio Braziliense**. Brasília, 23/02/2009.

ANEXOS

“O Caso Pacheco Fernandes**É Carnaval!**

Em todo o Brasil, festa por todo canto.

Em Brasília, milhares de pioneiros-candangos trabalham diuturna e intensamente para concluir a construção da capital. Todos envolvidos no mesmo propósito — homens e máquinas. Engenheiros, mestres e operários movidos pelo mesmo ideal. A Novacap comanda e avalia o cronograma das obras e tudo providencia. O Presidente JK visita os canteiros de obras e transmite palavras de otimismo e confiança. Brasília será inaugurada no ano seguinte, em 1960, em 21 de abril. Não há folga para ninguém. Todos ganham bem e gostam, apesar dos desconfortos. Felizes por construir uma nova capital para o Brasil. As obras passam a ter um ritmo acelerado — o ritmo Brasília, como ficou conhecido. O clima de atividades é febril.

É o ano de 1959. Dia 8 de fevereiro.

Início de noite no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas. A Pacheco é a responsável pela construção do Palácio dos Despachos, o Palácio do Planalto. Quase mil operários trabalham na construção e moram nos alojamentos da construtora.

É hora do jantar naquele sábado. Cerca de 400 homens entram em fila no grande refeitório de madeira para a refeição noturna, que incluía basicamente arroz, feijão, macarrão e carne.

Dois operários, das centenas ali, acharam que a carne não estava boa. Reclamaram de quem os atendeu, na fila, e, depois, do cozinheiro. Criou-se uma discussão e um pouco de tumulto.

O encarregado do refeitório, vendo que o “caldo estava engrossando demais”, mandou um motorista e um auxiliar avisar à polícia. Informado do que estava acontecendo no acampamento, o Departamento de Segurança determinou a ida de três soldados ao local, juntamente com os emissários portadores da denúncia. Ao chegarem ao acampamento, os militares “convidaram” os autores da questão a comparecerem perante a autoridade policial. Houve argumento em contrário, resistência. Começou um “bate-boca”, criando-se uma dificuldade para a ação dos policiais. Piorou com uma “torcidinha” de alguns, dizendo “Não vai!”. E o “não vai! não vai!” aumentou. Logo os

três soldados da GEB estavam cercados por dezenas de homens. O encarregado do refeitório mais uma vez mandou seus emissários “irem correndo” à polícia avisar que “os soldados que foram enviados se achavam na iminência de serem linchados pelos operários...”

Ante à grave denúncia, todo o destacamento de plantão se mobilizou. Em tal situação, seguiu rumo ao local um contingente da polícia composto de 27 homens sob as ordens de um policial com cargo de chefia. Durante o trajeto, no caminhão da GEB, as ordens de comando eram: “invadir o refeitório atirando para cima” para amedrontar a todos e “atacar de cassetetes” até resgatar os três soldados. E mais ordem: reagir a quem atacar “atirando nas pernas”.

Não deu outra. Chegando ao acampamento, os soldados iniciaram intempestivo tiroteio, invadindo o refeitório e até os dormitórios. Muita pancadaria de ambas as partes, principalmente da polícia.

No final de tudo, só tristes notícias. Mais de 40 operários foram levados em caminhões para socorro no Hospital do IAPI, o HJKO. Destes, três foram atingidos por arma de fogo nos membros inferiores. Depois de medicados, foram todos periciados por médicos legistas. Já de madrugada, foi descoberto, no alojamento, um corpo inerte debaixo de uma cama. A vítima foi atingida por um projétil na coxa. Presumiu-se, à época, que tenha se escondido debaixo da cama para se proteger do tumulto e, com a perda de sangue, desmaiou e veio a falecer. Seus companheiros levaram o corpo do jovem trabalhador para o Hospital do IAPI, onde foi periciado pelos médicos legistas, na madrugada. Seu nome era Evaristo Soares Brandão, cujo passamento todos lamentaram e hoje reverenciamos sua memória.

O episódio da Pacheco Fernandes gerou inquérito policial, atitudes da Corregedoria de Polícia, ação do Ministério Público, prisões, interferência da Promotoria e de advogados, sob a égide de um processo judicial presidido pela autoridade competente, o Juiz da Comarca de Planaltina.

As versões que são levantadas têm muitos equívocos e são muito depreciadoras da memória histórica e da tradição idealística de Brasília. O fato não tem mistério e já foi esclarecido. Pode, hoje, ser resumido com uma pequena notícia de 10 linhas que redigi, à época, há meio século, para os jornais Associados atendidos pela Agência Meridional, e que dizia assim, em fevereiro de 1959:

GRAVE INCIDENTE EM BRASÍLIA – Brasília, 12 (Meridional)
– Verificou-se aqui um sério conflito entre a Polícia mantida pela Novacap e os operários da firma Construtora Pacheco Fernandes Ltda.,

encarregada da ereção do “Palácio dos Despachos”. O incidente deu-se por motivos de somenos importância e vários trabalhadores tiveram que receber socorro no Hospital do IAPI, enquanto um deles foi assassinado pelos policiais. A repressão deu-se à bala e cassetetes. A Associação Comercial de Brasília pediu a imediata dissolução do destacamento policial, que já tem provocado casos semelhantes. Muitos dos operários feridos estão em estado grave. Foi enviado telegrama de protesto ao presidente Juscelino Kubitschek.

O FATO FOI ESTE.

A notícia, feita há 50 anos, resume tudo, naturalmente acrescentando-se os detalhes e os desdobramentos ocorridos face ao inquérito policial e ao processo judicial consequentes à ocorrência. A primeira informação do fato me foi dada, em frente ao Hotel Souza, pelo comerciante Gileno Andrade, diretor da Associação Comercial de Brasília, e fonte confiável. Mas, já circulava de boca em boca. No Hospital do IAPI, bem próximo da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), as vítimas todas foram atendidas na emergência e periciadas por dois médicos legistas: o major médico João Batista Palmieri e Alberto Pimentel Cardoso. De pronto, o Corregedor da Polícia, a Arquelau Gonzaga, pediu a prisão de todos os 27 policiais envolvidos na diligência para averiguação e abertura do competente inquérito policial. O general chefe de polícia Osmar Soares Dutra determinou o recolhimento de todos os policiais envolvidos ao Quartel da 6ª Companhia de Guarda do Exército, ao lado do Palácio da Alvorada. O Ministério Público, por meio do promotor Antonio Ricardo Nunes Leite, fez a denúncia judicial. A Corregedoria de Polícia promoveu o inquérito cumprindo todas as suas fases. O juiz da comarca, com sede em Planaltina, tendo como titular o juiz Lúcio Batista Arantes (depois desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do DF) presidiu o processo judicial até a criação da 1ª Vara Criminal do TJDF, em junho de 1960, onde foi concluído e, depois, arquivado.

A única vítima que morreu foi o operário Evaristo Soares Brandão, cuja memória recordamos e homenageamos. Ao contrário dos “três caminhões de cadáveres que saíram da Pacheco Fernandes”, como aludem alguns — saíram, sim, três ou quatro caminhões com mais de 40 trabalhadores acidentados para socorro e exame de corpo de delito no Hospital do IAPI. Destes 48 acidentados, três foram atingidos por arma de fogo: Antonio de Souza, Antonio Ubaldo de Moraes e Francisco Clemente dos Santos. Os demais, escoriações e hematomas.

Essa triste ocorrência policial dos tempos da construção de Brasília tem sido objeto, nos últimos tempos, de novas versões e novas interpretações, que, pela forma como são apresentadas, em algum momento depreciam a história da cidade. Em razão disso, procuramos hoje rememorar tais fatos com a preocupação de evocá-los da forma como realmente aconteceram e com fundamento nos documentos do inquérito policial, das notícias da época e do processo judicial gerado em consequência.

No tempo da epopéia da construção de Brasília, o que havia realmente marcante, e digno de ser sempre recordado, era o espírito de entusiasmo pelo que se fazia, um clima de solidariedade entre todos e, acima de tudo, o ideal que a todos empolgava de construir a capital do Brasil e concluí-la até abril de 1960. Um feito que a imprensa mundial chamou de “a Obra do Século”. Candangos, os mais rudes, os mais modestos, viviam esse espírito. Igualmente, engenheiros, médicos, professores, jornalistas, religiosos, bancários, donas-de-casa, advogados, policiais, motoristas, estrangeiros, garçons, prostitutas — enfim, todos os que Deus privilegiou escolhendo-os para a grande epopeia de Brasília. Isso foi a força vital que permitiu, sob a liderança do presidente Juscelino Kubitschek, ser possível Brasília. Os operários todos eram assistidos, protegidos e bem pagos. Quem mais os homenageava era o próprio presidente JK. No dia da inauguração de Brasília, Juscelino disse aos pioneiros-candangos: “Vosso idealismo animou-me a mim próprio. Falais pouco, apenas o suficiente, pois o sofrimento vos tornou sérios, graves. Não é por palavras e aplausos que manifestais o vosso agrado e o entusiasmo que vos possui — é pela ação”.

Adirson Vasconcelos, jornalista e historiador, por e-mail.
Correio Braziliense, segunda-feira, página 20, 23/02/2009.

Letra da música* da banda 'Fama':

*A pressa de vê-la pronta
Fez patrão perder o juízo
Dia e noite, noite e dia
Trabalhar é preciso*

*Prometeram-lhes o paraíso
E deram comida estragada
No carnaval não tinham banho
Nem mulheres, nem nada*

*Soldados de pá e tijolos
Um dia se amotinaram
Reclamaram por seus direitos
E os seus direitos os metralharam!*

CARVALHO, V. **Conterrâneos Velhos de Guerra**. Brasília: GDF / Secretaria de Cultura e Esporte / Fundação Cultural do DF, 1992, p. 309-310.

*** O nome da música não é mencionado na referência citada.**

Ilustração 15: Monumento "Em memória dos Candangos sacrificados de Brasília", Vila Planalto, Brasília, DF (Antigo acampamento da Pacheco Fernandes), 08/02/1959.



Ilustração 16: Morador da Vila Planalto ao lado do Monumento "Em memória dos Candangos sacrificados na Construção de Brasília", 08/02/1959.

